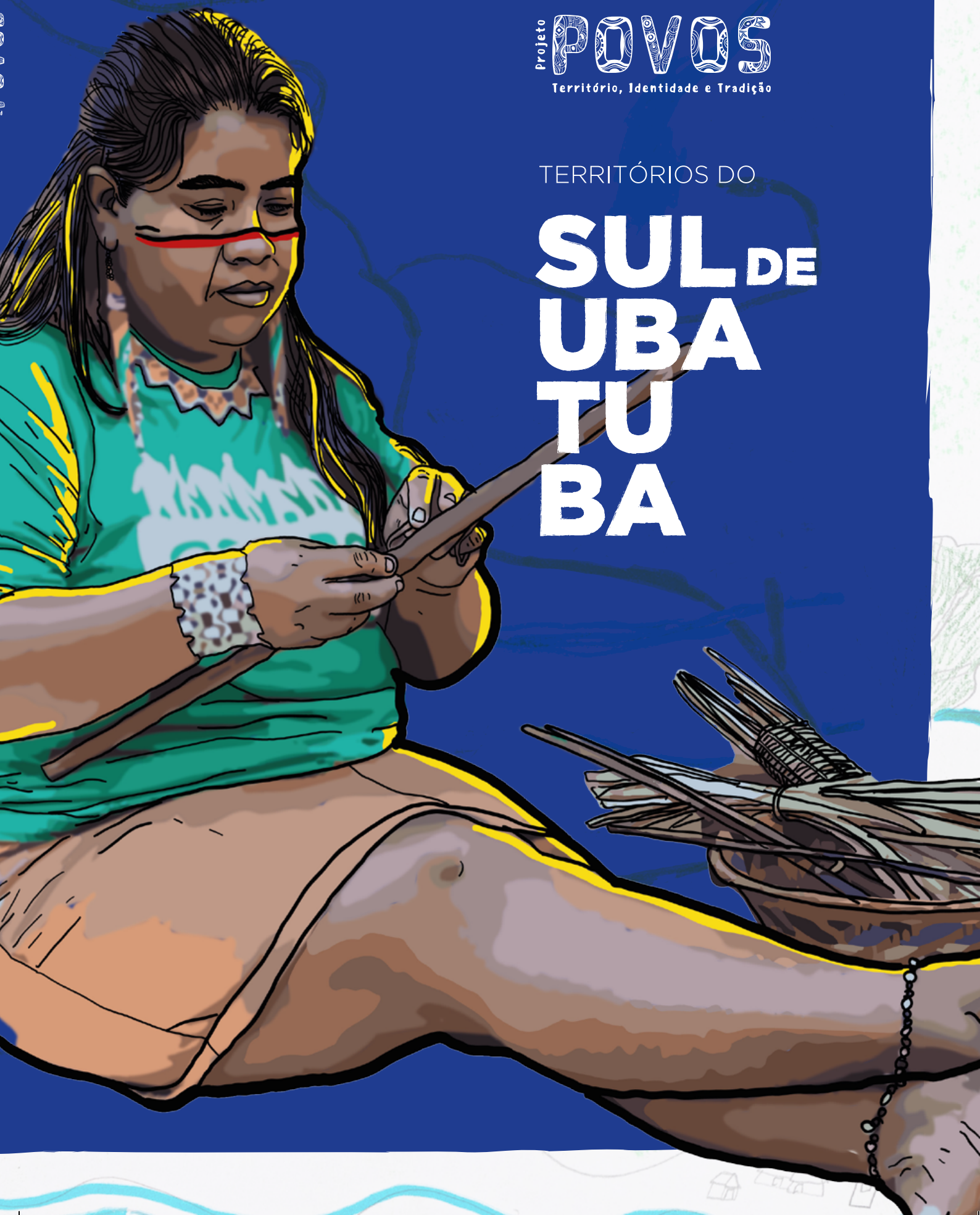
Projeto POVOS
Território, Identidade e Tradição

TERRITÓRIOS DO

SUL DE UBATUBA



Parado,
Perdido entre tantas memórias e pescarias
Encarando Pedras e cruzando morros com lajes
Não se lembra mais.
Onde teria malhado aquela Corvina?
Onde foi que encontrou aquela Guaivira?
O Siri Candeia?
Já chegaram as Tainhas?

Aquela figura pálida compondo a Baiá do Flamengo
Pescador-Resistência
Remo e Canoa.
Persistindo feito o dia de amanhã
O trabalho de uma vida inteira.

Ou talvez não.
Talvez esteja cansado
E volte ao primeiro sinal de mudança.

Quem sabe o que se passa na cabeça desse homem enquanto faz a marcação.
Sem ter para onde ir,
Desamparado
O pescador clandestino.
Ele que mede o mundo em braças
As larguras em palmos
Que decifra nos ventos
o tempo.
E encontra resposta na temperatura da chuva
Ou na cor do mar.
A sua canoa do tamanho do mundo inteiro.

E Onde guarda tanto nome?
De Peixes, pedras, arpoadores
De onde vertem todos fios d'agua?
De Baías, picos, lajes.

O seu território todo em sons e odores.

Um mundo de vida própria prestes a explodir
Na iminência da próxima maré
Em sua Canoa
Debaixo de seus pés.

E aquele homem parado
De pele curtida pelo sol
Catarata nos olhos
Cruzando morros com lajes
Com outra percepção de tempo
De realidade ampliada

A Tarioba, a Pegoava, a Tatuíra e o Guaruçá
O Santola, o Guaiá, o Pindá, e o Cambiá.
No lagamar da sua vida cabe tanta coisa
Que ele é tudo.

Venta por cima de mim, e cai sobre nós
Em todas as ondas da Baía do Flamengo
Nos Ingás debruçados nos rios
Nas pequenas saíras de corações agitados.
Nos Bananais, jiraus, ranchos,
No azul marinho, banana verde
Limão cravo, coentro bravo
No café quente,
Na minha Mãe misturando farinha no escaldado (como se essa fosse a própria essência da vida),
O Noroeste de sua expiração abafada,
E o trabalho de uma vida inteira.

Roberto Ferrero, poeta, fandangueiro, fabriqueiro de instrumentos musicais.
Caiçara da Enseada, no sul de Ubatuba

Territórios tradicionais do Sul de Ubatuba

Executante

FioCruz
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE

Empreendedor

BR PETROBRAS

Órgão Licenciador

IBAMA MMA

A realização do Projeto Povos é uma exigência do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama.

Parceiros

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS
ANGRA • PARATY • UBATUBA

SUS

CONAQ
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

COORDENAÇÃO NACIONAL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS CAIÇARAS

COMISSÃO GUARANI YVYRUPA
CGY

FICHA TÉCNICA

Realização:

Rancho dos Paru (Enseada)

Ranchos do Lázaro

Associação dos Moradores da Fortaleza – AMFORT

Associação de Moradores
da Praia do Peres e Oeste

Rancho de Pescadores da Lagoinha
Escola Municipal Agostinho Alves da Silva
(Lagoinha)

Associação Catifó (Praia Grande do Bonete)

Comunidade Caiçara da Praia Grande do Bonete

Associação Indígena Ywyty Guaçu (Renascer)

Associação dos Remanescentes
do Quilombo da Caçandoca

Observatório de Territórios Sustentáveis e
Saudáveis Bocaina (OTSS)

Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos
Reis, Paraty e Ubatuba (FCT)

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Coordenação Geral Povos:
Fabiana Miranda

Coordenação de Campo | Sul de Ubatuba:
Cristiano de Brito Lafetá

Pesquisadores de Campo | Sul de Ubatuba:
Ana Carolina Santana Barbosa, Guilherme Euller Braga, Ivanildes Kerexu Pereira, Janaina Cassiano dos Santos, Luisa Vilas Boas Cardoso, Robson Fernandes

Textos:
Cristiano Lafetá, Anna Maria Andrade, Fabiana Miranda, Gabriela Muruá, Santiago Bernardes

Revisão Técnica:
Anna Maria Andrade, Cristiano Lafetá, Helena Tavares, Luisa Vilas Boas Cardoso, Ana Carolina Barbosa, Janaína Cassiano, Robson Fernandes

Mapas:
Janaina Cassiano dos Santos, Joao Oswaldo Cruz, Tiê Passos

Fotos:
Felipe Scapino, Guilherme Euller Braga, Luiza Saad, Marina Duarte de Souza, Robson Fernandes & Bruno Amir Imagens (fotos da Ilha Anchieta gentilmente cedidas)

Projeto Gráfico e Editoração de Imagens:
Eduardo di Napoli, Tiê Passos

Diagramação:
Leticia B Dias

Transcrição de Entrevistas:
Rannyer Barboni, Heloisa Vianna

OTSS – EXPEDIENTE FIOCRUZ

Coordenação Geral:
Edmundo Gallo (Fiocruz), Vagner do Nascimento (Forum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba)

Coordenação de Gestão Territorializada:
Fabiana Miranda

Colegiado de Coordenação Estratégica:
Edmundo Gallo, Vagner do Nascimento, Fabiana Miranda, Marcela Cananea, Julio Garcia Karai, Indira Alves França, Sidélia Silva, Leonardo Freitas, Ana Maria Correia, Mauro Gomes, Vinícius Carvalho.

Coordenação de Campo | Povos:
Cristiano Lafetá, Anna Maria Andrade, Rodrigo Pennutt

Pesquisadores de Campo (FCT) | Povos:
Ana Carolina Santana Barbosa, Fabiana Ramos, Gabriel Nogueira, Guilherme Euler, Julio Garcia Karai, Ivanildes Kerexu Pereira, Jardson dos Santos, Luisa Vilas Boas Cardoso, Priscila Azevedo, Raquel Albino, Robson Fernandes e Santiago Bernardes

Assessoria Jurídica:
Thatiana Lourival

Validadores | Movimentos Nacionais:
Julio Garcia Karai,
Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)
Marcela Cananea, Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC)
Neimar Lourenço Nascimento dos Santos
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)

ISBN nº 978-65-87063-36-2

Catalogação na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

P964p Projeto Povos: Território, identidade e tradição. Territótios do Sul de Ubatuba / Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina. Fórum de Comunidades Tradicionais. Fundação Oswaldo Cruz. — Rio de Janeiro : Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, 2023.
219 p. : il. color. ; fotos ; mapas

ISBN:

1. Povos Indígenas. 2. Quilombolas. 3. Caiçaras. 4. Saneamento. 5. Educação. 6. Licenciamento Ambiental. 7. Política Pública. 8. Segurança Alimentar. 9. Pré-Sal. 10. Petróleo. I. Título.

CDD – 23.ed. – 980.41

TERRITÓRIOS

SUL DE UBATUBA

ÍNDICE

Projeto Povos 08
Entendendo o Pré-Sal 10
Como estes mapas são feitos 14
Como usar esses mapas a favor da comunidade 16

Territórios Sul de Ubatuba 18
Introdução 24
Enseada, Perequê Mirim, Saco da Ribeira e Lázaro 46
Fortaleza 84
Lagoinha, Peres e Oeste 122
Praia Grande do Bonete 148
Ywyty Guaçu - Aldeia Renascer 170
Quilombo do Sertão da Caçandoca.....196

Mapas

Microterritório Sul de Ubatuba 20
Território Marinho Sul de Ubatuba 22
Enseada 80
Lázaro e Perequê Mirim 82
Fortaleza 120
Lagoinha.....144
Oeste, Peres e Lagoinha 146
Praia Grande do Bonete 168
Ywyty Guaçu - Aldeia Renascer 194
Quilombo do Sertão da Caçandoca.....218

Pela primeira vez,
nós por nós mesmos.

Nós, os povos tradicionais
de Angra dos Reis, Paraty
e Ubatuba, dizendo
quantos somos, como
vivemos e o que buscamos
para a plena realização
dos nossos direitos.

Projeto Povos:
Território, Identidade e Tradição

Conheça a mais abrangente iniciativa de cartografia social já realizada na Bocaina. Protagonizada pelas próprias comunidades, a caracterização envolve territórios indígenas, quilombolas e caiçaras de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP)

Qual é exatamente o território tradicionalmente ocupado pelos quilombolas? Quais são as condições de saneamento dos indígenas? E quais são os desafios dos caiçaras em relação ao acesso à educação? Estas são apenas algumas das informações que serão reveladas pelo Projeto Povos, iniciativa que vai colocar de vez, no mapa do Brasil, os territórios de 98 comunidades e localidades tradicionais indígenas, caiçaras e quilombolas de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP).

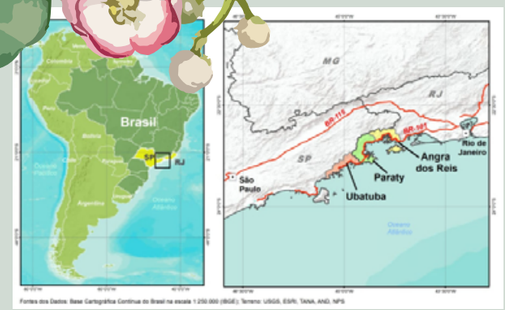
Reivindicação histórica do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), a realização do Projeto Povos é uma exigência do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama, para a produção de petróleo e gás pela Petrobras na Bacia de Santos. Quem executa é o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), uma parceria entre o FCT e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Participam também a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a Comissão Guarani Yvyrupá (CGY) e a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), que completam o conselho do projeto com a missão de garantir que todos os direitos das comunidades sejam respeitados.

O Projeto Povos utiliza metodologias de cartografia social que permitem às comunidades desenhar, com ajuda de profissionais, mapas dos territórios que ocupam. Este tipo de mapeamento social geralmente envolve populações tradicionais e é um instrumento utilizado para fazer valer os direitos desses grupos frente a grandes empreendimentos, problemas relacionados à grilagem de terras e ao não cumprimento de leis que dizem respeito à delimitação de terras indígenas, à titulação de territórios quilombolas e à regularização fundiária de territórios caiçaras, entre outros.

Caracterização de 98 territórios tradicionais ocorre até 2023

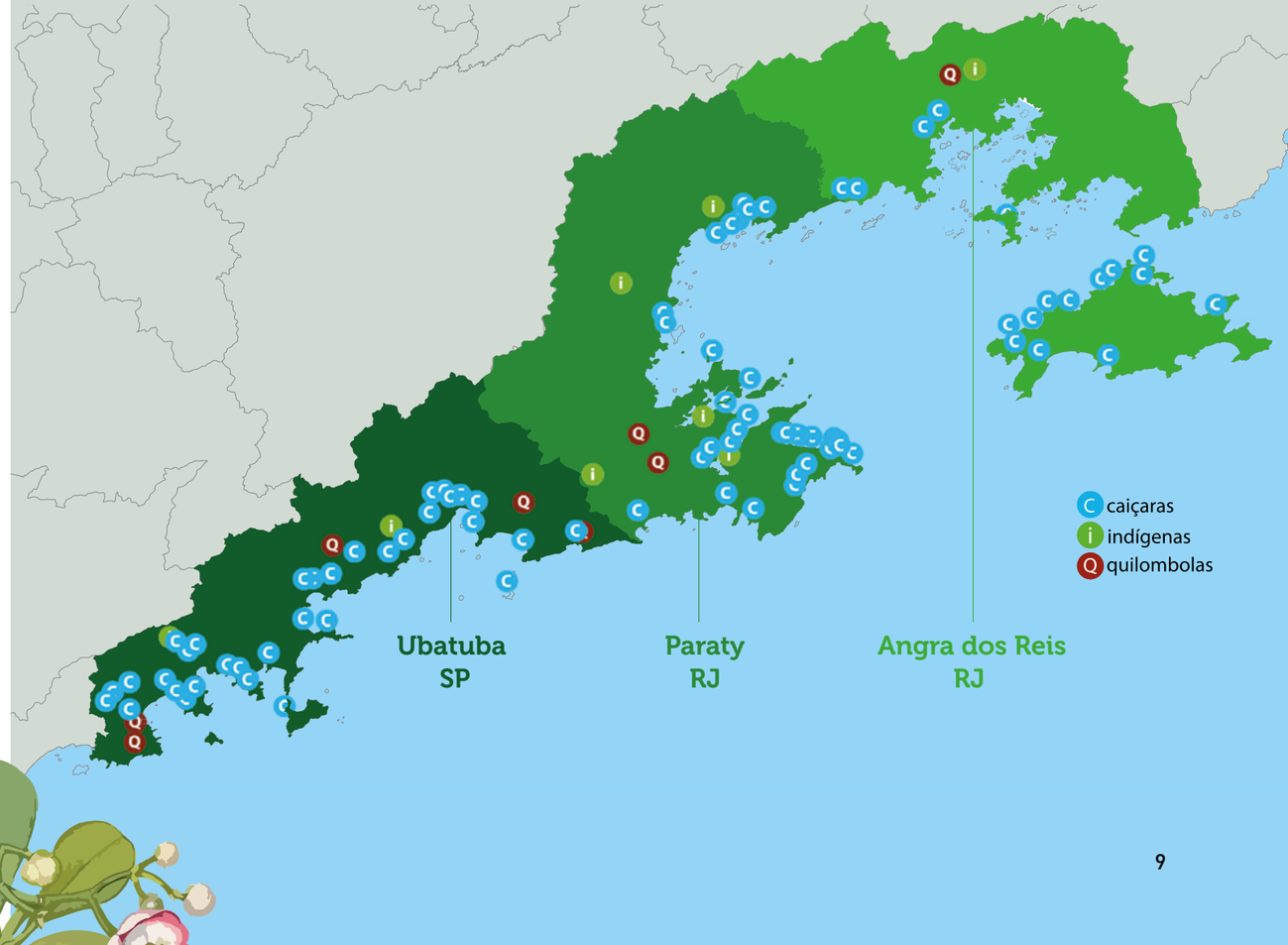
Além de informações técnicas, os mapas sociais são construídos de forma participativa e apresentam o cotidiano de uma comunidade em linguagem simples e acessível. Neles, são colocados espaços de roças, rios, lagos, casas, equipamentos sociais como unidades de saúde e escolas e outros elementos que as populações envolvidas considerem importantes. Aliás, são as comunidades que decidem o que querem caracterizar. No Projeto Povos, nenhuma informação é tornada pública sem a prévia autorização das comunidades envolvidas e das representações nacionais dos povos e comunidades tradicionais (Conaq, CGY e CNCTC).



Onde o Projeto Povos ocorre?

O Projeto Povos ocorre nos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. Para sua realização, foram definidos 10 agrupamentos de territórios que reúnem laços culturais, ambientais e territoriais comuns. É o caso, por exemplo, do agrupamento de territórios tradicionais do Carapitanga, que partilham a mesma Sub-Bacia Hidrográfica em Paraty (RJ).

Uma observação importante é que esta organização em agrupamentos de territórios – ou microterritórios - não quer dizer que as comunidades caracterizadas não tenham fortes e profundos laços com outras comunidades. Ou seja, essa divisão apenas ajuda a organizar os trabalhos de campo do projeto.



Entendendo o Pré-Sal

O Projeto Povos é resultado de uma condicionante do licenciamento ambiental federal para a exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal na Bacia de Santos. Mas você sabe o que isso tem a ver com as comunidades tradicionais?

Para que um grande empreendimento possa ser construído, ele precisa antes receber uma licença ambiental que é concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Para receber essa licença, quem constrói o empreendimento tem que cumprir também uma série de condições para mitigar ou compensar seus impactos sociais e ambientais.

O Projeto Povos é uma destas condições, e foi exigido da Petrobras pelo Ibama para que as comunidades tradicionais da Bocaina possam entender e se manifestar sobre potenciais impactos da exploração de petróleo na Bacia de Santos sobre seus territórios. Outro objetivo é disponibilizar mais informações sobre as comunidades para que suas reivindicações possam ser levadas em conta pelo Ibama quando houver algum novo pedido de licença para grandes empreendimentos na região.

O que é o petróleo?

O petróleo é um recurso natural muito importante na produção de energia em todos os países do mundo. Além de ser combustível utilizado nos veículos de transporte – carro, ônibus, caminhão, avião – ele também está presente no plástico que compõe muitos dos equipamentos eletrônicos (como celulares, computadores) e eletrodomésticos, além de ser muito utilizado em embalagens. Tem petróleo também em cosméticos (como batons), pasta de dente e até em roupa.

O óleo do Pré-sal é um tipo de petróleo extraído de camadas ultraprofundas embaixo do mar

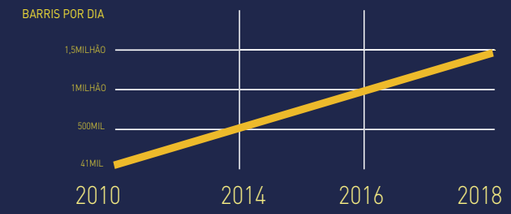
1984
PÓS-SAL
4.108 POÇOS
500 MIL
BARRIS POR DIA

2018
PRÉ-SAL
77 POÇOS
1,5 MILHÃO
BARRIS POR DIA

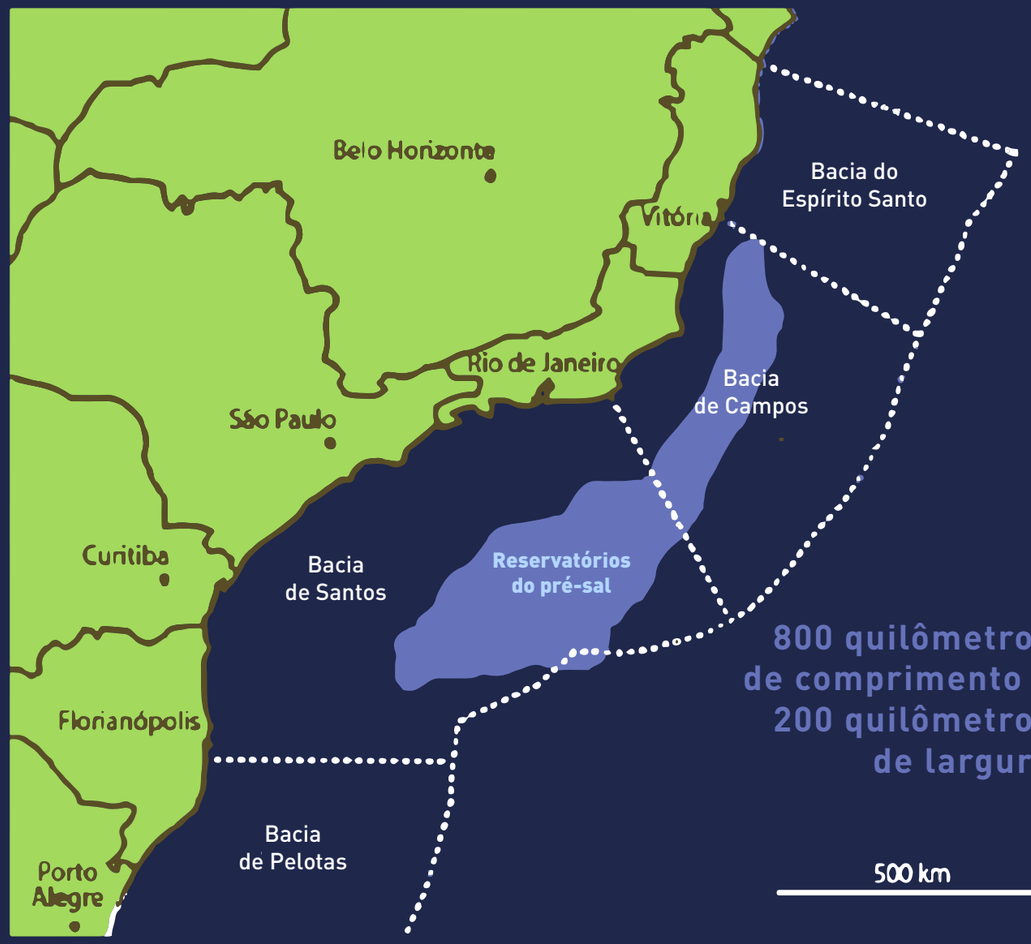
O que é o Pré-sal?

O Brasil não era considerado um país importante na produção mundial de petróleo até a descoberta do Pré-sal, em 2007. Pré-sal é um tipo de subsolo marinho, em camadas profundas embaixo do mar, de onde é extraído o petróleo. Como se vê na ilustração abaixo, esse petróleo está localizado em um agrupamento de rochas localizadas em águas ultra profundas em baixo de uma camada de sal, por isso Pré-sal. Ou seja, "antes do sal".

Produção média de petróleo no Pré Sal



Onde fica o Pré-sal?



A área de influência do Pré-sal mede cerca de 800 quilômetros de comprimento e 200 quilômetros de largura e está entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, passando, também, por territórios tradicionais localizados no litoral norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro.

O volume produzido por poço no Pré-sal da Bacia de Santos, onde estão essas populações, está muito acima da média da indústria de óleo e gás. Dos dez poços com maior produção no Brasil, nove estão localizados nessa área.

O que tem no Pré-sal?

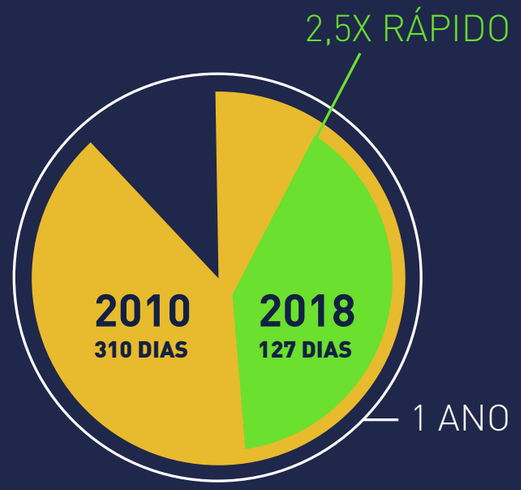
Para se ter uma noção do que significa a descoberta do Pré-sal, é possível que o Brasil duplique sua produção de petróleo em aproximadamente 10 anos. Entre 2006 e 2007, as reservas do país somavam cerca de 14 bilhões de barris de petróleo. Com essa descoberta, é possível que as reservas atinjam entre 50 a 80 bilhões de barris. Cada barril de petróleo tem o volume aproximado de 158,98 litros.

O que isso significa para as comunidades?

É tão grande a estrutura necessária para a exploração do petróleo no mar que faz com que o Pré-sal seja definido como um Megaempreedimento, já que ele altera a dinâmica social, econômica, cultural e ambiental das cidades litorâneas onde ficam as reservas do Pré-sal.

Isso significa dizer que, além do risco de vazamentos, a estrutura do Pré-sal gera como consequências alterações no território marinho como, por exemplo, o aumento do número de grandes embarcações, mudanças no comportamento de cardumes e ampliação de portos para atender a demanda de transporte.

Tempo médio de construção de poços marítimos



E, também, alterações terrestres tais como o aumento do número de pessoas vindas de fora, que chegam para trabalhar na exploração de petróleo sem que haja, por vezes, uma melhoria equivalente na infraestrutura local como mais hospitais e escolas.

Como o licenciamento do Pré-sal funciona?

Megaempreedimentos como o Pré-sal precisam cumprir dois procedimentos legais para poderem se instalar em uma região. O primeiro é a Avaliação de Impactos Ambientais e o segundo é o Processo de Licenciamento Ambiental. A partir daí é feito o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que ajudam o Ibama a decidir se dá ou não a licença.

Depois, é necessário realizar audiências públicas para ouvir o que a população e o poder público têm a dizer sobre o empreendimento. No território da Bocaina, essas audiências aconteceram nas Etapas 1, 2 e 3 do Pré-sal. Sim, já estamos no processo da Etapa 4 desse empreendimento.

Esses procedimentos têm como objetivo avaliar os impactos causados pelo Pré-sal e propor condicionantes e compensações que amenizem ou compensem os impactos ambientais e sociais causados pela sua instalação.

Como estes mapas são feitos?

Com a participação de pesquisadores indígenas, caiçaras e quilombolas, o Projeto Povos mapeia só o que as comunidades querem caracterizar. Conheça, passo a passo, como se dá essa construção coletiva.

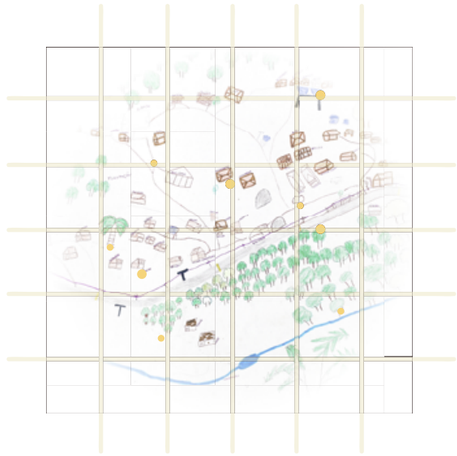
1) Chegança

Realizada com a participação do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), a "chegança" é o passo inicial da caracterização. Ela envolve lideranças e articuladores locais para esclarecer dúvidas sobre o projeto e para garantir que os mapas sejam construídos por muitas mãos.

2) Mapa Falado

Nessa atividade, a comunidade é convidada a fazer um desenho livre, em um papel em branco, representando seu território. Neste desenho, o território e seus elementos vão surgindo a partir do exercício da memória e da definição, pela própria comunidade, do que ela quer e acha importante que seja caracterizado.

Ícones dos mapas do Projeto POVOS



3) Localizando o território no mapa

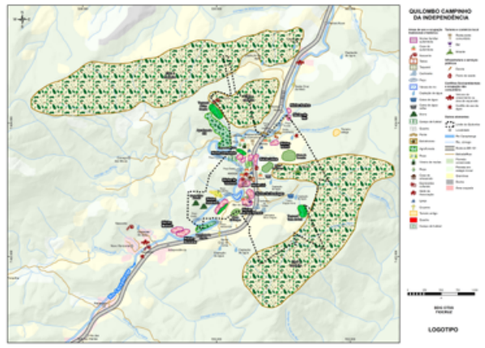
A etapa seguinte consiste na transposição do mapa falado para uma foto de satélite, localizando os elementos do desenho em uma base georeferenciada. Nesta etapa, o objetivo principal é garantir que os participantes consigam dimensionar seu território em um mapa e visualizar demais delimitações territoriais já estabelecidas por órgãos governamentais, como Unidades de Conservação e demarcações já realizadas.

4) Refletindo o Território

Depois, é hora de apresentar à comunidade a primeira versão do mapa final e validar com os participantes cada dado coletado. Um momento, também, para corrigir eventuais erros e acrescentar informações importantes que não tenham aparecido nas etapas anteriores.

5) Nosso mapa

A última etapa se divide em dois momentos. O primeiro consiste em revisitar o material produzido durante toda a caracterização e validar coletivamente o mapa final. Em sequência, a comunidade define quais informações quer que se tornem públicas e quais prefere que sejam de uso restrito da comunidade.



6) Ganhando o mundo

Percorrido esse caminho, o material segue para impressão e é devolvido para as comunidades. Também validadas pelas comunidades e suas representações nacionais, as publicações finais são distribuídas para bibliotecas e órgãos de governo e da sociedade civil cuja atribuição seja zelar pelos direitos dos povos e comunidades tradicionais da Bocaina.

Como usar estes mapas a favor das comunidades

Os mapas construídos pelas comunidades são instrumentos de promoção de direitos. Entenda algumas formas de como podem ser utilizados para a defesa dos territórios tradicionais

Garantia de territórios:

O projeto não assegura que haverá titulação, demarcação ou regularização fundiária de territórios tradicionais. Mas irá contribuir para que as reivindicações das comunidades cheguem aos órgãos competentes responsáveis por fazer isso.

Acesso a políticas públicas:

O projeto também não construirá infraestruturas nas comunidades, mas vai contribuir para levar ao conhecimento dos governos e órgãos públicos qual é a situação de cada comunidade em relação a serviços e equipamentos públicos nas áreas de educação, saúde, saneamento, trabalho e renda, entre outras decididas pelas próprias comunidades.

Fortalecimento da educação diferenciada

Esta publicação e os mapas gerados pela cartografia social podem ser usados nas escolas pelos professores para aproximar os conteúdos curriculares à realidade vivida pelos estudantes em suas comunidades.

Qualificação de licenciamento ambiental:

Outra conquista importante é que estes dados passarão a ser consultados pelo Ibama quando houver uma nova solicitação de licença ambiental para grandes empreendimentos que possam impactar as comunidades tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

Segurança alimentar e nutricional:

O projeto permitirá às comunidades ampliarem seus conhecimentos sobre as espécies agrícolas manejadas por elas e também por suas comunidades vizinhas. Isso fortalece o conhecimento do território e facilita possíveis trocas de sementes e de técnicas de plantio.

Práticas de saúde:

O projeto permitirá também às comunidades ampliarem seus conhecimentos sobre as práticas de cuidado corporal e espiritual utilizadas por ela e por comunidades vizinhas. Isso também facilita possíveis trocas de sementes e de conhecimentos em relação a procedimentos de cura e prevenção a partir das plantas medicinais.

Fortalecimento do FCT:

O mapa feito pela comunidade contribuirá também para fortalecer as bandeiras de luta do Fórum de Comunidades Tradicionais nas áreas de Turismo de Base Comunitária, Educação Diferenciada, Saneamento Ecológico, Economia Solidária e Agroecologia e a combater todas as formas de racismo e violência contra as comunidades.

Cristiano Awá, cacique da aldeia Renascer

SUL DE UBATUBA

MICROTERRITÓRIO SUL DE UBATUBA

Limite do Microterritório Sul de Ubatuba

Povo

- Caiçara
- Indígena
- Quilombola

Relações e fluxos intercomunitários, rotas de pesca e comércio

- Caiçara
- Indígena
- Quilombola

Territórios e áreas de uso tradicional

- Caiçara
- Indígena
- Quilombola

Outros elementos

- Rio
- Rodovia BR - 101

TI Ywyty Guassu - Aldeia Renascer
Sertão do Corcovado
Praia Dura
Folha Seca
Sertão do Ingá
Sertão da Quina
Araribá
Maranduba
Lagoinha
Oeste
Peres
Praia Grande do Bonete
Praia da Fortaleza
Quilombo da Caçandoca/Caçandoquinha
Tabatinga
Saco das Bananas
Lázaro
Saco da Ribeira
Enseada
Praia das Sete Fontes
Praia do Sul
Ilha dos Pescadores
Praia do Perequê-Açu
Barra Seca
Praia Vermelha do Norte
Praia de Itaguá
Praia do Cedro

475.000 480.000 485.000 490.000 495.000
7.410.000 7.405.000 7.400.000 7.395.000 7.390.000

N W E S

0 1 2 3 4 Km

SP

TERRITÓRIO MARINHO DO MICROTERRITÓRIO SUL DE UBATUBA

Povo

- Caiçara
- Indígena
- Quilombola

Áreas, recursos alvo e técnicas de pesca

- Avistamento de tartaruga
- Barco
- Barra
- Buraco
- Cerco
- Cerco antigo
- Costão
- Desova de peixe
- Ilha
- Ilhote
- Laje/Parcel
- Marco histórico
- Maricultura/ Marisqueira
- Nicho arqueológico
- Pedra
- Pesca artesanal
- Pesca de mergulho
- Piscina natural
- Poita
- Ponta
- Ponto de surf
- Porto antigo
- Poço
- Praia
- Rancho
- Rancho antigo
- Rancho comunitário
- Saco
- Toca
- Área de fundeio
- Rota de pesca
- Rota de remada
- Rota do camarão
- Rotas marítimas
- Área de pesca artesanal
- Área de pesca antiga
- Costeira
- Maricultura/ Marisqueira
- Marisqueira antiga
- Porto antigo

Outros elementos

- Rio
- Rodovia BR-101

Conflitos socioambientais e ocupação não comunitária

- Conflito
- Descarte de lixo irregular
- Conflito de maritório
- Poluição
- Proibido embarcação

Sul de Ubatuba

Resistência & Retomada

Caiçaras, quilombolas e indígenas residentes na porção sul do município de Ubatuba compartilham histórias de luta em defesa de seus territórios tradicionais, que falam de retomada e resistência.

Há poucas décadas, morros e vales eram cobertos por plantios dos mais diversos alimentos; havia mais cercos de pesca no mar; puxavam-se redes de arrasto na praia. Um tempo, narrado pelos mais velhos em cada comunidade, de maior solidariedade entre vizinhos, quando os bailes animavam as noites em finais de semana e feriados; as casas eram (algumas ainda o são) visitadas pelos foliões do Divino e de Reis; a ilha Anchieta era palco de causos assombrosos com suas roças à prova de saúvas.

“Aqui bem na curva da estrada. Tinha baile quase toda noite, fazia baile quase toda noite, então tinha noite que tocava viola, pandeiro e tal e fazia baile. Aí a gente ia dançar. Ficava as mulheres de um lado, as moças, sabe como é? Então a gente escolhia a moça que a gente queria dançar”.

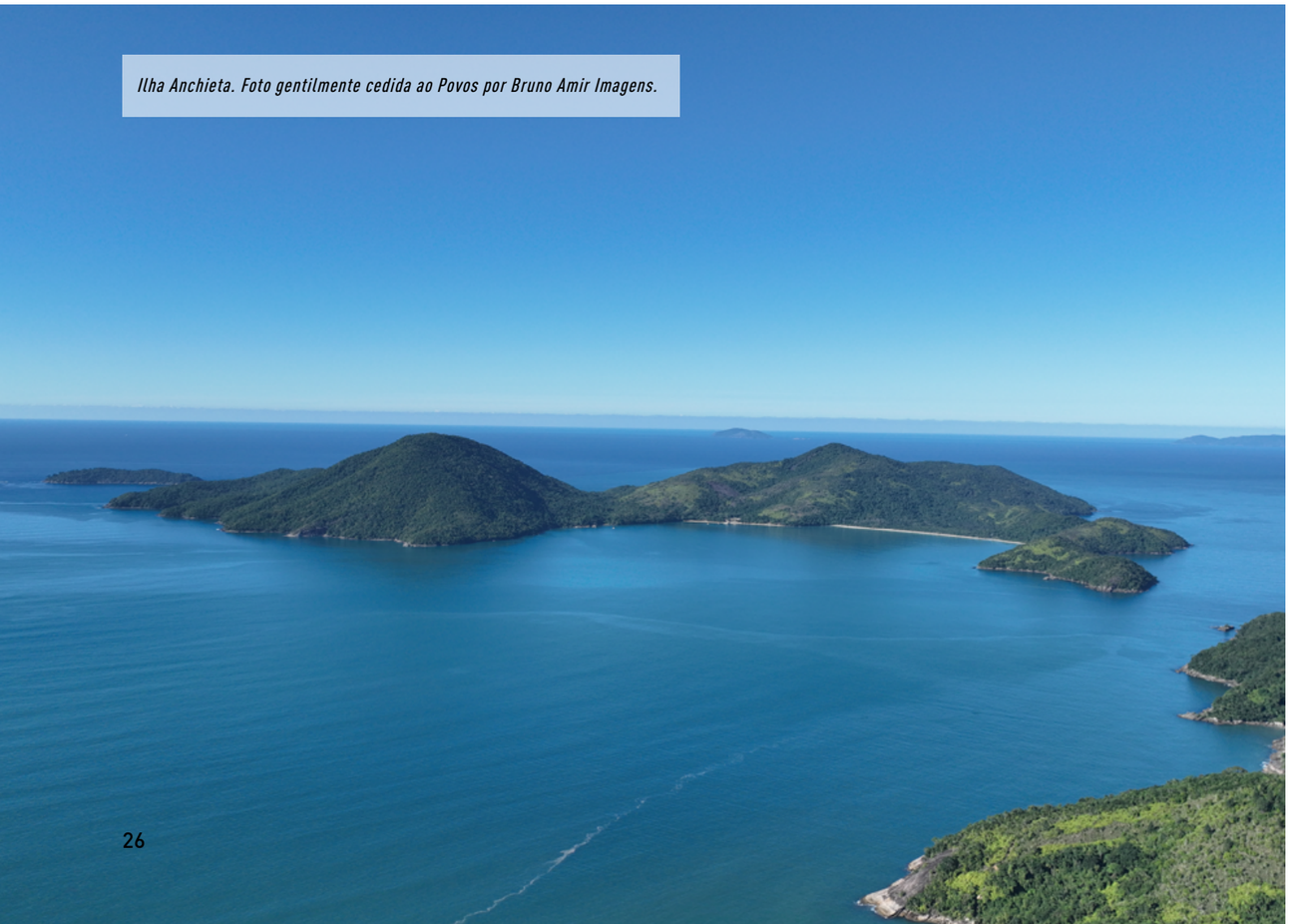
Seu Eduardo Braga, 91 anos,
caiçara da Enseada.

Muito mudou, mas muito resiste. São fabricarias de instrumentos musicais, quintais em ervas e temperos tradicionais, ranchos, casa de reza dos indígenas, ilê no quilombo, capelas em vários cantos. Tem maricultura e também cultura da terra, tradicional. Coral indígena e grupos de xondaros e xondarias em defesa do território ancestral. Pratos cheios de afeto, com sabor do mar e cheiro da mata. Habilidades no talhar, no tecer, no trançar em confecções de artefatos e artesanatos.

“A folia de reis eles comentam que aqui na Caçandoca tem o diferencial em receber, porque ainda tem a tradição do antigo. Eles vão para Igreja e cada pessoa da comunidade recebe. Na cidade não, eles passam muitas vezes por várias casas. Aqui normalmente as pessoas abrem e oferecem café, almoço, pernoite. No outro dia volta o bate pé e eles gostam bastante. Tanto que eles vêm fora dessa questão religiosa, eles vêm por outro motivo porque eles se identificam muito em estar recebendo”.

Isabel Dos Santos Prado Silva,
Quilombo da Caçandoca

A resistência se dá em meio a um cenário de forte descaracterização da organização social tradicional motivada pela BR 101, que chegou por ali duas década antes de passar pelo norte do município e por Paraty; outro motivo para a descaracterização é a falta de regulação do uso e ocupação do solo. O Parque Estadual da Serra do Mar, nessa região, está afastado das partes baixas e do litoral, protegendo apenas as partes mais altas da serra. Outras unidades de conservação estaduais, a APA Marinha do Litoral Norte e o Parque da Ilha Anchieta, regulam o uso do território marinho. Nos próximos capítulos, a sobreposição de Unidades de Conservação (UC) e os conflitos relacionados serão tratados mais detalhadamente.



Ilha Anchieta. Foto gentilmente cedida ao Povos por Bruno Amir Imagens.

Algumas comunidades caiçaras são marcadas pela presença de prédios e loteamentos voltados ao turismo e à moradia de pessoas de fora. Outras, são “recortadas” por condomínios de luxo que também servem ao turismo de temporada. Durante a pandemia de Covid 19, alguns desses loteamentos e condomínios passaram a ser ocupados por moradores permanentes. A especulação imobiliária é visível em placas de anúncio de novos empreendimentos e por muitos escritórios de corretores de imóveis.

Há, ainda, a presença de marinas, shopping, pousadas e outras construções sobre restinga e mangues, especialmente no Saco da Ribeira. Tais equipamentos, voltados aos turistas, ocupam territórios tradicionais expulsando caiçaras. Os resistentes relatam que os empreendimentos não respeitam a natureza e não possuem sistemas adequados para o tratamento do esgoto gerado, o que causa poluição em córregos, praias, enseadas e baías da região.

Mensagem em barco no Saco da Ribeira

Apesar da legislação específica, que deveria proteger seus direitos territoriais, as comunidades quilombola e indígena do sul de Ubatuba sofrem com as ameaças aos seus territórios. A história do Quilombo da Caçandoca é marcada pela invasão e tentativa de tomada de suas terras por empresa imobiliária que chegou a expulsar os quilombolas e a propor projeto de loteamento e condomínio na área quilombola. Tal fato será detalhado no capítulo específico. Assim como a história atual de ameaça, por invasão de moradores de bairros vizinhos, ao território indígena Ywyty Guaçu, reivindicado pelos Tupi-Guarani e Guarani M'Byá da Aldeia Renascer.

“A gente tá formando esse grupo de Xondaros para defender o território, pra ir pra mata e conhecer tudo. Já iniciamos. Já pegamos rancho de caça em área de preservação. Tem os garimpos, que tiram pedra e também estão comendo os barrancos, tirando terra pra obra. E mais pra lá, tem invasão, divisão de terreno, pessoal tentando vender lote dentro da nossa terra”.

Cristiano Lima Silva, 38 anos.
Cacique da Aldeia Renascer

A geografia do Sul de Ubatuba é semelhante a todo o território de atuação do Projeto Povos, com a Serra do Mar formando um grande paredão e seus vales servindo como canais de drenagem por onde descem rios e riachos que tornam o sopé dos morros lugares propícios à agricultura tradicional.

O litoral é recortado, formado por enseadas e pequenas baías separadas por costões rochosos, restingas de jundú e mangues, a exemplo do mangue do Rio Escuro, próximo à entrada da estrada que leva ao Pico do Corcovado (ponto mais alto do Sul e segundo mais alto de Ubatuba, ultrapassando os 1.000 metros de altitude) e à Aldeia Renascer. São diversas as ilhas e ilhotes, sendo a maior delas a Ilha Anchieta, cuja história será contada em tópico específico.

“A gente tá perdendo muito a característica e algumas pessoas não têm mais o conhecimento dos antigos de fazer tecelagem, artesanato, balaio, minha família fazia muito balaio, a timbopeva já é difícil pra coletar, não pode, tem pouca árvore grande pra fazer as canoas também já não tem, a caixeta pra fazer o tamanco, que meu pai fala que sempre faziam tamanco de caixeta, aí também já não tem, ou não pode cortar. Antigamente, quando minha avó tinha roça, lá na prainha, não tinha tantas árvores assim. Tinha árvore, mas não era assim esse tanto que tem. Tinha uma faixa que era preservada. Porque as pessoas não precisavam destruir toda natureza também. E usava só o necessário, vai cortar uma árvore, vamos fazer tamanco? Vai fazer só aquele tanto de tamanco necessário e não vai ficar cortando um monte de árvore. Vai fazer uma canoa? Vamos fazer uma canoa, não precisa destruir cinquenta árvores que ninguém precisava de cinquenta canoas de uma vez. Então é assim que eles viviam”.

Tatiana Santiago de Oliveira,
caiçara do Peres

Pico do Corcovado visto a partir da Aldeia Renascer

Esta publicação é narrada pelas comunidades caiçaras da Enseada, Perequê-Mirim e Lázaro; Fortaleza; Lagoinha, Peres e Oeste; e Praia Grande do Bonete; a comunidade indígena Aldeia Renascer (Território Indígena reivindicado Ywyty Guaçu); e o Quilombo da Caçandoca. Existem outras comunidades caiçaras no sul de Ubatuba, que deverão, ainda e caso queiram, realizar a caracterização de seus territórios. São elas: Folha Seca, Corcovado, Maranduba, Sete Fontes, Sertão da Quina, Sertão do Ingá e Sertão do Araribá.

Centro Comunitário do Quilombo da Caçandoca

Escola Municipal na comunidade caiçara da Fortaleza

Resultados Gerais

O quadro abaixo apresenta a situação geral quanto à presença de serviços públicos básicos nas comunidades que compõem o Sul de Ubatuba. Cada um dos serviços é detalhado a seguir. Os dados foram obtidos em conversas com agentes comunitários de saúde e pela observação participante da equipe de campo do projeto Povos.

QUADRO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS

	SAÚDE	SANEAMENTO	ACESSO	TRANSPORTE
Enseada, Perequê-Mirim, Saco da Ribeira e Lázaro	Posto de saúde do Perequê atende aos moradores do bairro. O moradores das demais localidades são atendidos pelo posto de saúde do Saco da Ribeira. Equipe da estratégia saúde da família (ESF) visita as casas, porém, a peridiocidade das visitas tem diminuido. Caiçaras da Enseada reivindicam atendimento no Perequê Mirim, que é mais perto que o Saco da Ribeira.	Há rede de água encanada operada pela Sabesp. A maioria das casas conta com sistema de fossa-filtro para o tratamento de seu esgoto. Relatos de campo denunciam que empreendimentos voltados ao turismo de massa não têm tratamento adequado de esgoto, despejando efluente sanitário diretamente nos corpos d'água, causando a poluição das praias.	As comunidades estão próximas à rodovia Rio-Santos, e são atendidas por serviço regular de transporte público municipal. Interlocutores reclamam dos horários e rotas; e do estado de conservação dos pontos e dos próprios ônibus.	
Fortaleza	Durante o processo de caracterização, o posto local funcionava em imóvel locado pela prefeitura de 2ª a 6ª, com enfermeira da própria comunidade e médico às terças-feiras. Durante a redação deste relatório, o posto foi fechado pela prefeitura e o imóvel devolvido ao proprietário. A comunidade reivindica que um novo posto seja instalado no terreno da escola.	Esgoto: Fossa. Não tem rede da sabesp. As captações e a distribuição de água são de responsabilidade da própria comunidade, que se organiza em núcleos de acordo com a fonte. Coleta de resíduos é insuficiente em feriados e na temporada. Comunidade está em contato com cooperativa de reciclagem para a retomada da coleta seletiva.	A estrada de acesso à Fortaleza sofreu danos severos pelas chuvas de fevereiros de 2023. No momento da redação da publicação, o tráfego estava liberado apenas para veículos leves, prejudicando o transporte coletivos e outros serviços, como entrega de cargas mais pesadas (ex. material de construção). Durante a validação, a comunidade informou que a estrada foi recapeada, mas não realizaram as obras de drenagem e contenção de encostas.	Há linha de ônibus urbano, regular, até a Fortaleza. Porém, desde as chuvas de fevereiro de 2023, o serviço encontra-se suspenso. Em abril de 23, a prefeitura realizou contrato com serviço de van que faz o trajeto da Fortaleza até a BR 101 (aprox.. 8 km) "Não vem o ônibus regular, mas de turismo chega".
Lagoinha, Peres e Oeste	Posto de saúde da Lagoinha. A comunidade informa que a frequencia de visitas da ESF está reduzida. "Este ano, só foi uma vez".	As comunidades do Peres e Oeste coletam água de nascente e a manutenção da rede é realizada pelos próprios comunitários.	Peres e Oeste são acessíveis por trilha. O barco é usado para levar compras e material de construção. A Lagoinha é cortada ao meio pela BR 101 e servida por linha de ônibus regular.	
Praia Grande do Bonete	O prédio onde funcionava a escola da comunidade recebe profissionais da ESF. O mesmo prédio é, também, usado como centro comunitário.	A comunidade reivindica a implantação de sistemas de tratamento do esgoto, que, hoje, é individualizado por fossas, muitas vezes sem o filtro ou o tratamento anaeróbico.	O acesso é realizado apenas por trilha ou pelo mar. O valor do frete é contestado pela comunidade.	Não há transporte regular náutico, seja para os moradores, seja como transporte escolar, que é reivindicado pela comunidade.
Aldeia Renascer	Existe um posto de saúde indígena, que recebe visitas periódicas de equipe da SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena.	Não há sistema de saneamento básico. As casas e construções públicas (posto de saúde e escola) possuem sistema de fossas sépticas. O sistema de água potável é mantido pela própria comunidade.	O acesso à aldeia se dá por estrada asfaltada, que leva ao PESM – Pico do Corcovado. A partir da entrada da TI reivindicada, a estrada passa a ser de terra. Está bem conservada.	Há linha de ônibus municipal para a comunidade do Corcovado, com ponto de ônibus na entrada da aldeia.

Quilombo da Caçandoca	Quilombolas da Caçandoca recebem visitas regulares da equipe da Estratégia Saúde da Família. Não há posto de saúde na comunidade.	não há rede de esgoto na comunidade. As casas possuem sistema de fossas sépticas ou sumidouros simples. A manutenção da rede de água é comunitária, com pontos de coleta junto às cachoeiras.

A estrada de acesso ao quilombo é malconservada e esburacada, com trechos em asfalto alternando trechos em terra.	A comunidade não é atendida pelo sistema de transporte urbano municipal. Os quilombolas devem caminhar mais de 5 km até a rodovia para pegar o ônibus para a cidade. Há transporte escolar, porém, quando chove, o ônibus não chega e as crianças perdem as aulas.

Rancho da comunidade do Peres, no caminho entre a Lagoinha e a Praia Grande do Bonete

CUIDADOS TRADICIONAIS DE SAÚDE

Os dados sobre os cuidados tradicionais sobre a saúde estarão descritos nos capítulos específicos de cada comunidade, assim como as ações de promoção da saúde. Os dados gerais do SUS estão na tabela de dados acima.

SANEAMENTO

“Então a gente sofre com isso aí. A Sabesp, sempre estamos perguntando por isso aí, o esgoto, 'ah vai dar continuidade, vai dar continuidade'.”

Rosendir de Souza, caiçara do Lázaro

O adensamento populacional, o acréscimo de embarcações, equipamentos e empreendimentos imobiliários voltados ao turismo, regular e náutico, associados à lentidão dos órgãos e empresas responsáveis por solucionar os problemas ligados ao saneamento básico, são responsáveis pela poluição das baías e enseadas no sul de Ubatuba. O trecho de entrevista abaixo, com o caiçara da Costeira do Paru, João Batista de Jesus, o Ico, mostra os efeitos da falta de tratamento de esgoto e de uma política para reduzir a poluição causada pelo turismo náutico.

“Ico: Depois de muito tempo foi acabando tudo. Por causa das poluições, esgoto, embarcação, lancha... Foi aumentando o turismo e foi acabando cada vez mais. Poluição demais no mar.

{Entrevistador:
Quando que começou a mudar?}

“Ico: 2011 mais ou menos... Antes tinha peixe de fartura, era muito peixe. A turma fala que o que tá acabando com o peixe é o pescador, eu não acho que é o pescador, o que tá acabando com o peixe é a poluição. Porque se você for analisar, hoje, o mar, é cheio de tudo quanto é porcaria que tem lá dentro. Até o peixe que a gente come do mar, hoje, não é saudável, se você for analisar bem, não é saudável. Porque ali é cloro, é sacola plástica, é lixo, até essas máscaras que o pessoal usa hoje, o mar tá cheio disso aí. Você vai arrastar camarão, tá cheio. Na rede você pega isso aí. A tendência é acabar por causa disso, a poluição. A Ilha Anchieta, falam que é criadouro de peixe, não é mais. Se você for analisar o que pegar de poluição, de esgoto, na verdade tá tudo contaminado. Se for pegar hoje, não tem lugar mais contaminado do que o Saco da Ribeira aí, o que tá de chumbo naquele mar da Ribeira. Não existe mais... Você pra comer um peixe sadio é lá fora, porque aqui em terra... E a tendência é cada vez ir acabando mais.

EDUCAÇÃO DIFERENCIADA

A tabela abaixo apresenta a situação geral da oferta de educação regular no sul de Ubatuba. O Coletivo de Educação Diferenciada de Ubatuba vem trabalhando junto às comunidades da Fortaleza e da Caçandoca, em processo de apoio às inciativas locais de fortalecimento e melhoria da educação, com a possibilidade de implantação de currículos voltados à realidade sociocultural dos territórios tradicionais caiçara e quilombola.

COMUNIDADE	EDUCAÇÃO
Enseada, Perequê-Mirim, Saco da Ribeira e Lázaro	Lázaro: CEI Luiza Basílio dos Santos, R. Cacau,135; 85 alunos Saco da Ribeira: EM Profª Renata Castilho da Silva, R. Guilherme Crispim Menezes, 30; 129 alunos; IBED 2021 6,7 EE Profª Semiramis Prado de Oliveira, R. Guilherme Crispim Menezes, 60; 553 alunos; IBED 2021 4,9 EMEI Judith Cabral dos Santos, Rua Benedito Henrique, 248 EM Maria da Cruz Barreto, R. Pedro Cabral Barbosa, 248; 237 alunos; IBED 2021 5,5 EM Profº Maria da Cruz de Oliveira, R. Pedra Verde, 294; 72 alunos; IBED 2021 5,1 EE Profª Florentina Martins Sanchez, 334 alunos; IBED 2021 5,2
Fortaleza	Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental I da Fortaleza. Do primeiro ao quinto ano, é multisseriado. Para o fundamental II, as crianças e jovens devem ir para a Escola Semiramis Prado de Oliveira, no Lázaro. Para o ensino médio, os jovens devem ir para o Centro, em escolas da rede estadual.
Lagoinha, Peres e Oeste	Escola Municipal de Ensino Fundamental Agostinho Alves da Silva, na Lagoinha. Fundamental I e II.
Praia Grande do Bonete	A escolinha da comunidade encontra-se desativada, sendo utilizada pela Associação Catifó para atividades comunitárias. Para ir à escola, crianças e jovens devem se descolar por trilha (aprox. 30min. até a Lagoinha e, de lá, pegar transporte para a escola.
Aldeia Renascer	A comunidade conta com uma bem estruturada escola indígena estadual, com professores indígenas e “juruás”.
Quilombo da Caçandoca	A comunidade reinvindica e está em processo de recuperação da escola. Atualmente ela está sendo reformada para voltar a ser escola e antes estavam fazendo lá aulas de reforço e atividades extracurriculares. Os quilombolas mantêm um comitê de educação diferenciada.

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

A situação fundiária na maioria das localidades e bairros com comunidades caiçaras é frágil, com pouca regularização e baseada em títulos de posse ou contratos de compra e venda. O processo de titulação do Quilombo da Caçandoca encontra-se parado, mas há a esperança, na comunidade, de que possa avançar, dada a mudança de governo e nas diretorias do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Já a demarcação do território indígena da Renascer tem situação mais delicada, visto que não há, ainda, laudo antropológico e que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) não encontra os estudos que já foram realizados.

POPULAÇÃO

Os dados de população foram coletados em entrevistas, por estimativa dos entrevistados em cada comunidade. Foi feita uma ponderação demográfica, com dados do Censo 2022 (IBGE), da Estratégia Saúde da Família (SUS/Pref. de Ubatuba) e da Assistência Social (SUAS/Pref. de Ubatuba). Importante destacar que o número de pessoas não-tradicionais não reflete o número de construções/casas de veraneio e locação por temporada, construídas e operadas por "gente de fora".

Os dados de população foram coletados em entrevistas, por estimativa dos entrevistados em cada comunidade. Foi feita uma ponderação demográfica, com dados do Censo 2022 (IBGE), da Estratégia Saúde da Família (SUS/Pref. de Ubatuba) e da Assistência Social (SUAS/Pref. de Ubatuba). Importante destacar a dificuldade em se chegar a um número oficial de famílias caiçaras, visto a descaracterização de seus territórios pela presença de veranistas e "gente de fora".

O Censo 2022 mapeou, ainda que com falhas em sua elaboração, as populações indígenas e quilombolas. Para o munício de Ubatuba, indicou a presença de 1371 quilombolas e 643 indígenas. Interlocutores de ambas as populações indicam que o número real é maior, visto que não foram considerados quilombos e aldeias ainda não reconhecidos. Este é o caso da Aldeia Renascer, que não consta no Censo 2022. Segundo estudo realizado pelo Fórum dos Saberes Artesanais, há 90 pessoas, em 15 famílias residentes na aldeia.

Já o Quilombo da Caçandoca aparece no Censo 2022 (IBGE) como tendo decreto de reconhecimento, mas ainda não a titulação do território. Segundo o IBGE, há no território da Caçandoca 176 pessoas residentes, sendo 153 pessoas quilombolas.

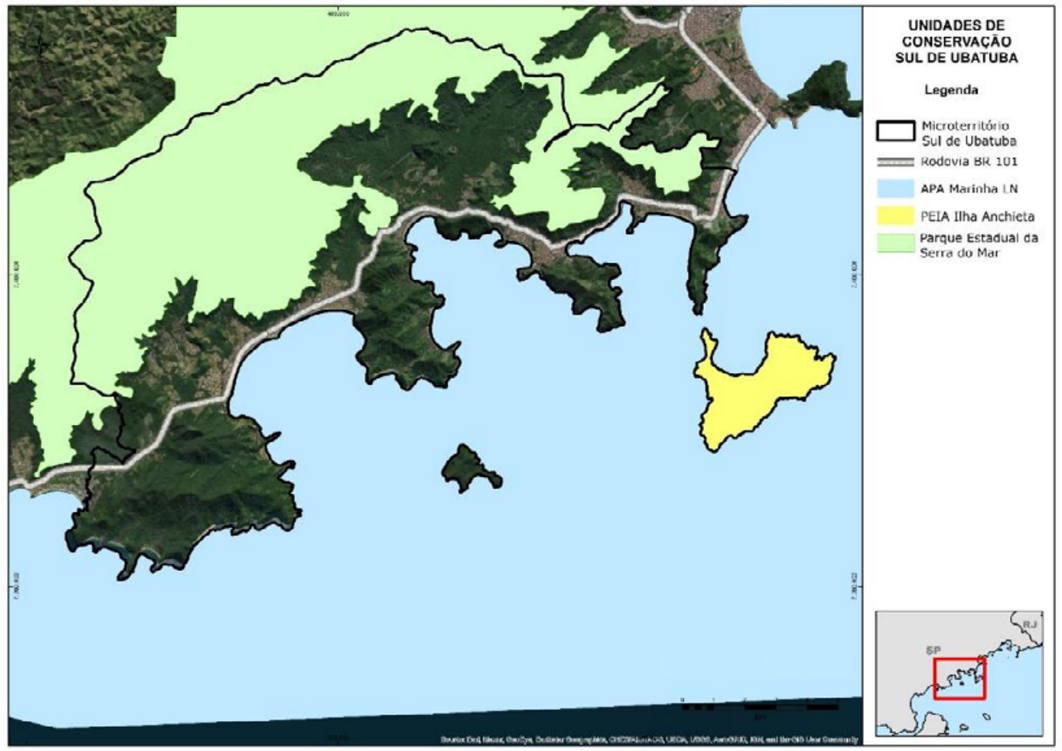
Algumas comunidades caiçaras indicaram o número de famílias residentes e que fazem uso tradicional do território. Na Fortaleza, indicam os participantes do processo de caracterização, há 40 famílias caiçaras. Na Lagoinha, Peres e Oeste, há 22 famílias que pescam, participam das atividades econômicas da maricultura, plantam ou realizam outras atividades tradicionais. Outros números relacionados à população caiçara aparecem nos capítulos específicos.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Entre todas as comunidades que compõem o MT Sul de Ubatuba, apenas uma parte da área pleiteada para a Terra Indígena Ywyty Guaçu é sobreposta pelo Parque Estadual da Serra do Mar / Núcleos Picinguaba, Caraguatatuba e Santa Virgínia. Porém, todo o território marítimo, de uso tradicional das comunidades, está sobreposto pela Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APALM), uma UC estadual de uso sustentável.

A Ilha Anchieta, um histórico sítio de uso indígena e caiçara, é, hoje, totalmente sobreposta pelo Parque Estadual de mesmo nome. Este parque é de proteção integral e impede qualquer atividade não-turística na ilha, que, no passado, serviu como área de agricultura, pois as lavouras sofriam menos com pragas, como a formiga saúva, que não existia na ilha.

Abaixo, um resumo de cada uma das UCs.



PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR:

No Sul de Ubatuba, o PESM tem seu limite definido pela cota de altitude. Porém, sua zona de amortecimento se estende, sobrepondo às comunidades caiçaras; dentre as caracterizadas pelo Povos, o Perequê-Mirim é a que tem maior proximidade com os limites do Parque. Além das comunidades caiçaras, como já informado, há sobreposição do PESM sobre a TI reivindicada pelos indígenas da aldeia Renascer.

O PESM é uma unidade de conservação de proteção integral, porém, alguns de seus núcleos de gestão, a exemplo do Núcleo Picinguaba, possuem uma característica mista, permitindo, por meio dos PUTs (Planos de Uso Tradicionais) a permanência de algumas comunidades tradicionais, especialmente no norte de Ubatuba. Sobre os PUTs, ver os relatórios finais do Norte de Ubatuba 1 e 2.

A UC foi instituída pelo decreto estadual nº 10.251, de 30 de agosto de 1977 e, posteriormente, foi instituído o plano de manejo do Núcleo Picinguaba. O núcleo possui uma área total 47.500ha, abrangendo 80% do município de Ubatuba. A página na internet com informações sobre o Núcleo Picinguaba do PESM, mantida pela Fundação Florestal de São Paulo, traz os atrativos do parque, com destaques para a região norte do município. Como atrativo na região sul, o destaque é a trilha para o Pico do Corcovado, com extensão de 6km, partindo de uma altitude de 976 metros e chegando aos 1000 metros. No site, não há a informação de que os guias para a trilha podem ser indígenas da aldeia Renascer, nem qualquer menção à comunidade indígena.

Link para página com informações turísticas e gerais do PESM/ Núcleo Picinguaba: https://guiadeareasprotegidas.sp.gov.br/ap/parque-estadual-serra-do-mar-nucleo-picinguaba/

Ilha Anchieta

APA MARINHA DO LITORAL NORTE:

Criada pelo Decreto Estadual nº 53.525 de 8 de outubro de 2008, a APA Marinha do Litoral Norte só teve seu plano de manejo debatido pelos atores interessados, redigido e aprovado em 2022, a partir do Decreto Estadual nº 66.823. O processo de discusssão do plano de manejo teve forte participação do Grupo de Trabalho da Pesca (GT Pesca/FCT) do Fórum de Comunidades Tradicionais. Pescadores de todo o município de Ubatuba atuaram de forma conjunta para garantir os direitos da pesca artesanal, tradicional caiçara.

Link para página com Plano de Manejo, mapa de zoneamento e e decreto de aprovaçao do plano de manejo da APA: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/apa-marinha-do-litoral-norte/

Link para página da APA, com informações sobre as etapas de construção do plano de manejo, com as atas das reuniões do conselho: https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Default.aspx?idPagina=15387

> **“O Parque Tartaruga de Pente, que a Fundação Florestal de SP pretende instituir, representa mais um episódio da maneira de operar do sistema ambiental paulista, com consultas à população mais no sentido de apresentar do que acatar as demandas e considerações das comunidades. É uma UC de proteção integral sobreposta a outra, de uso sustentável (APAMLN), e também em cima de uma área de proibição à pesca (SUDEPE/84). No Plano de Manejo da APAMLN esta área é uma ZPGBIO, Zona de Proteção à GeoBiodiversidade, ou seja, mais uma forma de proteção já existente. Demonstra a incapacidade de fazer a gestão dessa área com tantas formas de proteção e precisar criar mais uma. A zona de amortecimento dessa nova UC pode afetar áreas de cerco flutuante dos caiçaras da Enseada e também a passagem de embarcações de pesca”**
>
> Santiago Bernardes, caiçara, membro da coordenação colegiada e do GT Pesca do FCT

PARQUE ESTADUAL DA ILHA ANCHIETA:

A Ilha Anchieta era chamada de Ilha dos Porcos pelos caiçaras do sul de Ubatuba. Historicamente, abrigou uma aldeia indígena Tupinambá. Conta-se que os indígenas realizavam trocas com os caiçaras do continente, levando a produção das roças que mantinham na ilha, em canoas, e voltando com produtos outros, de uso da aldeia. O passar do tempo levou os Tupinambá à migração e, mais tarde, a ilha foi ocupada pelos caiçaras, que a utilizavam como importante área de roça, livre das saúvas e com boa terra para diversos cultivos, como tubérculos (mandioca, cará e inhame) e algumas frutas.

A implantação do presídio causou a primeira expulsão de caiçaras da Ilha. Alguns moradores da ilha, e do continente próximo, foram contratados para trabalhar como carceireiro, cozinheiro ou outra função relacionada à prisão. Durante o periodo de operação do presídio, as roças foram abandonadas, mas a pesca no entorno da ilha seguiu acontecendo. Ali, havia cercos e ranchos. Pescava-se também de linha, a partir das praias e costões da ilha.

Quando o presídio foi desativado, foi implantado o Parque Estadual da Ilha Anchieta, uma UC de proteção integral, que impede qualquer atividade econômica além do turismo. As restrições se extendem para o entorno da ilha, impedindo também a pesca e o fundeio de embarções.

Resumo das ações do Projeto POVOS nos territórios do Sul de Ubatuba

+de 150 comunitários participando ativamente

670 elementos mapeados na cartografia social

40 entrevistas realizadas

24 oficinas de caracterização

3 oficinas de formação

18 visitas de campo

13 mapas falados

TERRITÓRIOS

SUL DE UBATUBA

Resultados por território tradicional

Canto esquerdo da praia da Fortaleza

ENSEADA PEREQUÊ MIRIM SACO DA RIBEIRA LÁZARO

O GRANDE TERRITÓRIO CAIÇARA

Seu Dito Grande, Benedicto Lourenço de Oliveira, nascido em 15/7/1941 pescador da comunidade caiçara da Enseada, em memória (falecido em setembro de 2023)

{Dona Conceição}
"Tem muita relação entre as comunidades aqui."

{Roberto}
"Enseada e Pereque Mirim, pra mim, sempre foi a mesma coisa. Eu nunca vi separado, assim..."

{Dona Conceição}
"O negócio da igreja, a turma do Lázaro vem pra cá... depois se ajuntam, também, lá no Itaguá. "

{Roberto}
"Tudo aqui é próximo, uma coisa só. O patriarca dos Paru é la da das Toninhas... e, outra coisa, tem a relação da pesca também, do cerco, essas coisas de conversar. Ô, Conceição, antigamente vocês tinham alguma ligação com a turma do Lázaro?"

{Dona Conceição}
"Era conhecido. A turma vinha, benzia aqui com a minha mãe. Tinha muito conhecido. Tinha dois lá do Lázaro, seu Jango e o outro eu esqueci o nome, que eram muito amigos do meu pai, por causa da pescaria, essas coisas..."

{Roberto}
"Não era o Peres?"

{Dona Conceição}
"Não era. Não lembro o nome do outro. Mas tinha o Peres, mesmo, era conhecido... Eu gostava muito de ir pro Lázaro.... e gostava também do Itaguá. Tinha a minha irmã que morava lá, tinha minhas tias, os meus primos."

O papo acima, da Dona Conceição (Maria Benedita Conceição Alves) com o Roberto Ferrero, ambos caiçaras da Enseada, revela relações simbólicas e efetivas que ultrapassam os limites territoriais das localidades, formando um grande território caiçara, de múltiplas comunidades e um só povo. Nas próximas linhas, caiçaras residentes em algumas localidades e bairros do sul de Ubatuba narram um pouco de sua história para caracterizar seus espaços de vida.

TEMPOS E ESPAÇOS

A região sul do município de Ubatuba é marcada por forte especulação imobiliária, desde a década de 1960. Nessa região, a BR 101 chegou quase duas décadas antes que ao norte de Ubatuba e à toda a cidade de Paraty. Ainda assim, as comunidades caiçaras guardam seus laços de identidade, reproduzindo seus modos de ser e fazer e estabelecendo fluxos de relações simbólicas e socioculturais entre si.

Dona Conceição

Os espaços tradicionais caiçaras estão presentes nas localidades da Enseada, Perequê-Mirim, Saco da Ribeira e Lázaro. Seguindo de norte a sul, pelo litoral, marcam-se as presenças de populações caiçaras, seus ranchos, roças, pontos para a pesca de cerco, pequenas fazendas de maricultura artesanal, canoas em vai e vem pelas praias: do Godoi, do Tapiá, de Fora, Prainha da Enseada, Enseada, Santa Rita, Perequê-Mirim, Lamberto, Saco da Ribeira, Ribeira, Flamengo, Flamenguinho, Sete Fontes, Sununga e Lázaro. Acompanhando ainda linha da costa, nomeiam-se lugares importantes, como a gruta que chora, no canto da Sununga, e a piscina natural da Santa Rita.

No canto esquerdo da praia da Enseada, olhando para o mar, está a costeira do Paru, assim nomeada em alusão ao apelido do patriarca da família Batista de Jesus. Seus descendentes são conhecidos como "os Parus". Ali, ranchos de pesca, canoas, boias da maricultura e outros elementos destacam a cultura caiçara dos viventes.

"Meu nome é João Batista de Jesus, nasci em 11/08/1963. Na verdade, nasci nas Toninhas e com nove anos mudei pra cá, pra Enseada. Começamos a trabalhar na roça com o pai e aprendemos a pescar com o pai e dali pra cá, com uns doze anos já saía trabalhar com meus irmãos. Aí aprendemos a pescar tainha de rede, depois meu pai já não queria ir mais, escalava nós, ia eu e meus dois irmãos, eu, (Midinho) e Chico. Saía de tarde, largava a rede e no outro dia ia buscar a rede. Aí dividia: três iam tomar conta do gado, dois iam pra roça e um ficava em casa pra levar comida. Dois ficavam, um ia levar pro pai na roça e outro levava pra nós que tomávamos conta do gado. Aí de tarde a gente vinha, colocava o gado na cocheira, embarcava a rede e ia largar a rede. De manhã cedo, quatro horas da manhã, minha mãe chamava nós, nós íamos buscar a rede, tirávamos a rede, vinha, chegava em casa, ia pra roça. Aí mês de junho, julho, era época da tainha, a gente ficava mais focado na tainha. Saía pra pescar tainha, quatro horas da tarde, voltava no outro dia de manhã cedo, remando. Às vezes saía e pegava bastante tainha, às vezes ficava uma semana e não matava nada. Aí quando tava ruim o tempo, tava chovendo, ventando, não dava pra sair pro mar, nós íamos por picaré lá na Praia de Fora. Às vezes pegava coisa, às vezes não matava nada. Sempre nessa batalha. Quando era fim de semana que o tempo tava ruim, todo mundo pegava enxada e ia carpir o caminho da Praia de Fora até o (Tapiá), ia todo mundo, o pai pra um lado com a mãe, e nós no outro. Ia roçar picada, não tinha folga, a folga nossa só Natal e ano novo que ninguém trabalhava. E a semana santa que respeitava e ninguém trabalhava. Essa nossa vida.".

João Batista de Jesus (Ico), Enseada, 59 anos.

Vista da praia da Enseada

Renato Bueno, mestre canoeiro

Outro olhar possível é acompanhando a estrada. Indo de norte a sul, olhando para a direita, ou para a serra, avista-se um barco grande, de madeira, quase clamando por restauro, sobre cavaletes, em frente a uma casa caiçara bem na beira da rodovia, no bairro do Lázaro. Ali mora a família do caiçara 'Corintiano', o Fábio Igor, liderança pela valorização e reconhecimento da cultura caiçara e da pesca artesanal. Vizinho do Corinthiano, vive e trabalha, o Renato, mestre canoeiro e marceneiro, de família caiçara da Sete Fontes, onde também há uma resistência. Renato é filho do seu Domingos da Cunha Bueno, pescador artesanal e, também, mestre nas artes e ofícios caiçaras. Em visita às casas do Corinthiano e do Renato, a equipe Povos pode acompanhar o trabalho de recuperação de uma canoa de mais de 60 anos feita em Trindade (Paraty) e que os próprios trindadeiros deram por perdida.

Um pouco antes, ainda na Enseada, olhando para a esquerda, vê-se a peixaria do 'Duardinho', o seu Eduardo, um senhor de 91 anos, altivo, que, do outro lado do balcão, conta histórias e causos do tempo de antes da rodovia.

A localidade do Saco da Ribeira é marcada pela presença de toda uma estrutura voltada ao turismo náutico, com marinas, shopping, hotéis, condomínios com apartamentos e casas de veraneio. Ali, espremida entre a Ribeira e o Lázaro, vive uma família que resiste em sua tradicionalidade caiçara. Uma das irmãs segue firme na pesca. Os pais (avós) mantêm seu quintal de ervas. Na cozinha, diversas formas de preparar o pescado e acompanhamentos. No dia que a equipe do projeto Povos visitou a família, participaram da conversa: Rosendir de Souza e Lourdes dos Santos Souza, suas filhas, Adriana e Adriele, e seu genro, Gustavo Elias.

"Eu que trouxe o primeiro arrastão pra barco aqui pra Ubatuba, depois de passar um tempo lá por Santos. Antes, o japonês, que foi morar lá em Boiçucanga, ensinou a fazer a cerco. Antes disso ainda, a gente pescava aqui só no puçá, de canoa. Pegava muito camarão sete barba no puçá. Aí eu conheci esse japonês, que me ensinou a fazer o cerco. Que o cerco é uma rede japonesa. E eu fui fazendo o cerco por aí tudo, e ensinando pra todo mundo. Lá pro norte também, na Picinguaba, no Camburi, até lá na Trindade. Vou desenhar aqui pra vocês verem, cada parte do cerco, o esquema do cerco, né?"

Eduardo Graça, caiçara da Enseada, 91 anos

Dona Lourdes e seu Rosendir de Souza

Seu Eduardo, da Enseada, desenhando o cerco

“Eu não me vejo de maneira alguma, de espécie alguma, morando em cidade. Nem que for o centro de Ubatuba, que ali também tem o mato, também tem mar. Não, não, nunca. Eu vou morrer aqui na minha terra onde eu nasci. É aquela coisa assim, é muito amor pelas histórias. Eu sou muito de história, história verídica, coisa que meu pai fala, que os meus tios falavam”.

Adriana Souza

Ainda na Ribeira, junto às marinas, há uma área da Fundação Florestal de São Paulo, onde funciona o escritório do Parque Estadual da Ilha Anchieta. O espaço é de uso dos pescadores artesanais da região, que reclamam a precariedade da estrutura destinada à manutenção das embarcações.

“Aqui era para ter espaço coberto para trabalhar nos barcos. Deveria ter lona embaixo, para coletar as cracas. E também um sistema adequado pra tratar o resíduo que sai do trabalho de limpeza e manutenção dos cascos. Mas tá tudo assim, não tem esse controle”.

Fábio Igor (Corinthiano), caiçara pescador do Lázaro e do Saco da Ribeira

Próximo à área da FFSP, em uma faixa entre a rodovia e o mar, no fundo da baía, há um rancho construído com recurso de compensação ambiental, em 2015, e destinado aos caiçaras. Porém, o acesso ao rancho é dificultado, a rampa não alcança o mar e o equipamento que deveria ser instalado para puxar canoas e outras embarcações teve sua autorização ambiental de instalação negada pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). O rancho encontra-se abandonado, com grande árvore caída sobre o seu telhado. A área é do Instituto Oceanográfico da USP.

Nos chamados “sertões”, do lado da serra, estendem-se os bairros com os nomes de suas praias e/ou rios e riachos. O Perequê Mirim, em seu lado praiano, repete a lógica de ocupação por “forasteiros” e veranistas. No sertão, moram famílias caiçaras. Lá, encontram-se nascidos não só nas praias da Enseada, do próprio Perequê Mirim, do Saco da Ribeira e do Lázaro, mas, também, descendentes de famílias originais da Lagoinha, das Toninhas, da Praia Grande, do Itaguá, entre outros. Antigas áreas de roça, os sertões ainda guardam casas de farinha (muitas inativas) e características da vida caiçara.

Família Souza

ILHA DOS PORCOS OU ILHA ANCHIETA – UMA HISTÓRIA EM QUATRO ATOS

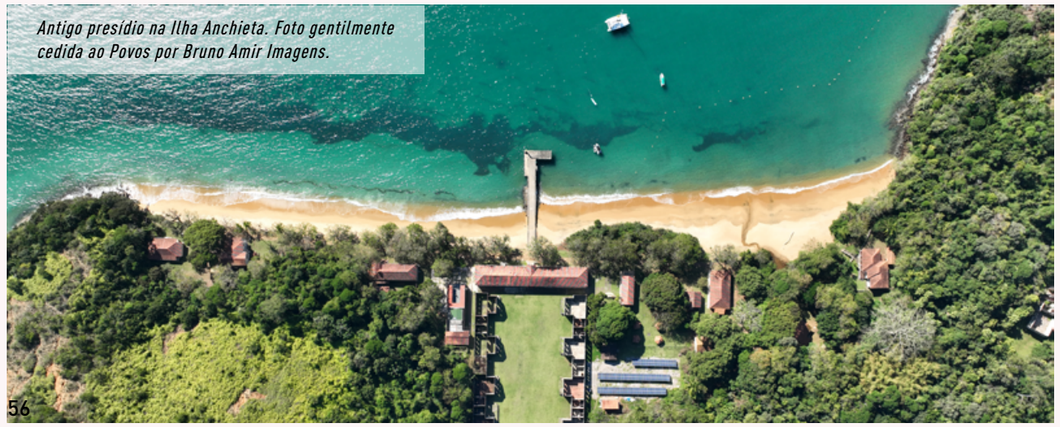
A ILHA DOS TUPINAMBÁS

A Ilha, antigamente chamada 'dos Porcos', sempre foi habitada. É o que os relatos coletados em campo, durante oficinas e em visitas às localidades do sul de Ubatuba, nos contam. Com mais de 8 mil metros quadrados, a atual Ilha Anchieta foi residência e território de uso dos Tupinambás, os primeiros habitantes deste pedaço de Brasil.

> **Minha avó nasceu na Ilha Anchieta, minha avó é filha de índia, certo, nasceu lá na Ilha Anchieta, meu pai nasceu lá**
> **(...)**
> **Lá tinha aldeia de índio, lá se viviam muitos índios, então eles plantavam lá dentro e trazia os benefícios aqui, pra terra tinha roça mas era pouca, então eles se juntavam, como o dinheiro circulava pouco, a compra que vinha de caravela de fora eles chegavam de caravela, então demorava muito. Então essa lavoura aqui perto abastecia um pouco o armazém. Então eles plantavam lá fora e aí tinha coisa que eles não tinham. Aí eles vinham aqui no armazém, fazia a troca e voltava com as coisas que ele queria. Quando não tinha tudo no armazém eles iam de casa em casa onde tinha e fazia as trocas com as coisas que eles tinham. Depois bandeava tudo lá pra uma ponta do boqueirão, do boqueirão pegava a balsa, fazia uma fogueirinha lá, acendia a fogueira lá, a outra turma do lado de lá respondia e vinha de balsa buscar. Porque o índio é muito bom na mata, mas na água ele é meio atrapalhado."**
>
> Emidio Salomé de Jesus (Biro-Biro), caiçara da costeira dos Paru, 56 anos.

ROÇAS CAIÇARAS NO MEIO DO MAR E UM LUGAR BOM PRA PESCAR

Livre de saúvas e outras pragas, a maior ilha do município de Ubatuba era o lugar ideal para as roças. Ali se plantava de tudo: feijão, hortaliças, tubérculos, como a mandioca. E, como nos contou o Biro Biro, o que se colhia na ilha era trocado, no continente, por produtos que lá não tinha. Indígenas e caiçaras sempre fizeram uso da Anchieta, seja como moradia, área de roça ou lugar especial de pesca. Ali, havia diversos pontos de cerco. Além disso, das pedras e mesmo das praias, podia-se pescar de vara ou linha na mão.



Antigo presídio na Ilha Anchieta. Foto gentilmente cedida ao Povos por Bruno Amir Imagens.

Praia das Palmas, Ilha Anchieta. Foto gentilmente cedida ao Povos por Bruno Amir Imagens.

A CHEGADA DO PRESÍDIO

O pai do Seu Eduardo, nascido na Ilha, teve que sair de lá quando o governo decidiu implantar um presídio, em 1908. Seu Eduardo nasceu em 1931. Sua mãe era nativa da Enseada. No trecho de entrevista abaixo, o pescador conta sobre a saída de seu pai da ilha, com a chegada do presídio:

“Meu pai nasceu na Ilha Anchieta. A família é da Ilha Anchieta.”

{Aí eles foram expulsos quando veio o presídio?}

"Indenizaram lá e ele veio, ele veio de lá, ele e várias famílias. Veio a maioria das famílias; vieram morar ali no Perequê Mirim. Meu pai tinha um terreno ali, tinha uma gleba ali, o Perequê Mirim era quase todo do meu pai. Eu peguei direito de posse do que era do meu pai. Como o pessoal da Ilha Anchieta era amigo dele ele deu o terreno, porque não tinha muito valor o terreno e ele deu, pessoal foi fazendo casinha aí, enchendo o terreno do Perequê Mirim de casas. Aí veio essa lei de posse, aí eu quis vender terreno e não pude mais. Porque só tinha poceiro lá dentro. O papai morreu eu fiquei órfão com 12 anos, mas eu não consegui nada. Fiz inventário até eu fiz inventário e não pude tomar conta do terreno porque era posse."

{Estava tudo tomado? Essa turma então que saiu da Ilha Anchieta foi indenizada?}

"Foi indenizada e vieram pro Perequê Mirim, todo mundo que veio da Ilha Anchieta ficaram no Perequê Mirim, no terreno do meu pai."

{Mas ele falava alguma coisa se eles queriam sair ou não?}

"Ninguém queria sair. Foi obrigatório sair."

{Eles plantavam lá na ilha?}

Plantavam, viviam lá, tinham engenho de água ardente, tinha plantação, tinha tudo na ilha, sobreviviam lá na Ilha Anchieta.

Sebastião Ramalho

O DESMONTE DO PRESÍDIO E A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE

Em 21 de junho de 1952, 300 presos amotinados tomaram as instalações do presídio. A revolta causou a morte de mais de 100 pessoas. Em 1955, o presídio foi desativado. Em 1977, foi criado o Parque Estadual da Ilha Anchieta.

O parque é uma unidade de conservação de proteção integral. Desde a sua implantação, ficou proibido fazer roça ou mesmo pescar no entorno da ilha. Muitos interlocutores afirmaram haver uma contradição entre a proibição de práticas tradicionais e a permissão ao turismo de massa, com o consequente fundeio de embarcações turísticas em lugares onde barcos, ou mesmo canoas, de pesca não podem chegar. Houve a cessão de uso de instalações da ilha para a implantação de restaurante e hospedagem. Pescadores mostram-se preocupados com a notícia de possível novo parque na região, sobrepondo áreas de pesca artesanal.

OCUPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

No bairro da Enseada, em um terreno que resiste – incluindo o acesso à praia – nos fundos de um condomínio de turistas, está a Fabricaria Caiçara do Roberto Ferrero. O terreno era a casa do bisavô do Roberto. Na negociação com o condomínio, mantiveram, para a família Ferrero, toda uma faixa acompanhando o jundu e a praia. Ali se constitui um núcleo familiar caiçara, onde os os “temperos” da consertada crescem no quintal. E o barulho das ferramentas talhando madeiras se alterna ao som de violas, machetes e rabecas.

Seu Nelson, pescador da comunidade caiçara da Ribeira

Fabio "Corinthiano" manejando o marisco, em maricultura entre as praias da Sununga e Sete Fontes.

O terreno onde Roberto mora e trabalha é um pouco da síntese da organização territorial nos bairros do sul de Ubatuba. Os antigos núcleos familiares foram dando lugar a loteamentos e construções voltadas ao turismo. Os caiçaras que resistem se espremem por ali ou buscam refúgio nos "novos sertões", ao pé da serra, do lado de lá da rodovia, afastados do mar e, geralmente, em áreas de risco.

Fator comum a toda a área de abrangência do projeto Povos, a situação fundiária das comunidades caiçaras do sul de Ubatuba é frágil, com muitos terrenos e casas possuindo apenas o título de posse e documentos de dominialidade familiar. Porém, dada a presença de muitos loteamentos e condomínios voltados ao turismo, os bairros da Enseada e do Lázaro estão em situação um pouco menos frágil. A fragilidade da situação fundiária é maior nas áreas "de sertão", especialmente no Perequê-Mirim.

Desastres climáticos ocorridos recentemente na região alertam para os riscos vividos pelos moradores dos "Novos Sertões" ao pé da serra. Os bairros se formam por dois fatores, ambos ligados à especulação imobiliária do turismo e à implantação de UCs de proteção integral "da paisagem do barão", como disse um pescador, numa conversa em visita de campo. O primeiro fator é a expulsão das populações caiçaras, tal qual o caso acima da Ilha Anchieta. O segundo fator é a migração de trabalhadores que chegam, primeiro, como empregado na obra da rodovia e, depois, na construção das casas, prédios e demais equipamentos voltados ao turismo.

"É o que eu falo. Se a gente tem condições, a gente não vende um palmo de terra, mas como assim? A situação nossa é muito ruim já, a minha filha já tava crescidinha. Eu falei, o que eu vou dar pra minha filha? Minha casa no Lázaro, eu moro no quintal dos irmãos, é uma casa pequeninha. E aí o que que eu fiz, eu tive que vender os lotes, depois quando a gente for lá até mostro o tamanho da terra, era terra, dava pra criar até boi, era bem grande. Eu tive que vender pra mim construir a casa da minha filha. Aí ficou um espaço que dá pra fazer umas coisinhas lá.".

Adriana Souza, caiçara do Lázaro

Por ação das comunidades pesqueiras junto à APA Marinha do Litoral Norte e à Fundação Florestal de São Paulo, ranchos de pesca, pontos de cerco e da maricultura tradicional vêm sendo regularizados em favor das famílias caiçaras. Ainda sobre os espaços de uso tradicional, caberia ao município de Ubatuba realizar estudo para regularizar áreas de uso coletivo e comunitário; e caberia, ainda, ao estado de SP a regularização das roças caiçaras e o reconhecimento de casas de farinha.

Rancho dos Paru, Enseada, com destaque para a marisqueira, ao fundo.

ECONOMIA LOCAL E PRÁTICAS DE SUBSISTÊNCIA

PESCA ARTESANAL E MARICULTURA

A pesca artesanal é praticada, em suas diversas técnicas, como elemento essencial do modo de vida caiçara. Há ranchos regularizados na Enseada, na Ribeira (abandonado) e no Lázaro. São quatro ranchos no Lázaro, que estão lado a lado. Os pescadores possuem o TAUS e ali, além da área armazenamento de canoas, embarcações e petrechos, ainda há espaços para o beneficiamento do pescado. Seu Zezeca (José de Oliveira Cipriano), de 85 anos, e sua esposa, Dona Madalena, de 82, são exímios pescadores de garoupa. "A Madalena era especialista em tirar garoupa da toca", conta orgulhoso o seu Zezeca. "Ela também é uma cozinheira de mão cheia. A gente tirou muito sustento também das empadinhas que ela faz e vende aqui na praia", completou.

> "É um trabalho bonito da pesca, mas você tem que ter outra fonte de renda. Houve muita mudança de trabalho para se sustentar. Aqui tem quatro box no rancho, que é um pra cada família que segue na pesca. Mas muita gente foi trabalhar de outra coisa, na jardinagem, na venda de empadinha na praia, em escunas, com turismo, né?"
>
> Seu José de Oliveira Cipriano (Zezeca), 85 anos, caiçara do Lázaro

Paulinho e Ico

A maricultura é praticada em algumas fazendas marinhas: uma na costeira do Paru e outra no Saco Grande, entre as praias da Sununga e Sete Fontes. Atualmente, a produção está concentrada em mexilhões, mas já houve criação de peixes (Bijupirá) e outros tipos de mariscos, como a vieira, que não se adaptou bem às variações de temperatura da água.

“Na verdade, eu pesco pra venda, desde pequeno. Minhas coisas, tudo que eu tenho aqui, é tudo da pesca. Eu vivo da pesca. Meu negócio é pesca. Hoje a gente tem cultivo de marisco mas o forte nosso aqui, desde onze anos, sempre foi, com meu pai. Meu pai pegava o peixe, vinha do mar, lá no rancho da canoa minha mãe escalava, tinha um telhado de telha brasilit, em cima assim, esperava o sol esquentar, botava o sal, estendia tudinho no sal, secava, botava tudo em saco, levava pra cidade e vendia. Só vendia seco o peixe. Ele não estregava. Tudo quanto era peixe, bonito, carapau, sororoca, tainha...
Eu pesco porque vivo disso e gosto disso. O cara que é pescador, que vive da pesca, é um vício, é pior do que droga. Pode ver, todo mundo que vive da pesca, ele sai do mar hoje, vende rede, vende canoa, fala: não vou pescar mais. Daqui uma semana, ele volta de novo...”

João Batista de Jesus (Ico), Enseada, 59 anos

ROÇA E CRIAÇÃO

A família dos “Paru”, na Enseada, é formada na roça. Os pais deixaram o bairro das Toninhas e se mudaram para a costeira, onde plantavam “de um tudo”. Ali, também criavam gado, porco e galinhas. Desde novos, os irmãos acompanhavam o pai e mãe na lida da roça, da criação e, também, na pesca.

“Sempre vivi na pesca, na roça e nosso pai sempre deu bom estudo pra nós, bom estudo não, bons serviços pra nós. Trabalhava na roça, limpava esse caminho de ponta a ponta, até as Toninhas, depois vinha de lá pra cá e na roça, quando não vinha da roça, vinha com o cacho de banana nas costas ou se não com o feixe de mandioca nas costas pra fazer a farinha de mandioca. Chegava aqui cinco horas da tarde, cinco horas, pai fazia nós largar a rede. Nós largava a rede, vinha do mar pegar a rede, troiar lá na Ribeira, cercar lá na Ribeira. Chegava aqui uma hora da madrugada, tomava um bainho, tomava um cafezinho, dormia meia horinha de sono, voltava pro mar de novo, buscar a rede de manhã cedo. Chegava aqui, arriava as coisas aqui, buscar os gados, trazer os gados pra tirar o leite de manhã cedinho, trazia o gado e o pai falava 'pega o gado, trata dos porcos e vai pra roça'. A nossa vida sempre foi sofrida assim”.

Paulo Luis de Jesus

Biro-Biro, da família dos Paru.

O caiçara da costeira dos Paru, Paulinho, mostrando as tainhas.

O sertão do Perequê-Mirim também era área de roça, com casas de farinha espalhadas pelos quintais. No Lázaro, a equipe do Povos passou uma tarde na casa de uma família de caiçaras resistentes. O quintal com muitas espécies de ervas e demais plantas medicinais, além de frutas e hortaliças. Esta casa, típica caiçara, é cercada por outras casas grandes, de veranistas.

“Mandioca, milho, plantava tudo junto. Então, um pé de mandioca e também fazia o pé de milho junto e fazia nos aceiros. Quer dizer, no fim da roça a gente chamava de acero. Então, não sei se o nome certo é esse. Lá naqueles aceiros plantava cará, batata-doce, melancia, pepino. Tinha tudo, sempre tinha. Cada um, roças grandonas. Aí quando acabava de colher tudo, que amontoava aquelas ramas que são da mandioca, quando ficava tudo sequinho, queimava, amontoava tudo nos cantos pra fazer outra plantação de outras coisas. Tipo assim, como eu falei, a melancia, pepino, esses negócios. Tornava plantar a mesma coisa novamente. Aí acabava, o feijão, já fazia tudo certinho, a mandioca, o feijão e o milho, tudo junto. Ali colhia no tempo certo, colhia o milho, o feijão que é o mais rápido, já punha no outro lado pra secar. Depois era o milho. A rama depois vai oito, nove meses, um ano, quando era uma mandioca pra fazer farinha, pra moer pra fazer farinha, tinha um tanto de tempo. Então ela ficava, ela não, como dizia minha avó, não rende, a farinha, a massa, porque mandioca nova, novinha, muito caldo e tal. E quando era mandioca mais velha então ela rendia”.

Rosendir de Souza, Lázaro

USO DA MATA

Os ranchos dos Paru estão lotados de canoas, de vários tamanhos. Algumas, maiores, ostentam pequenos motores. Ali há também remos e outros objetos manufaturados que servem à pesca. Eles afirmam que, para cercar os cardumes de tainhas, as canoas funcionam melhor, pois fazem menos barulho e não espantam os peixes. Essas canoas, remos e outros petrechos são confeccionados com material colhido na mata.

Na fabricaria caiçara do Roberto, na Enseada, violas, machetes, rabecas e outros instrumentos são confeccionados com material das matas e mangues. Ele também produz a consertada, uma cachaça doce com especiarias colhidas em seu quintal e pequenas matas dos arredores.

TURISMO

Talvez o maior exemplo das consequências nefastas do turismo predatório esteja representado nas marinas do Saco da Ribeira. Grandes galpões para barcos estão construídos sobre antigo mangue e estuário. No entorno, hotéis, shopping e prédios com apartamentos para veranistas se erguem sobre antigas casas e quintais caiçaras. O turismo que assolou o Saco da Ribeira se espalha pelo Lázaro e pela Enseada, com casas de veranistas ocupando as faixas mais próximas às praias.

A comunidade do Lázaro realiza roteiros de turismo de base comunitária (TBC), com visitas à maricultura, à gruta de chora próximo à praia do Sununga e contação de histórias sobre a vida caiçara. A comunidade da Enseada também vem participando das atividades de TBC da Rede Nhandereko no intuito de implantar o seu roteiro.

Roberto Ferrero em sua fabriqueta caiçara

ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS E GERAÇÃO DE RENDA

Sobre a infraestrutura e os serviços públicos, destacam-se as carências no campo da educação, com a falta de creches e escolas de educação infantil (2 a 5 anos), além da necessidade de deslocamentos longos para os jovens estudarem o ensino médio.

Na saúde, a principal reclamação é com relação à forma de contratação dos agentes comunitários, que muitas vezes leva a períodos sem a presença de agentes contratados e, também, a saída de profissionais já familiarizados com as questões de saúde dos comunitários atendidos pela Estratégia Saúde da Família.

Faltam estruturas públicas voltadas ao lazer, esporte e cultura. Muitas das atividades são promovidas pelas próprias comunidades, com os bailes de fandango e as corridas de canoa, com apoio de instituições como a Associação dos Amigos e Remadores da Canoa Caiçara (AARCCA).

Corinthiano, Rogério e Seu Zezeca, em frente aos ranchos, na praia do Lázaro

Coritnhiano e sua lancha, Peixuxa, na praia do Lázaro

PRÁTICAS E CUIDADOS DE SAÚDE

“A gente ainda pegou aquela alimentação que era tudo natural. Ali onde tem aquele brejo, a gente plantava até arroz. Tinha batata, tinha tudo da roça. Tinha criação também, galinha, porco.... e o peixe. Tudo natural. Hoje nem mais o peixe é natural. Ele põe química para parecer mais fresco. E é daí que as pessoas adoecem mais. Por isso que tem tanta doença”.

José de Oliveira Cipriano (Zezeca), 85 anos, caiçara do Lázaro

O trecho de entrevista a seguir, com a Dona Conceição (Maria Benedita Conceição Alves), da Enseada, fala de alguns cuidados e práticas tradicionais da saúde e sobre quais enfermidades preocupavam no passado e eram tratadas com benzimento.

{E de erva, tem alguma que ainda usa quando tem alguma coisa?}

"De erva assim só chá de boldo, que às vezes nós toma por causa do estômago, chá de erva-doce, chazinho mesmo assim."

{Para o estômago? Para a ressaca?}

"Eu tomo muito é chá de folha de pitanga."

{Para o que serve a folha de pitanga?}

"Diz que é bom pra diabete e eu tomo. Diz que é bom pra garganta também."

{A senhora está escondendo o jogo, quando eu venho com meu filho com cólica aqui de bebê, o que você fez? O que você falou para eu fazer pra ele?}

"Eu?"

{É. [Risos]}

"Mandei você dar chá."

{O chá da raiz da salsinha.}

"Pro dente, é, pro dente."

{Pro dente, é, pro dente.}

"Oxi."

{Quando está nascendo o dentinho?}

"É pra andar pra criança tomar quando está nascendo dentinho."

{Raiz de salsinha?

C: E como é o gosto? É amargoso?}

"Ah da salsa nunca tomei.

A pitanga, é a mesma coisa a pitanga, eu adoro um chazinho de folha de pitanga."

{Como era de doença antigamente, tinha muita? Hoje em dia tem mais?}

"Pra criança ou pra gente grande?"

{C: Pra tudo.}

"Pra criança eu lembro que minha mãe benzia de quebranto, benzia de bucho virado, benzia de cobreiro, como ele falou, a erisipela, ah ela benzia de bastante coisa. Ah, você nunca viu isso? Uma vez a Iramaia, lá do Perequê-Mirim, chegou aqui com a boca aqui ó. Ela tinha acabado de almoçar e disse que olhou no espelho, aí a mamãe benzeu, lembro que ela benzeu com uma agulha assim por cima da cabeça."

{Com agulha?}

"Mas eu não aprendi nada de benzimento não. Não sei se eu não quis ou..."

{E para adulto, o que mais tinha?}

"Pra adulto era olhado, espinhela caída, mamãe levantava espinhela, lembro que era até na porta que ela ficava levantando a espinhela. Cobreiro."

{Erisipela?}

"É, costela mesmo. Ah Erisipela. era o que a mamãe benzia bastante."

{E você acha que as pessoas adoeciam mais antigamente ou hoje?}

"Olha eu acho que hoje a doença é mais viu. Hoje tem tanta doença que Jesus amado."

{C: Como era a alimentação antes e como é a alimentação agora?}

"A alimentação era natural, não era essa porcariada agora."

{O que vocês comiam antigamente?}

"Eu mesmo, o que a gente comia era peixe cozido, peixe com banana verde. A mamãe criava muita galinha, ela matava galinha, mais dia de domingo. Aí tinha uma galinha, um macarrão, mas fora disso era peixe com banana verde."

FESTAS E CELEBRAÇÕES

“Não fala em resgate, eu tenho uma coisa, acho que isso aqui nunca vai morrer por causa de uma coisa muito séria. A música tradicional ela não é só uma música, então quando você chega lá com a folia na casa de alguém, o cara recebe a folia, o cara se emociona, mas não se emociona por causa da música, por causa das notas musicais, ele se emociona porque ele sente que o pai dele está do lado dele, que o avô está do lado dele. Então a música, eu mesmo toco fandango, quando você toca fandango sempre, sempre cara, sempre vai ter um senhor que vai ficar sentadinho, não vai dançar com ninguém, não vai falar com ninguém, mas vai ficar assim, a noite inteira, só vai levantar quando acabar o baile”.

Roberto Ferrero, caiçara da Enseada, fabricante de instrumentos musicais, produtor de ‘consertada’ e tocador de Fandango.

Mestres e mestras da tradicionalidade caiçara resistem em seus festejos. As comunidades caiçaras do sul de Ubatuba promovem seus calendários de festas, trazendo desde sempre, ou resgatando mais recentemente, o calendário católico e pagão. Tem Folia de Reis e Folia do Divino. Tem a festa de Santa Rita e a corrida de Canoa Caiçara.

“A festa do Bom do Jesus da Ilha é a mais antiga de Ubatuba. Depois dela, veio a do Bonete” – fala coletada na terceira oficina de caracterização dos territórios tradicionais da Enseada, Perequê Mirim e Lázaro.

Na culinária, o pescado é temperado com o “coentro caiçara” e outras ervas nativas. Acompanha a banana e a farinha de mandioca. Ovas da tainha garantem a sustância do café da manhã em dias de inverno. E as festas são regadas a consertada, uma cachaça adoçada com xarope de especiarias.

CELEBRAÇÕES	FORMAS DE EXPRESSÃO
Encontro da Cultura Caiçara na Enseada	Lendas e histórias das Ilhas Anchieta e do Mar Virado
Festa de Santa Rita	Dialeto Caiçara
Corrida de Canoa	Dança de São Gonçalo
	Folia do Divino
	Xiba

MODOS DE FAZER	
Entalhe de madeira	Luthieria/Fabricaria Caiçara (instrumentos da musicalidade caiçara)
Cachaça consertada	Canoa (Renato da 7 Fontes)
Benzedeira (falecida)	Artesanato de conchas e madeira
Cerco de pesca	Vaso
Café de cana	Remendo de rede (Dito)
Peixe assado	

ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

A Associação de Moradores da Enseada é a organização proponente na solicitação de salvaguarda e tombamento como patrimônio imaterial da Canoa Caiçara.

CONFLITOS E AMEACAS AO MODO DE VIDA

O modo de desenvolvimento hegemônico, com a especulação imobiliária, a pesca industrial, a falta de saneamento básico e o turismo predatório, é a principal ameaça ao modo de vida caiçara no sul de Ubatuba.

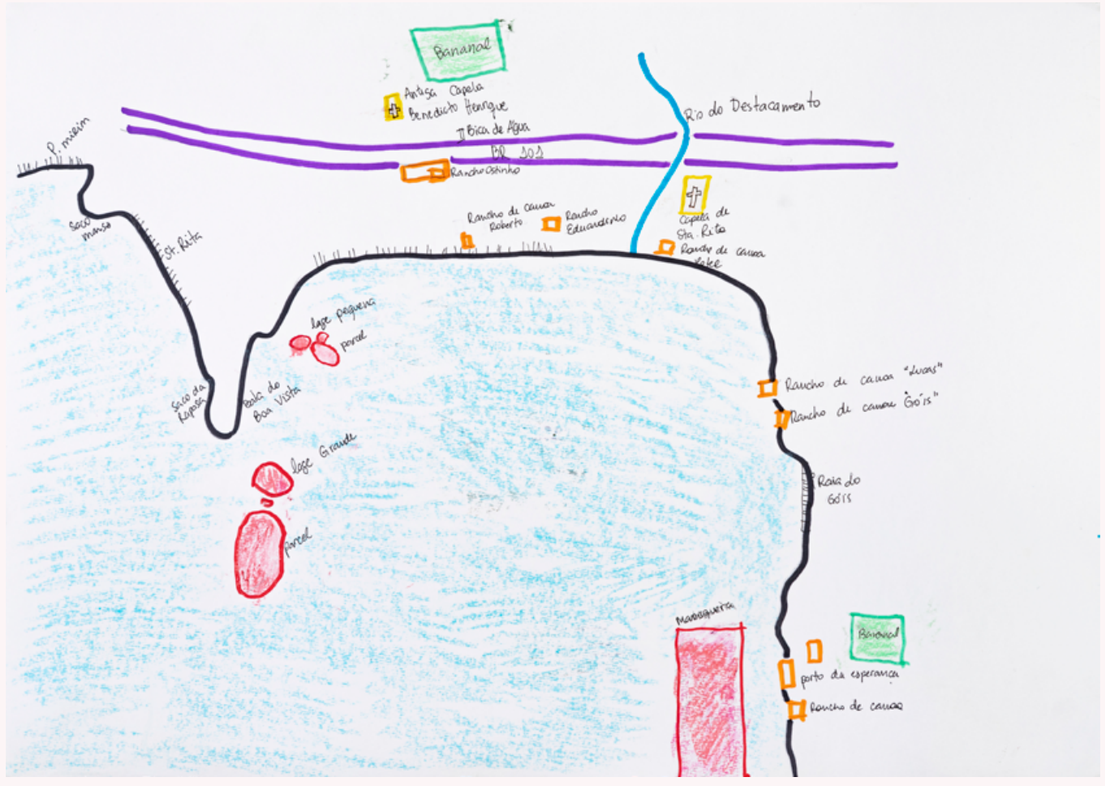
“A falta de saneamento pode, futuramente, prejudicar nossas fazendas marinhas. Precisamos de água limpa, água boa pro marisco"

Fábio Igor, corintiano

O QUE FOI MAPEADO
(DESCRITIVO DA CARTOGRAFIA SOCIAL)

As comunidades caiçaras reunidas neste agrupamento apontaram as áreas de uso atuais e históricas, no continente e no mar. Foram nomeados pesqueiros, topônimos, construções de referência, locais para roças, pontos de cerco, entre outros.

MAPAS FALADOS



COMUNIDADE CAIÇARA DA ENSEADA

485.000 490.000 495.000

7.400.000 7.395.000

N W E S

Ribeirão Pereque-Mirim

Roça antiga da Maria Paru

Capela Antiga do Benedito Henrique

Conflito de poluição

Conflito de poluição e território

Roça antiga João Paru

Praia das Toninhas

Rancho antigo do Rubens

Rancho antigo do Joaquim Firme

Rancho antigo Antunes

Rancho antigo do Jaime

Praia da Enseada

Laje Pequena

Laje Grande

Saco da Ribeira

Praia do Gois

Conflito com condomínio

Praia do Tapiá

Praia do Meio

Laje do Tapiá

Antigo Porto dos pescadores

Praia da Ribeira

Baia do Flamengo

Poço Fundo

Praia da Dionísia

Praia de Fora

Saco Grande

Banco de sementes de marisco

Praia do Godoi

Rota dos peixes

Praia do Flamengo

Rancho antigo indígena

Conflito - fechamento de caminho de servidão

Praia do Flamenguinho

Ponta da Espia

Ponta do Meio

Ilhote Leste

Praia da Sete Fontes

Rancho do Drenani

Saco da Espia

Saco do Guacá

Rancho do Seu Domingo

Limite da área de pesca artesanal

Rancho do Bié

Ponta Grossa

Saco do Soldado

Ponta da Itapeva

Ponta do moleque

Pedra do Navio

Saco da Arueira

Cerco antigo do Sr. Horácio

Praia Grande

Praia de Fora

Índigenas e Caiçaras

Praia do Leste

Saco da Pedra Miúda

Igreja do Bom Jesus

Ilha Anchieta

Laje do Catimbau

Saco da Guanxuma

Praia do Sul

Cerco antigo do Seu Joel

Ilha das Palmas

Laje do Forno

Ilhote Sul

Oficina de fandango Ciranda Caiçara

Rancho do Ostinho

Rancho do Eduardo Graça

Capela de Santa Rita

Rancho do Roberto

Praia da Enseada

Rancho do Peter

Casa do Maciel

Rancho do Nelson

Praia do Gois

Rancho do Paulinho

Pedra do Trampolim

Pedra da Caçoa

Figueirinha

Pedra da cadeira

Pedra do Navio

Rancho Porto da Esperança

Porto Velho

Poço Fundo

Praia de Fora

Saco Grande

Piteira

Índigenas e Caiçaras

Rancho antigo indígena

Ponta da Espia

Ponta do Meio

Saco da Espia

Saco do Guacá

Rota dos peixes

0 250 500 750 1.000

m

Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica

- Banco de sementes
- Capela
- Capela antiga
- Casa de caiçara
- Casa de caiçara antiga
- Casa de farinha antiga
- Cerco
- Cerco antigo
- Comércio de caiçara antigo
- Expressões culturais
- Fabricação de Instrumentos
- Igreja
- Ilha
- Ilhote
- Laje
- Marco histórico
- Maricultura
- Nascente
- Pedra
- Ponta
- Porto antigo
- Poço
- Praia
- Rancho
- Rancho antigo
- Saco
- Pesca artesanal
- Rota de pesca
- Bambuzal
- Bananal
- Marisqueira/ Maricultura
- Núcleo familiar caiçara
- Porto antigo
- Roça antiga
- Área de pesca antiga
- Área de pesca artesanal

Outros elementos

- Instituto oceonográfico
- Rio
- Rodovia BR - 101
- Trilha
- Trilha antiga

Conflitos socioambientais e ocupação não comunitária

- Conflito
- Esgoto
- Marina
- Conflito de maritório
- Conflito fundiário
- Poluição

SP

COMUNIDADE CAIÇARA DO LÁZARO E PEREQUÊ-MIRIM

Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica

- Artesanato
- Bar
- Capela
- Capela antiga
- Casa de caiçara
- Cerco antigo
- Gruta
- Ilha
- Nascente
- Parcel
- Pedra
- Ponta
- Praia
- Rancho
- Rancho antigo
- Rancho comunitário
- Saco
- Pesca artesanal
- Rota de pesca
- Área de pesca
- Núcleo familiar caiçara
- Ocupação caiçara e não caiçara
- Roça
- Roça antiga
- Porto antigo

Infraestrutura e serviços públicos

- Escola
- Posto de saúde

Outros elementos

- Instituto oceonográfico
- Rio
- Rodovia BR - 101
- Trilha
- Trilha antiga

Conflitos socioambientais e ocupação não comunitária

- Confliito
- Marina
- Conflito de território
- Conflito de maritório
- Poluição

Família Funhanhado
Conflito com as marinas
Praia do Perequê-Mirim
Conflito de Poluição
Saco Manso
Praia da Santa Rita
Praia das Três Marias/ Praia do Lamberto
Pedra do Sino
Praia da Boa Vista
Saco da Raposa
Capela antiga de São Benedito
Casa do Corintians
Feitura de Canoa e Artesanato
Praia da Ponta do Cação
Pesca de Tainha e Rede
Praia do Lazaro
Conflito de Poluição
Ponta do Cação
Pedra da Perereca
Capela São Benedito
Bar do Peres
Área de pesca artesanal
Praia da Sununga
Praia da Ribeira
Praia da Dionisia
Pedra Alta
Praia do Flamengo
Conflito fechamento do caminho de servidão
Área de pesca artesanal
Fazenda Marinha
Praia das Sete Fontes
Praia do Flamenguinho
Saco Grande
Pesca de lula e garoupa
Cerco antigo do pai do seu Domingo
Ponta Grossa
Parcel da Sete Fontes
Ilha Anchieta
Ilha do Mar Virado
480.000
485.000
490.000
7.400.000
7.395.000
N
W
E
S
0 500 1.000 1.500 2.000
m
SP

FORTALEZA

RANCHO CAIÇARA
UBATUBA SP
FORTALEZA TURISMO
PASSEIO
de
LANCHA

TEMPOS E ESPAÇOS

Caiçaras remanescentes na Fortaleza estão espalhados pela comunidade que foi tomada por grandes casas de turistas. Não há mais núcleos familiares e são poucos os quintais com árvores frutíferas e plantas medicinais. Uma construção importante é a da escolinha de ensino infantil, que resiste entre loteamentos fechados e mansões. O postinho de saúde funcionou, até dezembro passado, em imóvel alugado. Alguns comércios na praia seguem em mãos caiçaras e os passeios de barco pela enseada da Fortaleza são realizados, igualmente, por gente do lugar. Mas há concorrência de pessoas de fora.

“Nossa vida, desde criança, foi uma vida trabalhando na roça, a gente plantava mandioca, rama, plantava cana, a gente vivia disso, né? Fazia farinha, os homens pescavam, matavam peixe, a gente vivia do peixe, da farinha, e a gente era feliz. Porque, pelo menos, peixe tinha bastante. Hoje em dia, a pessoa vai pescar e não mata peixe. Meus tios, meus pais, o pessoal saía daqui, cedinho, de canoa à vela... eles matavam duas caçoa, aquele cação grande, enorme? Uma vinha na canoa, o outro vinha arrastando, com uma corda. Aí eles chegavam na praia, abriam o cação, tiravam o fígado do cação, pra fazer azeite, que naquele tempo ninguém tinha luz elétrica, a gente tirava o fígado do cação pra fazer azeite pra lamparina. Quando chegava à noite, todo mundo ia procurar a lamparinazinha pra botar o azeite, e aí queimava. E a carne do cação era uma delícia. Tirava a pele do cação. Até muita gente aproveitava até a pele, botava no sol, depois torrava pra assar, né? E eu lembro que nós éramos criançada, minha mãe, coitadinha, muito sacrificada, ela pegava aqueles pedaços de cação bonito, branco, enfiava no arame, e nós tínhamos fogão a lenha, e ela assava aqueles pedaços de cação gostoso... E naquele tempo ninguém usava açúcar, era muito difícil quem usava açúcar, então a gente tinha cana, meu pai tinha um engenhozinho, como todo mundo tinha... Tinha uma latinha que já fazia a biquinha ali, botava o caldeirãozinho ali, forrava, e nós moíamos, tinha dois engenhos, um moía ali e o outro moía aqui. Um ia só passando a cana... Aquela garapa saía ali limpinha; minha mãe catava muito doce pra fazer café, ela colocava um pouquinho de água, ia lá e fervia de noite, porque ninguém tinha geladeira naquele tempo, tudo podia azedar, né? Minha mãe fervia aquela garapa já com o pó de café, do café que a gente cultivava em casa. Onde meu pai morava, nós tínhamos cafeeiro, laranjeira, era uma beleza, laranja de toda qualidade. Hoje em dia não se chupa uma laranja mais que preste. Meu pai fazia balaio de timbopeva, ele subia na laranjeira, com uma tesourinha, uma faca, e nós aparávamos com o balaio, pra não estragar a laranja... Aí tinha um barco, do Seu Manoel, toda semana ele vinha buscar laranja, às vezes tinha pimenta, nós também colhíamos as pimentas e vendia no barco. Banana, mamão, a gente comia uma fruta que não tinha contaminação, de veneno, era pura, então não fazia mal na gente. Por isso que a gente tá sempre com saúde”.

Dona Maria dos Santos Moraes, 82 anos

Apenas uma família ainda segue na arte da roça caiçara, no alto do morro. Alguns pescadores moram próximos à praia Brava da Fortaleza. Ali, é possível ver construções voltadas aos veranistas sobre o costão; e caminhos tradicionais interditados pela especulação imobiliária ligada ao turismo.

Ainda assim, as histórias contadas falam de resistência, seja pelas práticas tradicionais da pesca e da roça, seja pelas expressões culturais e religiosas, em festas, folias e no artesanato.

Abaixo, trecho de entrevista com a dona Nélia Ângela Barreto, caiçara da praia da Fortaleza, de 78 anos. Este trecho é revelador das mudanças nas dinâmicas da vida caiçara da comunidade.

Dona Maria dos Santos Moraes

{E lá em cima acabou a roça?}

"Não tem mais nada. Casa tem, pelo morro todo."

{Por que não tem mais nada?}

"Só tem as casas, porque os donos venderam tudo, acabaram com tudo. Agora só tem as casas dos turistas que compraram, o pessoal que mora lá pra cima, acabou. Porque na minha época, a gente olhava a mãe dele, o pai dele, o que trabalharam nesse morro também. Tudo era bom, viu? Hoje em dia não tem mais nada de bom. A praia não é mais aquela praia que era daquela época nossa. Que nós trabalhávamos ali no bar, nós tínhamos um bar ali, bem aqui na frente, eu e meu marido, nós trabalhamos 50 anos, de casamento, e 50 anos que nós trabalhamos ali. A praia era muito diferente, nossa, hoje em dia..."

{Como era?}

"Não sei nem contar pra você como que era. Só sei que era super diferente. Não tinha esses muros...o pessoal parece que não sei... A maioria do povo aqui era pessoal caiçara."

{E era melhor ou pior?}

"Ah, pra mim era melhor."

{Por quê?}

"Ah, porque hoje em dia, não sei, a gente não tem aquela liberdade mais que tinha. As coisas já são tudo... Um dá palpite, o outro... Pouca gente do lugar já. O mais que tem aqui é pessoal de fora, porque os do lugar mesmo foram se mudando e não tem mais ninguém quase caiçara. E as pessoas mais antigas se acabaram, os filhos já saíram pra longe... A nossa Fortaleza não é mais aquela Fortaleza que era. Na época da mãe dela, que também é minha prima, era diferente, super diferente, não era? Era mais alegre a Fortaleza, não era essa de hoje. Podem vocês saberem."

Nélia Ângela Barreto, caiçara da praia da Fortaleza, de 78 anos.

Dona Nélia

São poucos os troncos familiares que seguem resistindo na Fortaleza, como revela a resposta do seu Jovani, em entrevista realizada pela equipe de campo.

{Você sabe quantas famílias vivem aqui hoje?"}

"Difícil, hein? Eu calculo, família daqui mesmo, acho que umas cinco, por aí, quatro, cinco. Família mesmo, de caiçara, que mora aqui hoje. Jorge Barreto, João do Grilo, o Mesquita, e o do Raul. Tudo parente, né? Umas quatro famílias mesmo."

Jovani Batista dos Santos, 57, natural da Fortaleza – hoje mora no Centro de Ubatuba.

A liderança comunitária da Fortaleza, Ana Paula Mesquita, de 46 anos, fala dos casamentos, ou "mistura de famílias" caiçaras, destacando os principais troncos familiares.

"Hoje, a gente tem uma intersecção de famílias raízes. Você tinha os Neves, os Santos, Moura, Leite, Mesquita e Barreto, Moraes e dos Santos. Hoje, basicamente, Mesquita e Barreto são as famílias, os troncos, né? Então você tem uma mistura de todas essas famílias. Mas Mesquita e Barreto são as que têm mais evidência. Aí você tem outras famílias, dos migrantes também que foram chegando com os anos e foram se misturando".

Ana Paula Mesquisa, 46 anos, Fortaleza

Jaqueline Mesquita Leite, ao responder a questão sobre o número de famílias caiçaras ainda residentes na Fortaleza, diz:

"Morando, por número, não consigo te dar exatidão, mas não são muitas. A gente conta com muitas pessoas que vêm de fora, mineiros, baianos, entre outros estados, que vêm pra conseguir uma vida melhor aqui. Então, acaba que, não vou dizer que a gente tá perdendo território, mas a gente tá diminuindo, vamos dizer assim. Por isso que é importante desde a escola a gente continuar levando isso. Porque tá misturando muito, tá vindo muita gente de fora, e se a gente não tomar cuidado, até me preocupa disso acabar. A gente tem que tomar cuidado com isso. De não tirarem o que é nosso, o nosso espaço. Mas não tem muitos caiçaras moradores, mas os que tem são raiz mesmo, são brabo, são de pescar de canoa, de ainda ter bastante coisa cultural, e não arredam o pé daqui, não. Assim como teve muitas pessoas grandes que já tentaram arrancar a gente daqui, transformar a praia num condomínio, entre outras questões, isso só não aconteceu por conta do povo ser pé no chão mesmo aqui".

A Fortaleza tem se tornado famosa pela "piscina natural", uma formação de recifes, próxima à praia e junto às pedras da Ponta. Os interlocutores locais destacam a importância da preservação dos recifes pela própria comunidade. A operação de turismo, com ordenamento e definição e respeito à capacidade de carga deve ser realizada pelos caiçaras da Fortaleza.

Pontão da Fortaleza

OCUPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

A comunidade caiçara da Fortaleza está entre a praia Brava da Fortaleza e a praia do Cedro do Sul, passando pela ponta da Fortaleza e interligada à Praia Grande do Bonete por trilha. A estrada de acesso começa na praia Dura, passando por loteamentos junto às praias Brava do Sul, Vermelha do Sul e do Costa.

Não há mais núcleos familiares caiçaras e a resistente população tradicional local se espalha entre a Fortaleza e a Brava da Fortaleza. Dada a presença dos loteamentos fechados (que reivindicam a condição de condomínios) e casas de veranistas, a situação fundiária se inscreve em limites impostos por muros e cercas. Quase toda a área da praia da Fortaleza está limitada por muros de quebra-mar que "protegem" os jardins de grandes casas de veraneio. A exceção se dá aos quiosques. Facilmente é possível perceber construções de casas de luxo sobre costões rochosos e em áreas da União (Marinha). Muitas dessas construções fecharam antigos caminhos de servidão, que eram utilizados pelos caiçaras para se deslocarem entre uma praia e outra.

Donizete entalhado a rede de pesca

ECONOMIA LOCAL E PRÁTICAS DE SUBSISTÊNCIA

PESCA ARTESANAL

Durante uma visita de campo da equipe do projeto Povos, os caiçaras da Fortaleza reuniram-se em grupo para uma conversa sobre a pesca. Segue um trecho do papo:

Pesquisadora-comunitária
{Vocês pescam pra consumo ou pra venda?}
"Os dois, porque dependendo da pescaria que a gente faz, se vem pouco peixe, a gente acaba ficando com a gente mesmo pra consumo, e quando vem muito peixe, às vezes a gente doa, compartilha, e vende uma parte também pra suprir os gastos de motor, gasolina, pra manter a gente na pesca."

Nelson: Hoje em dia, todo mundo sabe da dificuldade que é viver da pesca, pelas leis que não viabilizam, sempre dificultam muito a legalização do pescador. Viver da pesca hoje é um desafio. Porque você em determinada época pode pescar um peixe, você larga uma rede e tá permitido pegar um determinado tipo de peixe, mas aí vem outro, você não pode comercializar aquele pescado porque acaba entrando na ilegalidade. A maior dificuldade do pescador hoje é isso, e acaba gerando um desânimo, a pessoa começa a ficar não feliz com o que acontece, se sente oprimida, fica pescando com medo, começa a pescar de forma clandestina, em horários não convencionais, justamente pra que ele não seja surpreendido e sendo oprimido. E geralmente quando é pego, é tratado de forma ríspida, dura, não existe um diálogo. E o pescador, de forma geral, quer se legalizar, quer trabalhar certinho, mas infelizmente as leis não ajudam, é uma dificuldade muito grande, é burocrático, é difícil, a maioria dos pescadores não tem estudo, são pouco dotados de conhecimento, então existe uma dificuldade tanto técnica quanto às vezes verbal, de não saber o caminho, não saber como proceder pra que ele consiga manter sua tradição de forma equilibrada e justa, e que ele não seja ilegal, acho que essa é a maior dificuldade hoje do pescador, não só aqui na praia da Fortaleza, mas no litoral de uma forma geral.

{O Nelson falou muito da dificuldade da pesca, queria que alguém falasse qual que é a alegria de ser pescador...}

"Acho que a feitura desse rancho deu uma conversa única pra todo mundo que já pescava, cada um pescava pra si, mas agora acho que a gente tem um local onde a gente se identifica como caiçara, morador local, do território, porque a Fortaleza é um lugar sui generis porque a gente tem de tudo, tem as famílias tradicionais, os sobrenomes mais antigos, tem o pessoal que foi chegando, muito veranista, então acho que o rancho deu uma unidade, uma confirmação de território pra gente, pra gente ter o mesmo assunto, uma mesma raiz.

{Como vocês aprenderam a pescar?}

"Eu, como caiçara, quarta geração da gema daqui, meus pais daqui, família todinha daqui, fui criado na pesca, pesca, farinha e banana. Na época não tinha luz, não tinha estrada, não tinha nada aqui. Eu era moleque, tenho 56 anos agora. Sempre fui criado na pesca, banana verde, farinha, essas coisas. Com o correr do tempo, as coisas foram mudando. E a gente, como caiçara mesmo, através desse rancho aqui que a gente conseguiu, animou mais pra tradição caiçara, uma coisa que a gente quer, uma coisa livre que a gente possa fazer, pescar, pela família... Eu mesmo tenho minha canoa, tenho barco, não é que eu viva disso aí, mas é uma tradição que a gente tem que fazer pela família da gente, os filhos, netos, não pode se acabar nunca. Porque hoje em dia as molecadas quer saber de internet, estão fugindo disso aí, nós estamos perdendo essa coisa maravilhosa que é coisa de caiçara, antiga mesmo, uma tradição boa que a gente tem aqui, isso não pode acabar nunca, enquanto a gente for vivo, né? A gente precisa resgatar isso de um jeito que as leis entendam isso aí, que fique bom pra todo mundo. Porque é muito gostoso, eu adoro pescar, todo mundo gosta de pescar, mesmo pra comer ou pra vender...

Canoas caiçaras no rancho da comunidade da Fortaleza

Sobre a alegria de pescar, o pescador quando chega na praia com os peixes, é uma alegria muito grande, no outro dia tá indo de novo, o pessoal que vem pescar já incentiva o outro, quem matou bastante peixe, essa alegria. E também a gente aprendeu a pescar com nossos avós, com meus pais, os antigos da época, tios, parentes da praia que puxavam a rede de cabo, que era gostoso, a gente vinha aqui na praia pegar os peixes, ganhavam os peixes, as redes de cabo eram nossa alegria de ajudar eles a puxar as redes pra praia. Hoje não tem mais. E ia pescar com os pais, aprendia, e a pesca normal, as pescas de anzóis, os espinheis, isso a gente aprendeu com nossos antigos que são tradicionais da terra."

{Quem pode falar um pouco dos tipos de pescado que costumam pescar aqui e quais os tipos de pesca, melhor época...?}

"Meu nome é Antonio (Alves) Barreto, só que meu apelido é Boreste porque naveguei muito. Tem verão e junho, que é tainha, sororoca, esse tipo de coisa, sargo, que é tipo frio, ele dá bastante aqui. "

{E que tipo de material você usa?}

"Usava boieira, aí o Ibama cortou. Aí botei a de fundo. Assim que eu fiz.

O cara, quando larga a rede, não fica escolhendo muito o tipo de peixe, ele tem determinadas redes que são pra determinados tipos de peixe, a rede boieira, nesse tempo de inverno, é pra sororoca, tainha, mas pode entrar outro ali a ele pega. Respeitando o defeso, o caiçara não é bobo, ele tem essa consciência ambiental que não pode largar a rede em determinados lugares de criadouro, pegar filhote, e a gente mesmo, o próprio caiçara, ele fiscaliza o outro: pescar esse peixe agora não pode. Ele tem essa consciência, ele sabe que se matar hoje o filhote, vai faltar amanhã pras gerações futuras. Tanto que desde o início o caiçara sempre viveu aí em comunhão com a natureza e nunca teve esse desequilíbrio, começou depois da expansão latifundiária, das casas que vieram, o turismo desenfreado, mas o caiçara mesmo, original da terra, ele sabe viver tranquilamente em comunhão com a natureza, sem agredir, tirando apenas aquilo pra sustento, da família, sem ser agressivo e sem depredar nada. Hoje ele tá muito mais consciente desses deveres e direitos. São mais deveres hoje do que direitos, infelizmente."

{E sobre o preparo, explica pra gente...}

"A gente faz o pirão com banana verde, salsinha, tomate, pimentão, tudo picadinho, a gente coloca água, molho, tempera o peixe antes, depois você tira o peixe e faz o pirão separado com a farinha, depois pega o peixe, coloca arrozinho... "

{E a limpeza, explica um pouco como é?}

"É mais simples, tira a barrigada do peixe e o peixe tá limpo.

As malhas que a gente mais usa é a malha 11, que a gente mata corvina, cação, e tem as redes pra pegar pescada, que é malha 7 agora, né? Antigamente a gente fazia na mão, mas hoje já compra o pano pra não perder tempo, só entralha... Malha 10 também pra tainha, o pessoal usa bastante também."

{Tem algum peixe que vocês usam pra remédio? Alguma coisa do mar que vocês usam pra fazer medicamento?}

"A espuma do mar, eles falam que é bom pra sinusite, bronquite, falam pra nadar bastante, o mar ajuda muito, trabalha bastante com o pulmão. "

{Agora quero ver quem é contador de mentira, tem história de pesca, quando vocês vão no mar, já viram alguma coisa, tem alguma história tradicional?}

Uma vez, nós fomos pescar, faz tempo, dava muito espada aqui, hoje em dia não dá mais, porque as traineiras grandes arrastam, acabam com tudo aí, e acabou espada. Antes matava 100, 150 espada... Uma vez eu tava pescando com o Valdemar, olhando pro lado da ponta, eu vi um vulto branco pulando em cima das pedras assim. Parecia não ser nada mas ele falou que viu também. Ninguém sabe se era uma luz, um vulto, alguém com uma lanterna. Mas ninguém andava naquela velocidade em cima das pedras. Foi um negócio estranho. O mar é cheio de mistério, muita gente que já morreu aqui na ponta, já foi lugar de escravo, tem várias coisas... Minha mãe que é mais antiga diz que escutava gente arrastando corrente, antigamente na praia Brava. Mas a gente não sabe. Existe coisa sobrenatural, existe coisa que a gente entende, vê, e tem coisa que você não vê e nunca vai compreender.

(...)

Carol, Gabriel, Guilherme (Povos), Anderson com sua fiha e Fernando (Buga)

Meu pai e meu sogro, eles pescavam bastante também, e eles tavam na costeira do Guaiá e avistaram uma luz, uma esfera, no meio do mar, vindo, só que era muito rápida. E é verídico, eles não iam mentir. É conto dos pescadores, mas acho que eles não iam mentir, não [risos]. E a luz veio muito rápido, eles se esconderam debaixo das pedras da costeira e ela veio, circulou por onde eles estavam, e no sentido do mar ela voltou de novo. É um mistério que a gente tem aqui sobre essa luz, porque foi meu pai, meu sogro, o Seu Oliveira e várias outras pessoas também, pescadores, que relataram essa luz, então é a luz da Fortaleza, eu acho.

Ana Paula Mesquita, caiçara da Fortaleza

{Alguém pode falar da diferença entre a pesca industrial e a artesanal?}

"A diferença é a seguinte... Aprendi a pescar com meu pai, acho que com uns 10 anos, sei lá, tinha muito mais peixe, você ia pescar, matava muito mais peixe, matava muito espada, tinha muita pescada aqui na frente, matava perna de moça, muitos outros peixes que hoje em dia não tem mais, porquinho mesmo encostava aqui, aí devido aos arrastos já não encosta mais, a espada sumiu. Hoje você larga uma rede aí e pega duas sororoca, na época você matava 30, 40... A pesca industrial influi diretamente na vida dos pescadores aqui. Então o cara que pesca com barquinho é diferente do cara que pesca com uma traineira. Eu já vi parelha passando aqui, por trás aqui do Mar Virado, hoje em dia é difícil, mas a parelha é um barco que fica 100m um do outro e uma rede gigante, devasta o fundo do mar, onde a parelha passa não tem mais peixe, não existe mais vida, leva tudo, desde camarão até... Graças a deus tá proibido, mas tem muita pesca legal aí que acaba com tudo. Antigamente tinha mais peixe e a gente podia pescar sem ser oprimido pela polícia ambiental que, infelizmente, não representa os caiçaras. Ela chega e encosta, aborda de uma maneira... Em vez de conversar, chega praticamente metendo a mão na cara do caiçara. Humilha o cara. Como já aconteceu com diversos pescadores. (...)"

ROÇA TRADICIONAL

"Olha, os roçados aqui no morro tinha muito. Os roçados que tinha naquela época era mais assim, o morro aqui era mais depenado, os morros aqui não tinha muita árvore não, porque o povo fazia roça. Então era bananal, mandiocal e canavial. Esse morro aqui, do lado de lá, tinha o Tio Genésio, ali naquele canto ali, pra cá tinha o tio Almiro, o seu Tonico, que fazia aqui. O Pernambuco que tinha ali também, ali em cima o Pernambuco, o seu Tonico, que é o pai do Elizeu, do pessoal aí. Pra cá já tinha o Zé Mesquita, já tinha o Tio Maneco Mesquita. Então era tudo um do ladinho do outro as rocinhas que tinham. Tinha as rocinhas de mandioca, de cana e de banana. E quando chegava na época do corte de banana, aí o pessoal, cada um tinha o seu bananal e corta banana. Que era o dinheirinho que comprava alguma coisa. O caminhão vinha e levava as bananas pro pessoal. Queimavam, botavam fogo porque precisava, não tinha como você fazer. Como eu falo hoje em dia, se você quiser fazer uma roça de mandioca aqui, você não consegue fazer. Se você for fazer uma roça de mandioca aqui a florestal vem e te multa e já era. O que eu fico, às vezes, meio revoltado é que assim, como que as pessoas, eles falam assim 'tem que preservar a cultura', mas se você tenta entrar nesse aparte de querer fazer uma roça, de querer fazer alguma coisa, pescar, você não tem jeito. O pessoal te proíbe de fazer as coisas, então tá muito difícil pro caiçara".

Professor Jorge Alves Barreto Filho, 54 anos, caiçara da Fortaleza

Jorge Alves Barreto Filho

Abaixo, trecho de entrevista com Etelvina dos Santos Barreto Neves, de 64 anos:

"Porque a cultura, tudo aqui, era pescador, a pesca, e as roças que eram de mandioca, o bananal que tinha, tinha umas pessoas que faziam plantação de feijão, de milho, cana também... Inclusive antes tinha o engenho que moía a cana e fazia o café de cana, que não se usava açúcar, era o café de cana. Moía a cana, tirava o caldo da cana, já fervia, já colocava o pó de café...

{E tinha casa de farinha?}

Tinha, meu pai tinha. Tinha a roda pra ralar a mandioca, a prensa, que tinha aquele fuso e o forno pra fazer a farinha. Ele fazia a farinha mesmo.

{E ele vendia essa farinha?}

Vendia. Porque como era pra ajuda de custo da casa, ele vendia a farinha, pessoal trazia da cidade as mercadorias e levava a farinha. Ou às vezes ele pegava, colocava na canoa e levava até o Lázaro. Nos tempos mais antigos, às vezes, ele levava as bananas na canoa. Lá pra Praia Dura. No remo. Mas depois melhorou a estrada, aí o caminhão vinha aqui buscar. E até mais pra frente, até subia essa rua e ia buscar lá em cima.

"Aqui ninguém trabalhava no turismo, não tinha turismo, não tinha casa pra alugar, a fonte de renda aqui era pesca, caça e roça. Quando estavam difíceis as coisas aqui, eles iam pra Santos, trabalhar lá, trabalhavam lá e depois vinham pra cá. A plantação de banana que tinha aqui, do meu avô, eles cortavam banana lá naquele alto do morro lá, pra cima daquela última casa lá, trazia nas costas, enquanto não tinha estrada, era só trilha, trazia até aqui a Praia Brava. E daqui eles saíam no remo até a Praia Dura, quando o mar tinha condições de desembarcar lá, ou então eles iam até o Lázaro pra desembarcar a banana. E aí lá o caminhão pegava. No Lázaro parece que também tinha um armazém que eles trocavam o peixe com comida. O peixe, aqui, antigamente, não tinha luz elétrica, o pessoal, pra conservar o peixe, conservava no varal. Eles matavam o peixe e salgavam ele. Aí quando pegava quantidade, levava lá pro Lázaro, que aí tinha um rapaz chamado Peres, que acho que ele já foi falecido, tem alguns filhos dele que trabalham na praia lá.

(...)

Hoje em dia eu vivo do turismo náutico. Muito pessoal da pesca tá migrando pro turismo náutico. Porque tem muita gente que vem passear e quer saber onde que tá passeando, quer saber da história do lugar. A gente procura contar a história dos lugares, procura saber o porquê do nome da praia, o que tinha, o que foi feito, o que era, o que virou, coisas do tipo... (...) Aqui tem uma mancha escura, é uma laje, tem gente que chama Laje da Praia do Costa, tem gente que conhece como Laje do Gonçalo. Não sei se foi a da Praia Brava ou essa do Gonçalo, que o Tio Horácio veio aqui pescar e virou a canoa. Era um caiçara, o pessoal vivia da pesca naquela época, só que não sabia nadar. Então a canoa virou e ele se afogou. (...) Essa praia a gente conhece como Praia do Costa, é uma praia bem procurada também".

Fábio Barreto das Neves, caiçara da Fortaleza

Por meio do Povos, caiçaras da Fortaleza tomaram conhecimento de lei estadual que permite a reabertura de roças caiçaras. A Incubadora de Tecnologias Sociais do OTSS e o núcleo de Agroecologia do FCT realizaram trabalho de mapeamento de áreas para a abertura de novas roças e acompanham processo de solicitação de autorização ambiental.

Sebastião

TURISMO

A cadeia produtiva do turismo é o que movimenta a economia local. Locação de casas por temporada, quiosque, bares, passeios de barco e mergulho nos recifes são serviços ofertados pelos moradores. Alguns membros das famílias caiçaras trabalham como empregados em atividades relacionadas.

Jaqueline Mesquisa Leite:"Então, por amar o mar, por amar a praia, por viver disso tudo, a gente transformou a parte da pescaria e agora a gente atua na área do turismo. Foi uma opção por falta de opção mesmo, na verdade."

{Pra você, qual é a principal fonte de renda da comunidade?}

Jaqueline Mesquisa Leite: "Agora seria a praia. Quem mora aqui, quem atua aqui, ou tem uma casinha simples que aluga, pra ajudar, principalmente no custo dos impostos, que são altíssimos, ou o turismo, quem tem uma barraquinha que vende um milho, ou quem tem os barquinhos que faz passeio de turismo, ou quem trabalha como guia, acredito que seja esse..."

Pedras e outros locais tiveram seus nomes alterados pelos turistas, que foram identificando outras formas e nomear os topônimos.

Praia Brava da Fortaleza, com destaque para o pico do Corcovado, ao fundo

“A praia da Fortaleza mesmo, chega temporada você não tem como ficar na praia. Pra você ir até ali onde é o terminal do ônibus, pra manobrar um carro ali, fica um inferno pra passar ali, então é complicado. Mas tudo tem seu lado bom e seu lado ruim... Mas é assim... que aqui é aluguel de casa, é o pessoal que... É a construção também que veio bastante, que o pessoal trabalha, comércio... Agora é o que a gente vive. Então mudou bastante (...) O que às vezes eu acho, tem muitas pessoas que vêm pra cá e não respeita. Porque a praia é um bem da gente, né? Tem muita gente que não respeita, quer vir pra bagunça, som, sujeira, lixo que aumentou muito. (...) Porque tem muitas pessoas que já vêm pra destruir, que a gente já vê aí o problema da água, da poluição, tudo tá poluído, e a tendência é piorar, porque se não tiver um controle... E o que fala mais alto é o dinheiro. Se você tem dinheiro, você vai, você faz. Quantos lugares que a gente vê aí que não podia estar mexendo e estão mexendo. A praia mesmo da Fortaleza, o jeito que tá a praia. É só muro que você tem, né? Antes não era nada disso, tinha o jundu da praia, tinha as árvores, agora não tem nada disso... E a gente vê que, principalmente a água mesmo, né? Tá acabando bastante”.

Dona Etelvina dos Santos Barreto Neves,
caiçara da Brava Fortaleza, 64 anos.

A presença do turismo de massas se faz evidente, inclusive, nos novos nomes que são dados a pedras, locais naturais de visitação e outros topônimos. Exemplo é o que hoje é chamada de ‘pedra da Baleia’, que só ganhou este nome pelos turistas.

Antônio Alves Barreto sendo entrevistado pelo pesquisador comunitário Guilherme Braga

Giovani, da Fortaleza

ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS E GERAÇÃO DE RENDA

A estrada de acesso é precária, estreita, sujeita a deslizamentos de terras. Há o serviço de transporte público municipal, em horários e quantidade nem sempre suficientes e, com o trânsito gerado pela temporada de verão, a situação se complica.

Durante o processo de caracterização, houve um clamor da comunidade pela manutenção do postinho de saúde local. Porém, em dezembro de 2022, a prefeitura desativou o serviço, que era realizado em imóvel alugado. Atualmente, a população deve se deslocar até a Praia Dura para o atendimento. Uma equipe da ESF atua na região. Às terças-feiras, um médico vai até a comunidade e faz atendimento no espaço da capela de São João.

Outro ponto de preocupação da comunidade caiçara é a escola de educação infantil. Com apenas duas salas, a pequena casa está "espremida" entre um loteamento fechado e outras casas de veranistas, bem próximo à praia. O medo é que o terreno vire foco de cobiça pela especulação imobiliária. Outra questão colocada pelos comunitários diz respeito à política pedagógica e ao currículo escolar, que não está em sintonia com os desejos de pais e mães por uma educação diferenciada caiçara.

A comunidade não conta com rede de esgoto ou estação para tratamento do mesmo, sendo que as casas devem possuir sistema de tratamento doméstico (a grande maioria usa o sistema de fossa-filtro-sumidouro).

Nova geração de caiçaras da Fortaleza

EDUCAÇÃO

O Coletivo de Educação Diferenciada do FCT em Ubatuba realizou reunião com a comunidade e vem apoiando a discussão para a implantação da educação caiçara na escolinha. Abaixo, trechos da entrevista com a liderança local Jaqueline Mesquisa Leite:

"Os primeiros passos do estudo foram aqui, na escolinha da nossa comunidade, que foi a melhor experiência da minha vida, que eu tive, inclusive sinto saudade até hoje, porque a gente ia pra escola descalça, voltava toda encardida pra casa, são memórias e lembranças que com certeza eu vou levar pra vida inteira, e que com certeza até hoje é uma coisa que eu tento levar pra minha filha e pras crianças da comunidade também. Mas foi um pouco difícil devido à distância, quando eu tive que ir pro ensino médio, que a gente tinha que ir pra Semiramis ou pro Deolindo, então era uma maratona todos os dias pegar essa estrada, e que não era fácil, eu morria de medo, essa estradinha aqui, tem muita ribanceira, mas sobrevivi...

{Qual a importância da manutenção de uma escolinha numa comunidade como a Fortaleza?}

Particularmente, acredito que seja a parte emocional, afetiva, pra que ela não se acabe, não se perca, com o objetivo e tudo o que ela tem, que é a maneira com que a gente consolida o ensino ali. Acho que se a gente não conseguir manter isso, vai se acabar. Principalmente porque, enquanto comunidade, a gente teve que lutar alguns anos pra que a escola não fosse fechada, devido à quantidade de alunos que temos aqui. E devido a ser uma comunidade muito afastada, isolada, infelizmente, para a gestão, a gente acaba sendo último em tudo. Até pra gente conseguir um passeio, qualquer outra coisa, tudo muito difícil pra gente, tudo muito suado. Então, se não é a própria comunidade tomar uma iniciativa, buscar entre nós mesmos, fazer ações pra arrecadar verba, entre outras coisas, pra lutar por aquilo que a gente acredita enquanto comunidade tradicional, é difícil a gente conseguir fazer essa manutenção típica, por conta da tradicionalidade. Então é difícil, mas a gente crê que nós vamos conseguir.

{Como você percebe essa saída do adolescente, da criança, em relação à identidade dela?}

Acho que a parte mais complicada, nessa questão da identidade, é a distinção. A gente chega lá e pega outros tipos de ensino, outros tipos de educação, outros tipos de formação. Então, por exemplo, de mim ou de outras histórias que já ouvi, talvez aconteça um choque, principalmente pela forma que é a nossa escola, o nosso ensino, a receptividade dos professores aqui dentro da própria comunidade. Eu acredito, a minha percepção, numa escolinha como a nossa, o aluno, a criança, não é vista apenas como um número, ele é visto como um ser, abraçado, acolhido, a gente se preocupa com essa história, dele vivenciar, entender, compreender a história dele, a origem, pra que ele possa levar à frente essa questão da história, da raiz... Pequenos valores, como escovar um dente, higiene de banheiro, coisas pequenas, por menores que sejam, educação, respeito, essa questão do respeito de passar pela praia quando volta da escola, entre outras coisas. E eu acho que quando a gente passa pra outra escola, por exemplo, eu senti muito esse choque, você não passa mais aqui pela praia, aquela coisa gostosa, descalça, pra você ir à escola, o professor chega, abraça, beija cada um, tem dia que você pode escolher a merenda que você quer comer. E de repente você chega lá, todo dia de ônibus, vai e volta, é cansativo, é estressante, dependendo do horário você encontra com diversos tipos de colegas, educados ou não, com diversas crianças e adolescentes estressados, sabe-se lá com o que cada um vive com a sua vida. Você às vezes vai escovar o dente, que é uma coisa interessante, que você ensinou aqui o tempo inteiro que é educativo, chega lá e tem colega que ri da sua cara que aquilo é vergonhoso, então é um choque tremendo.

Você acha importante a ideia de ter uma educação diferenciada, voltada pra comunidade caiçara, aqui na Fortaleza?

Acredito que é extremamente importante, porque a nossa realidade é distinta. Desde quando a gente nasce. A nossa realidade, a nossa conduta de vida, de dia a dia, as nossas experiências também. Então eu acho que é tão importante quanto necessário. Acho que a educação é a base de tudo, então se, da escola, você já não formar, não fincar raízes, já não mostrar pra eles a importância disso, é a partir desse momento em que você muda de escola, que acontece esse choque, já desestrutura toda a cabeça da criança. Então se a gente não familiarizar, não colocar isso como realmente sendo extremamente importante, essa questão de história, cultura, pode se perder, como realmente às vezes acontece. Então trabalhar e ter essa escola, com uma educação diferenciada, acho que é fundamental.

PRÁTICAS E CUIDADOS DE SAÚDE

“Médico não tinha, não tinha médico, era mais remédio caseiro. A minha avó que era, a minha avó Ana, que era a mãe da minha mãe, era parteira. Minha avó Ana era parteira e ela fazia muitos remédios também, porque minha avó era meio, tinha, a mãe dela já era bem índia, então minha avó conhecia muito remédio caseiro. Quando o pessoal ficava meio adoentado eles recorriam à ela, porque ela benzia também, era benzedeira também. Ela sabia benzer o pessoal de quebranto, zica, que era mau-olhado, quebranto e uma série de rezas que elas faziam. Ela também era responsável pela igreja também, meu avô, ela, meu avô. E ela era uma pessoa assim muito conhecida porque o pessoal vinha de fora até pedir pra ela ir lá, pra ajudar a fazer parto. A minha mãe mesmo, todas as filhas da minha mãe foi a minha avó que fez o parto da minha mãe aqui em casa. Inclusive eu também. Então era dessa forma que funcionava aqui. Não tinha carro, ninguém tinha carro, todo mundo tinha canoa”.

Jorge Alves Barreto Filho, 54 anos,
caiçara da Fortaleza

“A gente comia uma fruta que não tinha contaminação, de veneno, era pura, então não fazia mal na gente. Por isso que a gente sempre com saúde ainda... Não sentia doença. Nos alimentávamos, da costeira, dos mariscos, que chamam agora outro nome, marisco, guaiá, tirávamos balaios e balaios de marisco, chegava em casa, minha mãe tava com a banana verde cozida, tava vermelhinha cozida esperando. Nós trazíamos o marisco, cozinhava, debulhava todo aquele marisco gordinho, dava uma lavada pra tirar areia dele, minha mãe jogava tudo ali junto com o peixe, botava bastante cheiro verde e nós comíamos com farinha de mandioca, fazia aquele pirão de banana, era com peixe, era com marisco, a gente comia e era satisfeito. Os homens iam fazer buraco pra plantar rama, cavocar o morro lá, ficava dois espiando o peixe no mar, pra quando a tainha vinha no laço. Tinha uma canoa grande, meu tio também tinha canoa, eles ficavam espiando o peixe, pra buzinar. Quando o peixe entrava no laço, ele já buzinava, corria todo mundo. Corria, já ia botar a rede, pegava tanta tainha (...) Mas assim, eu com filho pequeno, criança doente, quando pegava diarreia, quase morto, meu marido pegava uma bicicleta e ia, tinha um homem que tinha um mercadinho, e ele levava pra cidade, pegava o ônibus lá, ia pro Seu Filhinho, o médico que tinha, o farmacêutico, que era o nosso médico, mas era muito bom ele. O que ele não entendesse, ninguém entendia. Então nós íamos pra lá. Ele atendia as crianças, dava remédio. Eu vinha com essa criança doente, andava da Praia Dura até aqui. Foi uma luta muito grande.”.

Dona Maria Aparecida dos Santos Morais, 86 anos,
caiçara da Fortaleza.

Maria Aparecida dos Santos Moraes, 86 anos, e Carolina Guatura dos Santos, 29 anos, caiçaras da Fortaleza

Confraternização dos pescadores da Fortaleza

FESTAS E CELEBRAÇÕES

Assim como nas demais comunidades caiçaras do Microterritório, os festejos tradicionais resistem na Fortaleza. Abaixo, a cópia de parte do Painel do Patrimônio Cultural e Territorial produzido pelos participantes da reunião de planejamento do projeto Povos na comunidade.

> Nossa, aqui, antes, tinha via sacra, que aqui nunca negou, na igreja, tinha as missas, existia pouca religião de evangélico, a igreja lotava, porque não tinha muitos evangélicos. Depois de uma época foi que começou. Então a igreja não cabia o pessoal que tinha. As festas de São João, Santo Antonio, São Pedro... Qualquer dia assim festivo de comemoração tinha festa. A minha mãe fazia aqueles tachos de doce de mamão, era aquele tal de consertada, é quentão hoje em dia? Faziam de montes... Fogos, isso não faltava... Tanto que uma vez tocaram tanto foguete que caiu uma bomba de um foguete dentro da blusa da mulher [risos]. Olha, foi um desespero, foi verdade. A bomba caiu de lá de cima quando veio, entrou dentro da blusa da mulher".

Dona Nélia Ângelo Barreto, 78 anos.
Caiçara da Fortaleza

> A gente cantava, rezava na capela, aquele lugar mesmo, a gente rezava, depois fazia um coreto assim, um leilão que chamava. Fazia leilão da prenda. Depois no canto de lá tinha o seu tio, marido da sua tia, que também gostava da brincadeira. Então ele oferecia a casa dele pra nós irmos dançar lá, sabe? Bater pé, naquele tempo era xiba, sabe? Bater pé. Sapateava, passava pra lá, passava pra cá... Mas não perdia o lugar que fica um e o outro. A pessoa que tocava violão, viola, que nem meu pai, alguns mais velhos, tocavam viola, o tio Manoel também tocava rabeca. Então eles dançavam, cantavam aqueles versos, acompanhavam, depois iam e voltavam no lugar, a gente voltava no lugar, os homens lá e as mulheres aqui. Era tudo com respeito. Tinha ciranda cirandinha... Era um homem com uma mulher, pegava com a mão, dançava... Tudo de par... Os homens cantavam... "Ciranda cirandinha vamos todos cirandar, vamos dar a meia volta, volta e meia vamos dar", quando dava meia volta, não trocava de par. Quando dizia "se tá bom, deixa ficar", aí o de trás voltava, pegava na mão da outra mulher, daí ia... Cantando por verso... Era divertido também, sabe? Às vezes de manhã cedo, o sol saindo... Os homens tudo vermelho, cantavam verso, os homens sapateando, as mulheres dançando... Era mais simples, sabe?
>
> (...)
>
> "Agora não sei também hoje eu tô velha, né? Pra mocidade é bom, né? Eu como não sou mais disso mesmo... Depois, também, o senhor me chamou na sua graça também, eu sou evangélica, mas não falo de ninguém. Eu não debato com religião nenhuma. Porque acho que o deus é um só. Aquele que faz a vontade de deus, ele tá fazendo a vontade deus. Se ele não fizer a vontade de deus, ele não tá certo. Porque igreja não salva ninguém. Porque igreja existe muito. O mandamento é um só. A doutrina é uma só".

Dona Maria Aparecida dos Santos Morais, 86 anos,
caiçara da Fortaleza.

CELEBRAÇÕES	FORMAS DE EXPRESSÃO	MODOS DE FAZER
Corrida de Canoa	Cultura caiçara	Pesca artesanal: lanço, linha, rede boieira, bate-bate, espinhel e mergulho
Festa da escola (Fim de ano / Natal)	Artesanato	Ranchos e cercos de pesca
Folia do Divino	Dialeto local (caiçares)	Rede de pesca
Folia de Reis	Uso de plantas medicinais	Gamela
	Parteiras/ benzedeiras	Remo
		Marisco
		Marisqueira (desativada)
		Guaiá e Siri
		Canoa
		Surfe
		Pesca
		Culinária

ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

“A gente não pode esquecer que o bairro da Fortaleza compreende também a Praia Brava que também somos todos parentes afinal de contas. Então você tem a Brava e a Fortaleza. Há muitos anos foram sendo criadas associações de bairro, desde associações de bairro exclusivamente de veranistas, isso é bem curioso. Porque a gente teve a Sociedade Amigos da Fortaleza - SAFO um tempo atrás, que agora já faliu, que era uma associação basicamente dos donos proprietários de casa à beira-mar, os ricos da Fortaleza que têm casa de veraneio. Mas sempre teve, paralelamente a isso, associações locais que eram meio mitigadas, o pessoal começava, estruturava uma conversa, formava um conselho, mas depois a coisa não acontecia. O pai do Nel, o Seu Tonico, era presidente de uma das associações que foram bem importantes aqui. Aqui no bairro a gente já teve vereadores, a família Barreto já teve cargo público. Mas hoje, a gente tem uma associação que foi constituída em 2014, inclusive hoje estou como presidente dessa associação, e ela basicamente foi feita pra conversar com o morador local, tanto caiçara quanto a população que veio morar aqui, pra gente conseguir ter uma conversa, um diálogo, com o poder público, um pouco maior. E basicamente a gente tem, de equipamento público mesmo é escola e o posto de saúde. O posto tá meio num limbo por enquanto. Até tá fechado hoje porque o proprietário que aluga pra prefeitura rompeu o contrato e existe hoje uma negociação por parte do secretário de saúde com uma família local pra realugar um imóvel, aqui mesmo na comunidade, que inclusive já foi posto de saúde no passado, pra voltar a ser lá, porque o posto onde está agora, ele não vai mais existir daqui a algumas semanas, acho que até daqui alguns dias. Então a comunidade tá numa luta bem grande e de olho no poder público pra ver se realmente essa negociação de aluguel com o posto de saúde vai sair. O que a gente queria mesmo, o que a gente tava pleiteando desde o começo, era a construção fixa do posto de saúde, dentro da escola, no espaço dentro da escola, onde tivesse uma independência da escola e pro posto de saúde. Porque daí a gente não ia mais ficar dependendo desse negócio de aluguel porque a prefeitura pode de repente parar de pagar aluguel ou o proprietário não querer mais, e a gente fica sempre numa balança difícil de ter o posto ou não ter. Tendo em vista que, imagina, os idosos daqui terem que pegar três ônibus pra chegar no posto mais próximo que é na Praia Dura. Então é muito complicado. E aqui, o posto de saúde, bem ou mal, todo mundo gosta muito do serviço que é oferecido aqui. Porque a gente evita doenças aqui, a gente tem uma agente de saúde que comunica bem com todo comunitário, ela se preocupa se os exames estão, ela liga pra todo mundo, então é uma coisa legal, isso não pode sair daqui da Fortaleza. Assim como a escola também. Há uns dois anos, antes da pandemia, eles estavam pleiteando tirar a escola daqui e juntar todas as crianças lá na Praia Dura, o que é totalmente inviável, né? Essas crianças saindo daqui todo dia andando mais de 8 quilômetros até chegar no Rio Escuro, são quase 15 quilômetros.”

Ana Paula Mesquita, 46 anos,
liderança caiçara da Fortaleza

CONFLITOS E AMEAÇAS AO MODO DE VIDA

O turismo de massas representa a principal ameaça ao modo de vida da Fortaleza. Os interlocutores denunciaram uma série de eventos promovidos por empresas de fora em território da Fortaleza sem a devida consulta à comunidade. São corridas por trilhas e caminhos tradicionais, campeonatos de pesca submarina, entre outros eventos que interferem na dinâmica e no cotidiano da comunidade.

O turismo está também relacionado à especulação imobiliária e à descaracterização do território tradicional, como bem mostra a imagem abaixo.

A conversa abaixo foi gravada durante uma visita de campo do território marítimo da Fortaleza:

"Aqui, uns quatro, cinco anos atrás, não tinha tanto fluxo de barco aqui fazendo turismo. Aqui tem uma marcação do banhista. Os bacanas começaram a ficar incomodados, eles não querem que a gente entre aqui mais, eles vão fechar essa praia de ponta a ponta. Eles não podem fechar. Olha onde eles botaram a marcação agora. Quem quer fazer turismo náutico aqui na Praia Vermelha do Sul, tem que passar lá você quer dar uma passada aqui na praia, vem uns três seguranças do loteamento atrás de você pra ver onde você vai, onde você vai ficar, pra meio que coibir a entrada de veranista que não é proprietário de casa.

Bóias colocadas por particulares limitam o território marítimo da Fortaleza. Na foto, ainda, casa de veranista sobre pedra próximo à praia Brava da Fortaleza.

{Antes era de quem?}

Era de família nativa daqui da Fortaleza, era da família do Seu Raul, dos Bertolino, que hoje estão na Fortaleza, mas eles venderam tudo aqui, de uma vez só. A família Sisla que comprou. Eles vieram com um projeto de loteamento ecológico, entre a década de 60 e 70, que eles iam replantar as coisas. Só que não explicaram que eles iam replantar as árvores nativas e iam tirar os nativos, né? [risos]. E hoje em dia, a família também loteou outro bairro aqui perto, no sertão, a Folha Seca, também é uma obra deles lá, só que é mais naquela boinha lá. Isso aí nem registrado na capitania tá. Outra coisa que eu fico bravo: esse barco aqui é registrado como transporte de passageiro. Lembra que eu falei dos bacanas que estão vindo fazer turismo com os barcos deles? É o famoso shark. Pergunta pra capitania o que é exigido do shark, o arrais amador. Essa embarcação aqui você tem que ter uma carta que você pode trabalhar num navio. Uma diferença, né? Sacanagem. Você tem que ter uma carta pra trabalhar em navio e tem que ter um curso pra transporte de passageiro. O do turista é só simplesmente o arrais. Muitas vezes, esses aí não sabem nem jogar uma âncora. Param em cima de pedra, encalham barco... Aí acontece acidente e mancha o nosso lugar. (...)

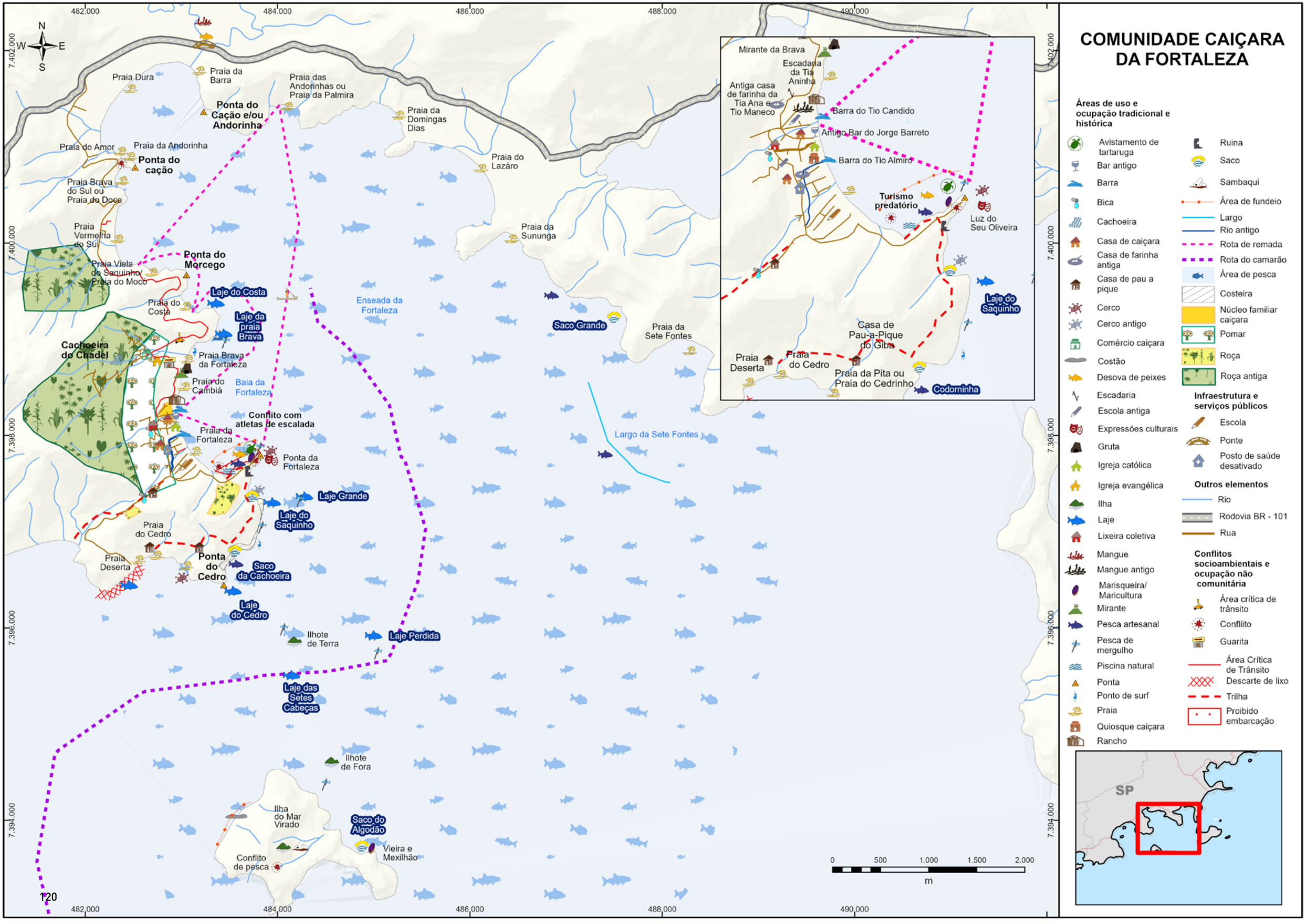
Aí tem o acesso aqui da Vermelha aqui pela estrada, que é a estrada da Fortaleza. Se popular. Aqui é primeiro mundo. A Folha Seca é uma ocupação bem popular, que eles venderam os lotes pros pobres. Do lado dos rios também. (...) A explicação dos diretores do loteamento [sobre as poitas não registradas] é que é para proteger o meio ambiente, evitar degradação ambiental na praia, uma falácia, porque é pra evitar que tenha contato de outras tribos aqui, essa que é a real, eles querem se isolar. Construir em cima da costeira pode, isso é proteção ambiental, né? Aqui chama Bravinha ou praia do Doca, não tinha casa nenhuma aqui, eu lembro quando era adolescente, tinha uns 18 anos, a gente descia da estrada a pé e já caía aqui no mar. Agora tá tudo fechado lá da estrada. Aí tem um caminhozinho todo disfarçado pra ninguém entrar. (...) Você vê que a Praia Dura é toda alagada, é uma areia úmida, bem pegajosa, então eles tiraram todo esse morro aqui de trás, taparam esse morro e fizeram um aterro na Praia Dura, todo esse morro aqui. Agora o pessoal aproveitou e fez um outro loteamento nessa capa de morro ali em cima também, um loteamento também de primeiro nível assim...".

O QUE FOI MAPEADO
(DESCRITIVO DA CARTOGRAFIA SOCIAL)

Caiçaras da Fortaleza apontam espaços (ranchos), técnicas e petrechos da pesca, indicando o território marítimo, a partir da costeira e indo em direção às águas mais profundas; registram as áreas para cada tipo de pesca, na cartografia do continente, indicam áreas atuais e antigas de roças e manejo florestal: assim foi a confecção do seu mapa falado.

MAPAS FALADOS

COMUNIDADE CAIÇARA DA FORTALEZA



Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica

- Avistamento de tartaruga
- Bar antigo
- Barra
- Bica
- Cachoeira
- Casa de caiçara
- Casa de farinha antiga
- Casa de pau a pique
- Cerco
- Cerco antigo
- Comércio caiçara
- Costão
- Desova de peixes
- Escadaria
- Escola antiga
- Expressões culturais
- Gruta
- Igreja católica
- Igreja evangélica
- Ilha
- Laje
- Lixeira coletiva
- Mangue
- Mangue antigo
- Marisqueira/ Maricultura
- Mirante
- Pesca artesanal
- Pesca de mergulho
- Piscina natural
- Ponta
- Ponto de surf
- Praia
- Quiosque caiçara
- Rancho
- Ruina
- Saco
- Sambaqui
- Área de fundeio
- Largo
- Rio antigo
- Rota de remada
- Rota do camarão
- Área de pesca
- Costeira
- Núcleo familiar caiçara
- Pomar
- Roça
- Roça antiga

Infraestrutura e serviços públicos

- Escola
- Ponte
- Posto de saúde desativado

Outros elementos

- Rio
- Rodovia BR - 101
- Rua

Conflitos socioambientais e ocupação não comunitária

- Área crítica de trânsito
- Confliito
- Guarita
- Área Crítica de Trânsito
- Descarte de lixo
- Trilha
- Proibido embarcação

TERRITÓRIOS CAIÇARAS

LAGOINHA PERES OESTE

Pescador Marcos Roberto de Oliveira, no conserto da rede

TEMPOS E ESPAÇOS

Toda a extensão da praia da Lagoinha está ocupada por condomínios e loteamentos fechados, com casas de luxo voltadas ao turismo. Em uma das pontas, está o condomínio Recanto da Lagoinha, que limita a entrada de carros dos moradores do Peres, Oeste e da Praia Grande do Bonete. É a partir deste condomínio que se acessa a trilha que leva às três comunidades caiçaras. No meio da praia, o loteamento fechado da Salga ainda permite a existência de rancho caiçara na praia, onde são guardados barcos e petrechos de pesca. Dali, é possível pegar uma lancha-taxi para as comunidades da costeira.

O acesso ao loteamento também é controlado e há fiscalização de estacionamento, com poucas vagas em sistema pago tipo rotativo. Os moradores do Peres, Oeste e Praia Grande do Bonete possuem isenção da taxa. Porém, caso queiram ir a pé, devem contar com a maré baixa para a atravessar a barra e acessar a trilha.

O trecho de entrevista abaixo, com Tatiana Santiago de Oliveira, da comunidade da prainha do Peres, revela um tanto do racismo ambiental e das estratégias para expulsão dos comunitários, especialmente na negativa à implantação de rede de energia elétrica. Tatiana é uma jovem que se viu obrigada a deixar o Peres, por conta das dificuldades de acesso e da falta de luz.

A matriarca da comunidade caiçara do Peres, Dionísia Soares Lopes e familiares: Dioneia Lopes de Oliveira (filha); Odineia Lopes (filha); Rúbia Lopes de Oliveira (neta) e Tatiana Santiago de Oliveira (sobrinha).

"Eu sou da Prainha, nasci aqui mesmo em Ubatuba, atualmente tô morando no Rio Escuro, devido às dificuldades que a Praia do Peres tem em relação à distância, energia elétrica, e devido à minha profissão, optei por morar em outro bairro, por enquanto."

{O Peres não tem energia elétrica?}

"Não, é uma comunidade que ainda usa lampião, luz de vela, e agora os mais moderninhos, a gente consegue uma placa solar, dependendo da condição da pessoa, tem o recurso da placa solar."

{Qual a distância do Peres até o condomínio do canto da Lagoinha?}

"Menos de um quilômetro."

{No condomínio tem luz?}

"Tem luz, tem umas mansões ali no morro, dá pra gente ver daqui, né? Tem luz, tudo equipadinho, e lá a comunidade caiçara não tem esse benefício, que é uma coisa tão básica."

{E por que a rede não chegou lá até hoje?}

"Sempre teve várias desculpas, vários empecilhos, uns alegam questão ambiental, outros alegam distância, mas agora parece que vamos conseguir através de uma ação judicial, estamos aguardando um prazo, de um ano e seis meses, talvez a gente consiga, vamos aguardar pra ver. Tem gente confiante, tem gente que não tá confiando tanto, só aguardando mesmo pra ver, não tem outro jeito."

Tatiana Santiago de Oliveira, Peres

O pessoal da Lagoinha é categórico em afirmar que a primeira fábrica de vidros do Brasil foi a de lá. De fato, lá estão as ruínas de uma antiga fábrica, em sítio arqueológico a ser preservado. Nas ruas próximas às ruínas, casas de caiçaras guardam quintais tradicionais. Em contraste, o esqueleto em concreto de um ex-futuro hotel – que está sob embargo. Nos fundos do bairro, ao pé da serra, correm rios e riachos, que desaparecem sob a rodovia.

“Meu pai falou que desde que fundou Ubatuba, a Prainha [do Peres] já funcionava como comunidade, foi vindo dos fazendeiros. A Lagoinha, Maranduba e Caçandoca eram as três fazendas que tinham, depois foi dividindo as terras, as pessoas foram ficando com cada pedaço. No caso, a família do meu avô ficou, eles eram mercadores, a família do meu avô, eles ficaram com um pedaço lá na Praia Grande, depois foi vendendo, a minha avó nasceu na Maranduba, mas comprou desse pessoal lá a parte da Prainha. Assim foi formando a família da minha avó, foi comprando ali. O pedaço que era parte do Tanaka ali era do Seu Pacífico, mas seu Pacífico também regula a média de cem, cento e cinquenta anos, que é mais ou menos o mesmo tempo da família da minha avó. Anterior a isso, vai ficar mais difícil da gente chegar. Mas o pai falou que desde que fundou Ubatuba, ali já vinha com a fazenda, os mercadores, então já é desde o registro, desde a fundação da cidade. Aí teve nós aí, e outros, o pessoal foi também a mesma coisa, que é tudo parentesco da minha avó, da família Rego, depois veio outros vizinhos do João Zacarias, que é o avô lá da turma do Marcão, depois eles foram vendendo tudo também para outras pessoas de fora. O pessoal não considera caiçara, mas todo mundo chama de caiçara, igual um quilombola, mesma coisa, porque a família era misturada, o negro e branco, português misturado com índio. O que sobrou foi nós. Eu acho que isso aí tá bom já, se precisar mais eu tenho que escrever tudo, porque falar assim não dá. Eu tenho que pegar mais história pra por... Pensando bem, é tempo pra chuchu, hein Ana? Misericórdia. Agora não sei porque o pessoal quer tudo saber, acha que a gente veio de outro mundo, de outro lado, a gente veio do céu também, somos filhos de Deus, somos filho de Ubatuba, nativo. A avó da Tatiana nasceu na Maranduba em 1907, lá no Rio da Prata. Lá era só nosso bisavô. Meu avô era da Praia Grande do Bonete , meu bisavô chamava-se Olinto Lopes. Meu avô Zacarias Lopes foi morar com ela na prainha."

Tatiana Santiago de oliveira,
caiçara da comunidade do Peres

Ruínas da Lagoinha

OCUPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

Número considerável de pessoas do Peres, Oeste e Lagoinha se deslocou para o sertão da Lagoinha ou para o centro da cidade à medida que avançavam sobre seus territórios, os projetos da especulação imobiliária ligada ao turismo. A situação de Peres e Oeste é mais grave, pois não há rede de energia elétrica instalada, nem transporte escolar náutico, o que levou as famílias a migrarem para locais de mais fácil acesso e com melhor infraestrutura pública. Alguns terrenos tradicionais foram vendidos. Algumas famílias seguem morando lá, mantendo ranchos de pesca e um restaurante, que opera nos finais de semana e durante a temporada de verão, mesmo sem luz.

Dará e Ana Flávia com crianças da Prainha do Peres

“Aí nós ficamos aqui, agora tem os filhos, tem a minha casa. No lugar da casa da minha sogra é a casa de uma sobrinha minha, Tatiana, filha do Júlio e a casa do Júlio é ao lado. Aqui ao lado meu filho construiu, do outro minha filha vai construir, se Deus quiser, vai construir pra ela. Tem a casa da minha outra filha pra lá, tem uma casa de turistas, mais três casas que são das filhas do Paulo, meu cunhado, depois outra casa no morro do Seu Lima, pra cima outra casa do Seu... esqueci o nome do outro. E tem outra casa agora de um amigo e tem a casa de um primo meu."

Dionísia Soares Lopes, nascida na Praia Grande do Bonete, mudou-se para o Peres aos vinte e poucos anos, casando-se com pescador local e formando sua família, que chega à quarta geração.

Dionísia Soares Lopes, matriarca da comunidade Caiçara do Peres

Na praia da Lagoinha, o rancho caiçara marca a resistência da população tradicional, contrastando com as casas de veraneio ao fundo.

ECONOMIA LOCAL E PRÁTICAS DE SUBSISTÊNCIA

PESCA ARTESANAL

“Tudo pouco, né? O peixe retirou-se bem pra longe, o que tem por aqui, tem que ir até o Mar Virado pra ver se arruma alguma coisa, às vezes pega uns dez quilos, às vezes pega mais, às vezes menos e às vezes nada porque os peixes se retiraram, né?”

Tobias Miguel de Oliveira, 74 anos, morador do Morro da Prainha (Peres)

Rancho comunitário da Lagoinha

O rancho de pesca da Praia da Lagoinha é um símbolo da luta caiçara na região e marca a presença dos pescadores tradicionais que resistem em suas artes no mar. Aos sábados, dona Mara (Climária Dutra de Oliveira, 53) e a família dos pescadores Denis e Samuel montam suas bancas de pescados na praia, em frente ao rancho. Ali, vendem peixes, camarões e mariscos aos turistas. Dona Mara se orgulha de ser a “única mulher que tem um rancho em seu nome”.

“O pescador é vento, é o sol, é a chuva, é o mar... A gente vai longe pra pescar. Enfrenta de tudo e aprende a ser parte também. Esse camarão, esse menino aqui [apontando para o filho] foi matar lá longe, lá no mar aberto. Foi lá buscar o nosso sustento”.

Climária Dutra de Oliveira, 53 anos, pescadora do Peres.

MARICULTURA

Seis fazendas marinhas, operadas pelos primos Famílias Oliveira e Lopes, produzem mariscos. As fazendas já produziram peixe (Bijupirá) e contaram com apoio técnico do Instituto Oceanográfico da USP. Atualmente, estão ameçadas pela disputa territorial do espelho d'água na baia do Mar Virado, com turismo náutico, e, também, pelas construções de veraneio que despejam efluentes, provavelmente da piscina, no mar próximo à maricultura da família Oliveira.

Dona Mara e Dorhan na banca de peixes na praia da Lagoinha

Irineu Constantino de Oliveira

Samuel de Oliveira

ROÇA TRADICIONAL

No sertão da Lagoinha, áreas de roças, aos poucos, foram dando lugar a novas casas. O mesmo ao longo da costeira, do Peres à Praia Grande do Bonete. Porém, em ambos os espaços, é possível ver quintais caiçara, alguns pés de mandioca, folhas de taioba e inhame.

“Roça faz tempo que não se faz porque a última vez que meu sogro fez uma roçadinha aí pra cima, foi atrás da casa dele, dedaram ele e vieram e quase levaram os velhos presos, sabe?”

Dionísia Soares Lopes

TURISMO

A descaracterização dos territórios tradicionais caiçaras em todo o sul de Ubatuba é consequência direta do turismo – ou de massas, ou de luxo – que impulsiona e é impulsionado pela especulação imobiliária. Por outro lado, a economia do turismo é também geradora de renda.

“Quando veio essa BR, vieram os turistas. Então, quando vem os turistas fim de ano, feriado, é onde a gente ganha, as pessoas que trabalham com barco, que fazem os passeios, é onde ganham um dinheirinho”.

Tobias Miguel de Oliveira, 74 anos,
morador do Morro da Prainha (Peres)

A comunidade caiçara da região está organizada em torno do Turismo de Base Comunitária, realizando visitas guiadas, operando passeios de barco e recebendo os turistas em seu comércio.

ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS E GERAÇÃO DE RENDA

A escola de educação infantil e fundamental está localizada na beira da rodovia Rio-Santos, limitada, aos fundos, pelo muro do loteamento fechado. Não há escolas de ensino médio.

A equipe de saúde da família (ESF) visita com regularidade cada vez menor as famílias que residem na costeira e as que moram no sertão da Lagoinha. Não há rede de esgoto ou estação de tratamento, o que agrava a situação relacionada à especulação imobiliária e às construções de hotéis e outros equipamentos voltados ao turismo, que utilizam os rios para o escoamento de seus efluentes sanitários, causando preocupação quanto à poluição da praia.

Dara de Oliveira

PRÁTICAS E CUIDADOS DE SAÚDE

“Ficava com gripe, resfriado, febre... Aí tomava chás, de erva doce, cidreira, que todo mundo tinha no quintal. E o que eles tomavam pra baixar febre, além de chazinho, era uma casca de madeira que chamava quina, faziam chá e raspavam aquele pozinho, colocavam no chá, pra gente tomar, e aquilo acho que valia a pena. E agente de saúde a gente ia lá na Maranduba, no caminho da Caçandoca, tinha um posto de saúde antigamente, não funcionava todo dia mas acho que tinha uns três dias por semana, que a gente quando precisava ia pra lá. A gente era tudo matriculado nessa lá, pra poder ter o médico. Só lá que era a matrícula que a gente tinha no posto de saúde. E tinha as pessoas lá que atendiam a gente, não tinha como ir de carro, saía da Praia Grande, atravessava, ia caminhando até lá, pela praia ou pela estrada.”

Dionísia Soares Lopes

PLANTA MEDICINAL:	SERVE PARA
Baleeira	Antiinflamatorio – Faz chá e, também, garrafada para compressa
Guaco	Tosse - xarope
Caraguatá	Tosse - xarope
Poejo	Tosse
Hortelã	Garganta
Broto de Goiabeira	Diarreia
Folha de Mexirica	Estômago
Folha de chuchu	Baixar pressão
Folha de batata doce	inflamações
Folha de jaca	Baixar febre – enrola a folha molhada na perna
Farinha de mandioca	Tirar furunculo
Arruda	Banho
Boldo	Dor no estômago e ressaca
Babosa	Queimaduras
Rosa branca	Lavar o olho - conjuntivite
Semente de alfavaca	Para tirar cisco no olho – a semente tira o cisco, depois de pedir para Santa Clara
Sete sangrias	Infecção urinária – chá e banho
Flor do algodão	Banho pós parto

FESTAS E CELEBRAÇÕES

O trecho da conversa abaixo revela a saudade que o seu Tobias tem das festas, que não passam mais por ali:

{E essas famílias se reuniam em festejos, tinha algum festejo tradicional?}

"Ah, tinha, naquela época, acho que 70, 60 anos atrás, tinha festa do Divino, que vinha lá de Ubatumirim, eles faziam toda essa região aqui, e eles iam até Tabatinga, passavam Caçandoca, vinham... E quando era noite, lá no Bonetão, Praia Grande do Bonete, fazia procissão à noite naquela praia, com a bandeira, de noite, vinha lá do canto manso que chama, vinha até o canto bravo e voltava... Tinha as festas, eram umas festas boas, ficava semana de festa..."

{E dançava o quê? Tocava o quê?}

"Bate pé, né? Lá no sul é o catira, né? "

{E desse tempo, dessas festas boas pra cá, o que mudou? Principalmente depois da década de 70, depois que chegou a BR, mudou muita coisa na vida?}

"Ah, mudou bastante coisa, acabou a festa, foi vindo turista, foi um negócio assim que teve que trabalhar, fazer as coisas, na pesca ou em terra mesmo... Aí a tradição da festa do Divino acabou. Hoje não se vê mais. Ainda lá pro lado de Ubatuba parece que tem. Mas aqui acho que não tem. Não vieram mais pra cá."

{E tem alguém que ainda toca uma viola, um instrumento típico...?}

"Eu conheço um cara que ele toca, o Dito. É lá do Bonetão. Ele toca e ainda canta um pouco [risos].

A história da comunidade é essa que acabei de contar, que tinha festa... A única coisa que nós tínhamos, o avô dela, na casa dele, nós fazíamos sempre o tal de bate pé que chamava o xiba, e era na casa do avô dela, ele era violeiro e era ele que cantava a noite inteira e tocava viola..."

Festas de São Pedro e de São João eram realizadas na casa do Zacarias Lopes e Maria Isidia de Oliveira, até a década de 1980.

Seu Tobias

Da esquerda para a direita: Guilherme, Marcos, Maria Vitória, Sandro, Dara, Ana Flávia, Wellington, Amarildo, Lívia, Daniel.

ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

Henrique Inácio de Araújo, neto do seu Nestor e bisneto da dona Mariana, da praia da Lagoinha.

> “A gente começou uma associação, mas ficou difícil de registrar, CNPJ, essas coisas... E às vezes também, até a própria comunidade às vezes não acredita ou por falta de conhecimento, acaba não se unindo pra organizar uma coisa mais fechadinha.”

Tatiana Santiago de Oliveira

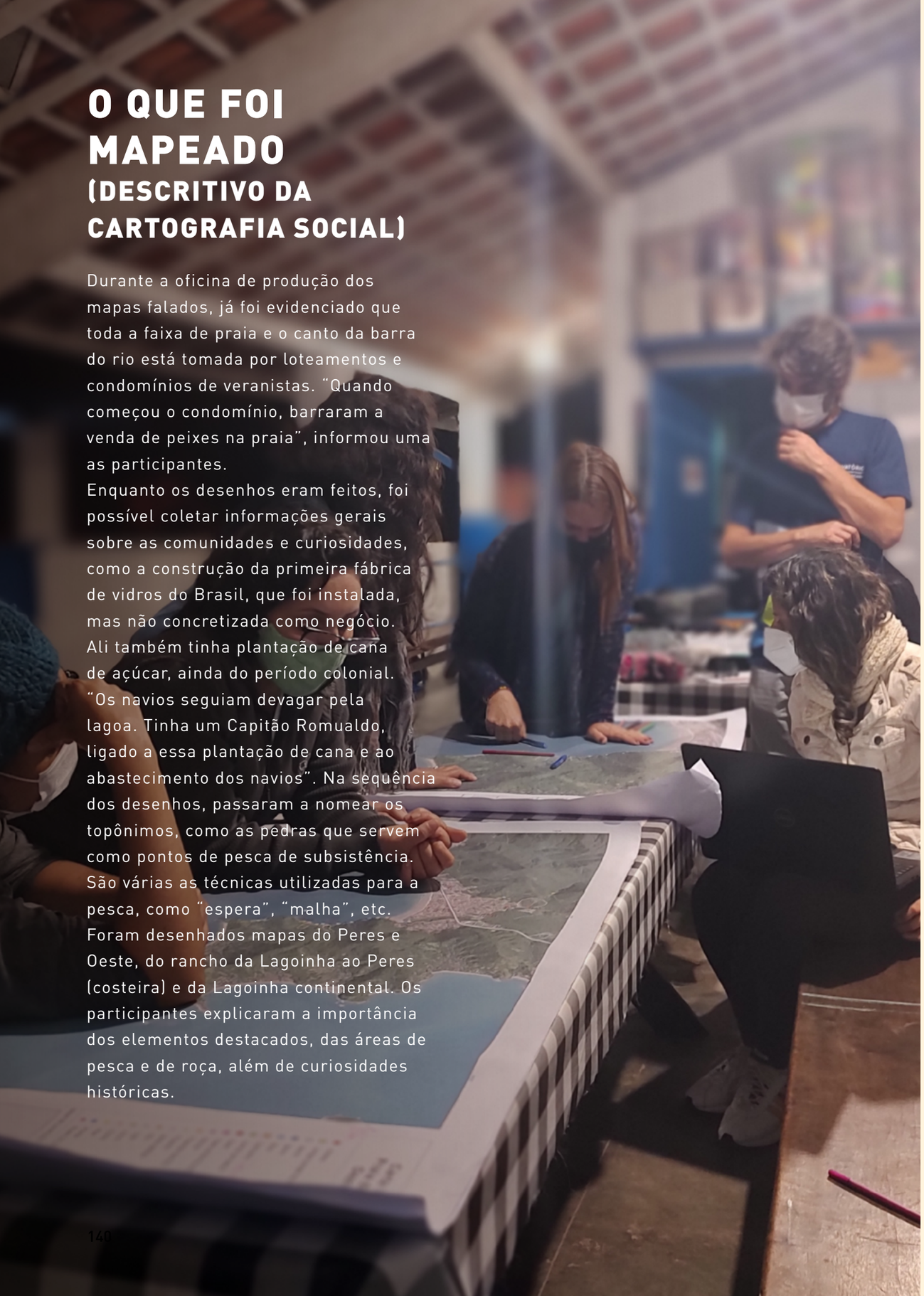
CONFLITOS E AMEAÇAS AO MODO DE VIDA

O mapa produzido pelas três comunidades aponta diversas áreas de conflito territorial, em sua maior parte motivados pela presença de condomínios e loteamentos fechados.

Além dos conflitos presentes, há a ameaça representada pela cadeia produtiva do petróleo e gás dos campos da baía de Santos, com relatos de surgimento de manchas de óleo no mar, nas praias e em costões.

Novo empreendimento turístico (hotel) gera preocupação nas comunidades.

Placas de propriedades particulares ao longo do caminho, preocupam a comunidade quanto ao futuro.



O QUE FOI MAPEADO
(DESCRITIVO DA CARTOGRAFIA SOCIAL)

Durante a oficina de produção dos mapas falados, já foi evidenciado que toda a faixa de praia e o canto da barra do rio está tomada por loteamentos e condomínios de veranistas. "Quando começou o condomínio, barraram a venda de peixes na praia", informou uma as participantes.

Enquanto os desenhos eram feitos, foi possível coletar informações gerais sobre as comunidades e curiosidades, como a construção da primeira fábrica de vidros do Brasil, que foi instalada, mas não concretizada como negócio. Ali também tinha plantação de cana de açúcar, ainda do período colonial. "Os navios seguiam devagar pela lagoa. Tinha um Capitão Romualdo, ligado a essa plantação de cana e ao abastecimento dos navios". Na sequência dos desenhos, passaram a nomear os topônimos, como as pedras que servem como pontos de pesca de subsistência. São várias as técnicas utilizadas para a pesca, como "espera", "malha", etc. Foram desenhados mapas do Peres e Oeste, do rancho da Lagoinha ao Peres (costeira) e da Lagoinha continental. Os participantes explicaram a importância dos elementos destacados, das áreas de pesca e de roça, além de curiosidades históricas.

MAPAS FALADOS

Comunidade da Praia do Peres Presente.

PRAIA LAGOINHA

RIO DA LAGOINHA

TRILHA

PEDRA DO NERO

PEDRA SINO

PEDRA

ARAIADO CRUZADO

PRAIA DO PERES

RANCHO

PRAIA DO PERES

FIGUEIRA CENTENARIA

PEDRA DO BOI

LOCAL REDE DE PESCA CANOA MARICULTURA

MORRO LUIZ MIGUEL

RANCHO DO MARCELO

RANCHO

PONTA JARDIM JARDIM FAMILIA OLIVEIRA

SR FRANCISCO

DIMAS

PEDRA DO BURACO

RIO JARDIM

RIO

CLAUDIO

MARISQUEIRA LUCIANO

IRINEU

DENIS

DARA

DENIS

FAMILIA OLIVEIRA LOPES

PONTO DE PESCA

wellington

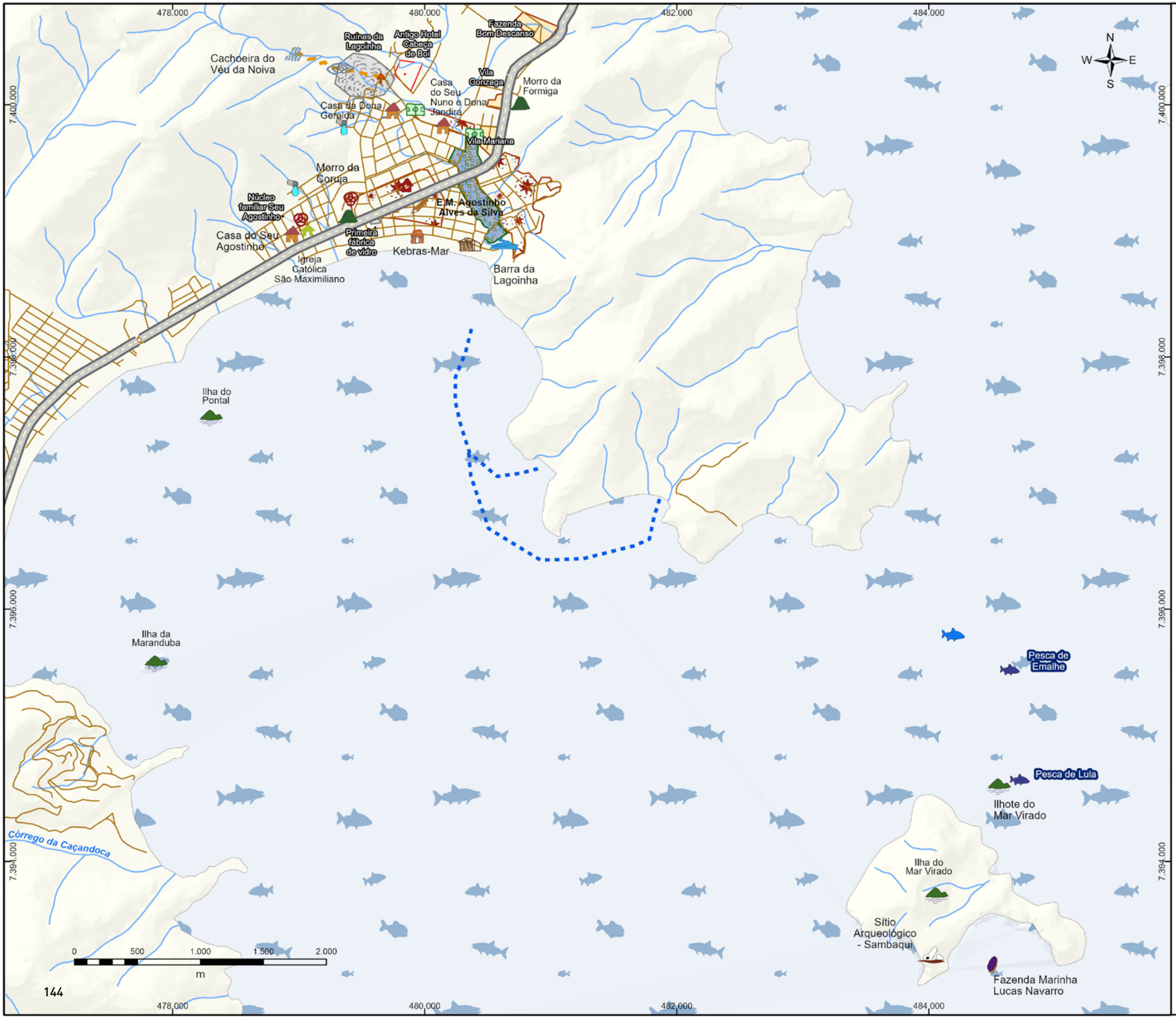
PONTO DE PESCA

PONTO DE PESCA

MAR VIRADO NA FRENTE DA PG DO BONETE

É UM LOCAL DE PESCA DO PERES LAGOINHA

COMUNIDADE CAIÇARA DA LAGOINHA



Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica

- Acesso
- Área pública
- Barra
- Bica
- Cachoeira
- Campo de futebol
- Casa
- Escola
- Fazenda marinha
- Igreja católica
- Ilha
- Laje
- Morro
- Pesca artesanal
- Poço
- Quiosque caiçara
- Rancho
- Sítio arqueológico
- Rotas marítimas
- Trilha
- Mangue
- Ocupação caiçara e não caiçara
- Ruína

Infraestrutura e serviços públicos

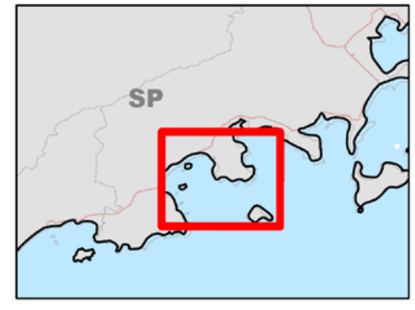
- Posto de saúde

Conflitos socioambientais e ocupação não comunitária

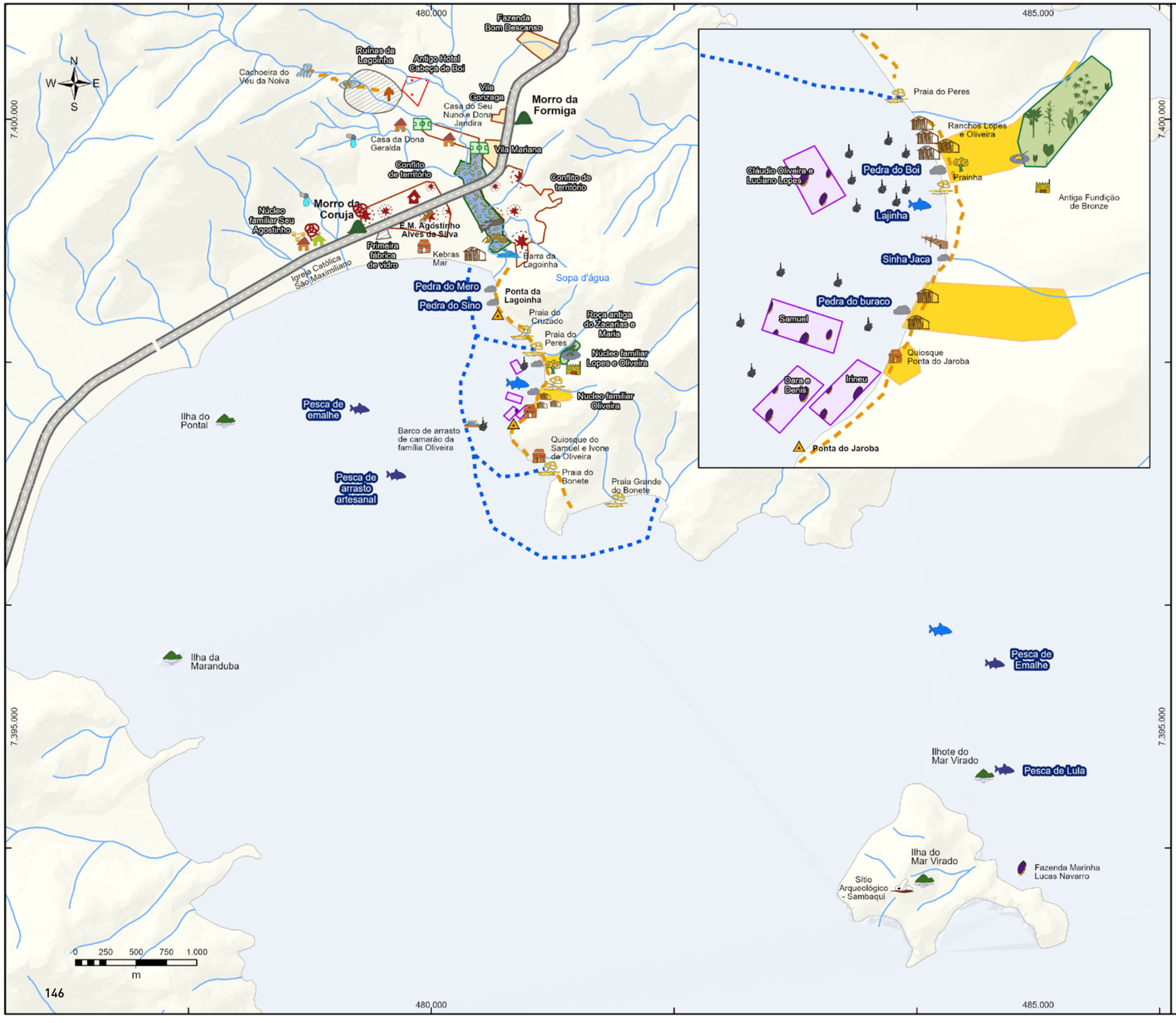
- Conflito de território

Outros elementos

- Rio
- Rodovia BR - 101
- Rua
- Área particular



COMUNIDADE CAIÇARA DO OESTE E PERES E LAGOINHA



Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica

- Acesso
- Antiga fundição de bronze
- Barco
- Barra
- Bica
- Cachoeira
- Campo de futebol
- Casa
- Casa de farinha antiga
- Escola
- Fazenda marinha
- Figueira
- Igreja católica
- Ilha
- Laje
- Morro
- Núcleo Familiar Caiçara
- Pedra
- Pesca artesanal
- Pier
- Poita
- Ponta
- Ponte
- Poço
- Praia
- Quiosque caiçara
- Rancho
- Sítio arqueológico
- Rotas marítimas
- Trilha
- Mangue
- Maricultura
- Núcleo familiar caiçara
- Ocupação caiçara e não caiçara
- Roça antiga
- Ruína

Infraestrutura e serviços públicos

- Área pública
- Posto de saúde

Outros elementos

- Rio
- Rodovia BR - 101
- Rua

Conflitos socioambientais e ocupação não comunitária

- Poluição
- Área particular
- Conflito de território

Dona Inô

TERRITÓRIOS CAIÇARAS

PRAIA GRANDE DO BONETE

TEMPOS E ESPAÇOS

A comunidade caiçara da Praia Grande do Bonete preserva suas tradições em resistência à presença dos turistas e às restrições ambientais. A vila, acessível apenas por trilha ou pelo mar, tem em seu centro um tablado caiçara, onde acontecem festejos tradicionais e religiosos, reuniões comunitárias e encontros entre vizinhos. Junto ao tablado, está a capela de São Sebastião e o prédio da antiga escolinha, hoje ocupado pela Associação de Moradores e utilizado como posto de saúde.

A faixa de casas entre o fim da trilha que liga a Lagoinha ao Bonete e o canto esquerdo da praia (olhando para o mar) é toda ocupada por gente de fora, os turistas, como são chamados pela comunidade. No início do caminho sombreado por castanheiras e figueiras, há uma placa informando que, por ali, só podem transitar os proprietários e convidados dos veranistas. Já no canto esquerdo, há ranchos de pesca e alguns quiosques operados por moradores da Praia Grande do Bonete. Um dos mapas falados desenhados mostra bem a distorção entre o tamanho e a importância das casas dos veranistas em relação aos núcleos familiares caiçaras.

“Aqui todo mundo trabalhava na roça, não tinha casa de veraneio e de turista, todo mundo ia pra roça capinar, plantar mandioca, plantar rama, plantar banana, muita gente vivia só de banana e da pesca, aqui. Chegava um cara lá de Caraguá, sei lá de onde, falava: hoje vem o cara pegar banana do pessoal. Aí o pessoal já cortava uns dois dias antes. Deixava na praia, esperava o cara chegar pra levar, levava pra Lagoinha, de canoa a remo.”

Inocência da Silva (Dona Inô),
Praia Grande do Bonete

“Mas aqui do Bonete, eu lembro de turistas chegando, lembro da minha avó presenteando eles com farinha de mandioca, com dúzia de ovos, lembro deles trazendo toalha de mesa pra minha avó, ou lençol, coisas assim... Mas eu digo que o turista, quando ele começou a vir pra cá, ele tinha que ter tido uma responsabilidade social com o povo daqui, como em todo lugar que eles vão, que eles chegam lá, se deparam com uma realidade totalmente diferente da deles, então eles tinham que ter uma responsabilidade social, já que eles, automaticamente, ia mudar a vida desse povo, porque eles começaram a comprar, digamos assim, acho que a trocar terreno por... parecia uma coisa do índio mesmo daquela época da colonização, que trocava espelho por ouro, por tudo o que tinha, então é a mesma sensação que acho que o caiçara de todo lugar tem, é de que quando eles vieram pra cá, eles trocaram, eu sei de gente que trocou fogão a gás por um terreno, só que esqueceu que tinha que comprar gás, achando que aquilo tinha um valor, na cabeça da pessoa, aquele fogão de gás tinha mais valor do que um terreno. Acho um absurdo. Então esse povo chegou, viu os caiçaras na praia, começaram a conversar com o caiçara que era melhor eles saírem daquele local porque podia ser que a maré subisse, imagina... Há quanto tempo que tá esse povo todo aqui, né? Mas enfim, acho que eles conseguiram de alguma forma convencer as pessoas a saírem da praia e construir mais pra cima. Então já começa aí, quando você tira um povo que acorda e olha pro mar, pra saber se vai colocar uma rede, e bota ele pro morro... Isso aconteceu na costa inteira do litoral norte de São Paulo”.

Andrea de Souza, 45 anos.
Liderança caiçara da Praia Grande do Bonete

A história contada pela Andrea traz, como reflexão, o grau de ameaça do modo de desenvolvimento hegemônico às práticas tradicionais caiçaras, seu modo de vida e sua própria identidade. O assédio do capital sobre os territórios litorâneos, além de descaracterizar as paisagens, pode provocar o que a pesquisadora Priscila Siqueira chamou de “Genocídio dos Caiçaras”.

Claudinha e Andrea

Porém, como povos de resistência, os caiçaras seguem em seus ofícios e, ainda que expulsos aos morros e sertões, revelam a sua cultura em diversas expressões do ser e do fazer.

A Praia Grande do Bonete, ainda que tenha tido a sua faixa de terra mais próxima à praia tomada por casas de veraneio, mantém suas tradicionais e busca retomar atividades que vinham se perdendo.

Com a chegada do Povos e a retomada das atividades do PEA (atual projeto Redes), juntamente com o apoio da Incubadora de Tecnologias Sociais do OTSS, em sua área de atuação da Agroecologia, levou a uma ação da comunidade em sentido de se retomar as áreas de roça, buscando também reativar uma casa de farinha e equipamentos para beneficiamento do fruto da juçara.

OCUPAÇÃO, ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E MOBILIDADE

Uma questão que divide opiniões na comunidade da Praia Grande do Bonete é a regularização fundiária: alguns têm medo de cobrança de IPTU, mesmo sem os serviços públicos necessários. Existe um acordo interno, que é chamado de plano diretor comunitário, que organiza os espaços por núcleos familiares.

Os caminhos da Praia Grande do Bonete levam à Fortaleza, por um lado, e passam pelo Oeste e Peres, por outro. As relações sociais com as comunidades da região levam a mudanças de casas entre uma e outra comunidade, formando um grande território caiçara.

Outro motivo da migração é a falta de escolas, que levam os pais a irem viver em bairros mais próximos aos estudos dos filhos. A população da praia grande do Bonete é de 52 caiçaras, em 34 casas de caiçaras. As demais casas são todas de turistas.

ECONOMIA LOCAL E PRÁTICAS DE SUBSISTÊNCIA

PESCA ARTESANAL

> “Pra ter uma renda aqui, agora, é transporte e jardinagem. Quem trabalha de pedreiro sabe mexer de pedreiro, trabalha de pedreiro. Jardim dos turistas, transporte de turista. Travessia de turista da Lagoinha pra cá, pra Fortaleza, pra onde pedirem pra levar o pessoal tá aí”.

Seu Maneco, pescador artesanal da Praia Grande do Bonete

Segundo relatos, apenas três ou quatro homens seguem na pesca artesanal, como atividade profissional. Os demais trabalham em barcos na travessia de turistas ou como jardineiros nas casas de veraneio. Um desses pescadores é o seu Maneco, que bate um papo com a Andrea sobre as ameaças à pesca artesanal hoje e como era antigamente:

"M: É, eu pesco aqui, eu tenho cerco flutuante, eu pesco com o cerco flutuante. Esse ano nem pescar pesquei, eu dei uma molhada no cerco e tirei, porque tá muito ruim, gasolina no preço que tá, pra você ir e voltar, ir e voltar, três, quatro vezes, está muito fraco de peixe, eu peguei tirei a rede e guardei. E também com o, quer dizer, não quero falar mal, mas também tem que falar né, porque sabe esses barcos que fazem passeio de turista, eles ficam passando assim na rede, em volta da rede, aí espanta. Espantando os peixes, o lugar que eu pesco lá não é tão fundo assim, que é ali na prainha do Cedro. Aí desanimei também.

Um pouco também, o peixe não existe mais igual existia antigamente, não tem mais não. Tem vários tipos de peixe que eu conhecia assim que não tem mais por aqui."

{Que tipo que não tem mais?}

M: "Não existe mais, faz tempo que ninguém vê por aqui. "

{Quais são esses peixes?}

M: "Peixe Galo mesmo, legítimo, de vez em quando vê que o pessoal pega não sei onde aí na Ilhabela, não sei onde foi que pegaram acho que 5 toneladas, dez toneladas dele, desse peixe Galo. Por aqui você não vê mais, por terra. Não tem mais. Tainha mesmo pra nós esse ano aqui umazinha de vez em quando assim, na rede de espera, nem pra cercar não teve cardume. Então não tem mais como viver da pesca, a gente que é artesanal mesmo não consegue viver mais da pesca."

A: "Por que não tem mais peixe Maneco?"

M: "Isso aí eu não posso dizer."

A: "Mas o que você pensa assim, o que você pensa, por que que acabou o peixe? Muita gente?"

M: "Não, antigamente eu acho que tinha mais pescador do que agora."

A: "Mais pescador, por quê?"

M: "Que eu lembro, aqui do lado do Saco da Ribeira, eu acho que Perequê Mirim, da cidade mesmo, daquelas bandas lá tinha vez que essa lagoinha aqui, que é da baia da Lagoinha ali, ficava mais de cem barcos por dia arrastando camarão ali. Muito mais de cem barcos. Ficava o dia todo passando o arrastão do barco, passando o barco pra arrastar camarão ali."

A: "Aí quando arrasta camarão pega tudo."

{Pegava muito mais peixe antigamente do que hoje?}

M: "Pegava. Antigamente pegava uma porção de peixes aqui, principalmente carapau, né, Andréia."

A: "Espada."

M: "Décio que deve lembrar um pouco, carapau, espada, anchova, que nem por aqui não tem mais. Se tiver pra matar alguma é lá pro lado da Ilhabela. Vitória."

ROÇA TRADICIONAL

Assim como a comunidade caiçara da Fortaleza, também a Praia Grande do Bonete recebeu a visita técnica da Incubadora de Tecnologias Sociais do OTSS, para a demarcação de áreas para a reabertura de roças e vem acompanhando, junto à frente de Agroecologia do FCT o processo para a autorização ambiental.

A comunidade, por meio da Associação Catifó, planeja a reconstrução da casa de farinha e a ampliação das atividades de manejo e beneficiamento do fruto da juçara. Abaixo, trecho de entrevista com a jovem caiçara Bianca Jesus da Costa, de 18 anos, que trabalha com a juçara:

"A gente colhe a juçara, (nós precisamos da juçara, né má). Nós vendemos e para nós ter lucros. As pessoas sobem no pé, a gente mesmo lava, a gente mesmo despolpa, a gente mesmo ensaca, tudo do fruto daqui."

{E quem tira a juçara?}

"O Edinho e o Tião."

{E qual é a sua parte na produção?
O que você faz?}

"Eu fico na cozinha, despolpar do cacho, tirar o fruto do cacho e pôr para lavar, depois por ela de lavada, põe na água clorada e põe nas outras coisas."

{O que são as outras coisas? Pode contar como que faz direitinho.}

"Depois de bem lavada a gente põe na despolpadeira, em que bate na despolpadeira que aí sai o caldo, que é o suco e o outro, que é o grosso a gente faz a polpa da juçara. "

{Com a polpa vocês fazem o quê?}

"Põe pra congelar e põe para revender. "

{E vocês vendem pra quem?}

"Para os moradores daqui ou para os turistas."

{Os moradores compram para consumo ou para vender no quiosque?}

"Compram para comer."

{E tem saído bastante?}

"Sim, muito."

Edinho

Abaixo, trecho de papo com o caiçara Edinho (Edson Vando da Silva) sobre o Projeto Juçara:

{Conta um pouquinho Edinho como começou o Projeto Juçara lá no Bonete?}

Começou faz um bocado de tempo, pelo IPEMA, como o Marcelo Bueno, ele tinha esse projeto da juçara, que vieram uns gaúchos que ensinaram a gente a colher as coisas e fomos dando continuidade. Teve uma época que parou também, por falta de gente... não tinha gente para trabalhar, ficou eu sozinho. Agora, depois da pandemia, resolveu voltar. Com uma mais incrementação.

Sabe qual ano que começou com o IPEMA?

Não me lembro cara, faz um tempão.

Agora que retornou, como foi esse retorno, quem que puxou? Como foi isso?

Foi um projeto da Márcia lá que ela começou a pesquisar com as crianças podiam trabalhar e tal. Aí eu falei que tenho os equipamentos que a comunidade tinha ganhado no projeto do IPEMA e que tinha emprestado para outra comunidade. Que a gente podia ir lá e retomar de volta se ela quisesse, se a turma quisesse. Ela falou que sim, fomos lá, buscamos as máquinas e começou. Começou a vender o fruto, vendendo polpa. Agora a gente está nesse negócio para vender a semente para a fundação florestal.

Quantas pessoas participam do projeto?

Acho que quatro pessoas, eu, á Márcia, a Bianca e o Tião, por enquanto, tomara que venha mais gente.

Como é o envolvimento da comunidade?

Está bem baixa. Movimento, assim, da comunidade mesmo, agora tipo os turistas que estão dando mais força. Que compra os produtos, que apoia mais pra gente, os veranistas lá.

Conta como funciona a etapa de produção da polpa? O que tem que fazer?

Primeiro tem que ir no mato e escolher o local, ver se a palmeira não está doente. essas coisas todas. Aí depois vai pra colher. Aí a gente tira um tanto e deixa um tanto para a natureza, para os passarinhos. Os primeiros cachos que vai madurando, começa em janeiro, fevereiro, uma coisa assim... Depois vai pra cozinha, que é lavar os frutos, esquentar uma água que é na temperatura que não mata a semente, que é para soltar o fruto. Depois que é despolpar. Aí despolpa, depois coloca, mede ne a quantidade que vai por litro. Emabla e começa a fazer a contabilidade, colocar no frezeer e tal, ver pra onde vai.

Quem faz cada etapa? quem é que sobe para tirar a juçara, quem trabalha na cozinha?

Olha o certo era ter duas equipes, uma só para o mato e outra só para dentro da cozinha. Tipo o homem vai e trabalha no mato a mulher em casa, mas aí como é pouca pessoa a gente tem que meter a cara em tudo, desde o mato até planilha, coisa que nem sei estou aprendendo agora. Como vender, o que precisa para ganhar mercado, essas coisas assim.

Você acha que essa é uma atividade familiar? Seria legal se as famílias se envolvessem?

Seria. E é uma atividade familiar, quem tem além da produção de polpa essas coisas, tem como você também produzir, a gente produzir as mudas. Plantar, repor a produção dessa palmeira, ela está em extinção. Tem como fazer também entrando para abater a palmeira. Que hoje em dia não pode abater a palmeira e essa palmeira para a comunidade caiçara ela representa muito. Ela tem vários nomes: ripeira, taipa, têm muitos nomes. Casa de taipa é casa de palmeira. E a ripeira, o que é a ripeira, a ripeira porque antigamente os caras lascava tudo assim e fazia ripa para poder colocar em cima da casa. e para abater uma palmeira dessa precisa ser de cinquenta anos ou mais. Tem que ser tipo assim, as palmeiras que eu plantei lógico que vai ficar pros netos, pros bisnetos.

TURISMO, ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E DESCARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

Apesar de ser uma comunidade não acessível por carro, a Praia Grande do Bonete sofre com a especulação imobiliária motivada pelo turismo, que descaracteriza o seu território e impõe novas dinâmicas sociais. Abaixo, um trecho de uma conversa entre a Andrea e a dona Inô, ambas caiçaras do Bonete, e a pesquisadora comunitária Luisa, caiçara do Prumirim:

Andrea: "Sua família tinha terreno na praia, Ino?"

Inô: "Tinha. Sabe onde é a casa do Hans? A vovó tinha um pedaço de terreno ali."

Andrea: "Ela que vendeu pro Hans?"

I: "Grilaram, pegaram o terreno dela."

A: "Quem era, Ino?"

"Eram dois. Já morreram já. No caso, eram daqui mesmo. Depois, não sei como foi que chegou no Hans."

{: E a quanto que as pessoas vendiam?}

"A preço de banana."

{E o que a senhora pensa disso tudo? Vendo como ficou o Bonete. Como era e como é hoje?}

I: "Nossa, se eu tivesse um terreno na praia como minha avó tinha, agora, fazer uma pousada, daquela bem bonita, receber os turistas [risos], a gente fica pensando nisso, né? Tem um resto ali que não pode mais desmatar... (...)"

{Como é a relação com essas pessoas que vêm de fora?}

"Tem algumas que é boazinha, tem algumas que [risos]... "

ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS E GERAÇÃO DE RENDA

Muitos moradores da Praia Grande do Bonete trabalham nas casas de veranistas, realizando serviços de faxina, jardinagem e na recepção de turistas que alugam essas casas em feriados e na temporada de verão. Há alguns quiosques, bares e restaurantes. A pesca local fornece sua produção para a própria comunidade, em seus comércios, e para a venda aos turistas.

A comunidade não tem uma escola ativa e a prefeitura alega que a falta de crianças é o motivo para a não retomada das aulas na escolinha local. Alguns descendentes do Bonete passam os dias da semana nos bairros mais centrais de Ubatuba, pois trabalham ou no serviço público municipal ou em empresas voltadas ao turismo. Este é o caso da professora e liderança caiçara local, Cláudia, que leciona na Escola Agostinho Alves Silva, na Lagoinha.

Como dito, o prédio da antiga escola é usado pela equipe da ESF, em atendimento às famílias dos comunitários. Não existe rede de esgoto, com as casas sendo equipadas com fossas sépticas. O sistema de água foi implantado e é gerido pela associação Catifó. Não há coleta regular de resíduos sólidos, sendo os moradores obrigados a levar o lixo até a praia da Lagoinha, para a coleta pelos caminhões do serviço público.

Além disso, a comunidade reivindica, junto à prefeitura de Ubatuba, a cessão do prédio para uso como Centro Comunitário. A partir da cessão, os comunitários projetam uma reforma e readequação do prédio.

PRÁTICAS E CUIDADOS DE SAÚDE

PLANTA MEDICINAL:	SERVE PARA
Melissa	Calmante
Boldo	Estômago, Enjoo e Ressaca
Losminha	Chá para cólica, dor de estomago (não tem mais)
Erva Cidrão	Calmante
Canema ou Santa Maria	Vermífugo
Caninha do Brejo	Rins
Quebra Pedra	Sistema urinário

FESTAS E CELEBRAÇÕES

Abaixo, conversa com o seu Marcos Antônio Francisco dos Santos, sobre o que se bebia nas festas:

{O que é a consertada?}

Consertada é um melado de açúcar com pinga, cravo e canela, erva doce, minha esposa ainda faz. A minha esposa não é daqui, é do Ceará, ela aprendeu com a minha mãe e hoje em dia ela faz. E ela vende muito pros trilheiros, pros guias.

{Quem mais que faz consertada aqui além dela?}

Aqui, que eu saiba, você faz, tio?

{Eu não... O Alison faz.}

O Alison, sobrinho dele faz. O Toninho fazia mas faleceu. Que eu lembro, só isso.

{E por que chama consertada?}

Olha, essa bebida, se não conserta, desconserta [risos] Porque a bichinha é boa. Você toma um copo, quer beber logo o garrafão [risos]

{Qual outra bebida que tem aqui?}

Aqui é só consertada mesmo em festa.

{Falaram outra aí de antigamente...}

Ah, essa é o roxinho. É pinga com café. Esse aqui acordava meu pai quatro horas da manhã pra tomar pinga com café, que é o roxo.

{Eu tomava pra cólica, minha avó me dava pra cólica.}

As festas tradicionais da comunidade são famosas em toda a região e vêm de longa data. O tablado, no miolo da vila caiçara, é palco de animadas noite de fandango, com seus instrumentos tradicionais e suas danças típicas. Há relatos de que o baile mais antigo de todo o sul de Ubatuba tenha nascido na Praia Grande do Bonete.

> **“Minha mãe fala que numa festa aqui do Bonete que durava todos esses dias, porque toda casa tinha assoalho, então vinha gente da Fortaleza, da Prainha, da Tabatinga, da Caçandoca, então tinha 400, 500 pessoas numa festa, era muita gente, hoje nem tem, mas numa festa, ela falou que se fosse fazer só pro Bonete, só o povo local, lotava a festa. Aí tinha a consertada...”**
>
> Andrea de Souza. 45 anos

A comunidade realiza, em janeiro, a Festa de São Sebastião e, em julho, a Festa de Sant'Ana. Os dois festejos recebem as comunidades vizinhas, em celebrações religiosas e pagãs, com baile, consertadas e a comida da gastronomia caiçara.

ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

A associação de moradores é chamada de Catifó e o motivo é explicado abaixo. Ela está ativa e acompanha atividades da Incubadora de Tecnologias Sociais e mobilizações do FCT, em ação de agroecologia, para a reabertura de suas roças tradicionais.

> “Catifó era um bambú, cheio de óleo, colocava um pano e acendia, pra matar parati, tainha... É verdade! Eles faziam uma tocha. Chamava de catifó, pegava, o peixe vinha e pá. Com a faquinha e pegava o peixe. À noite, pra pescar à noite. Foi por isso que foi feito o nome da associação.”

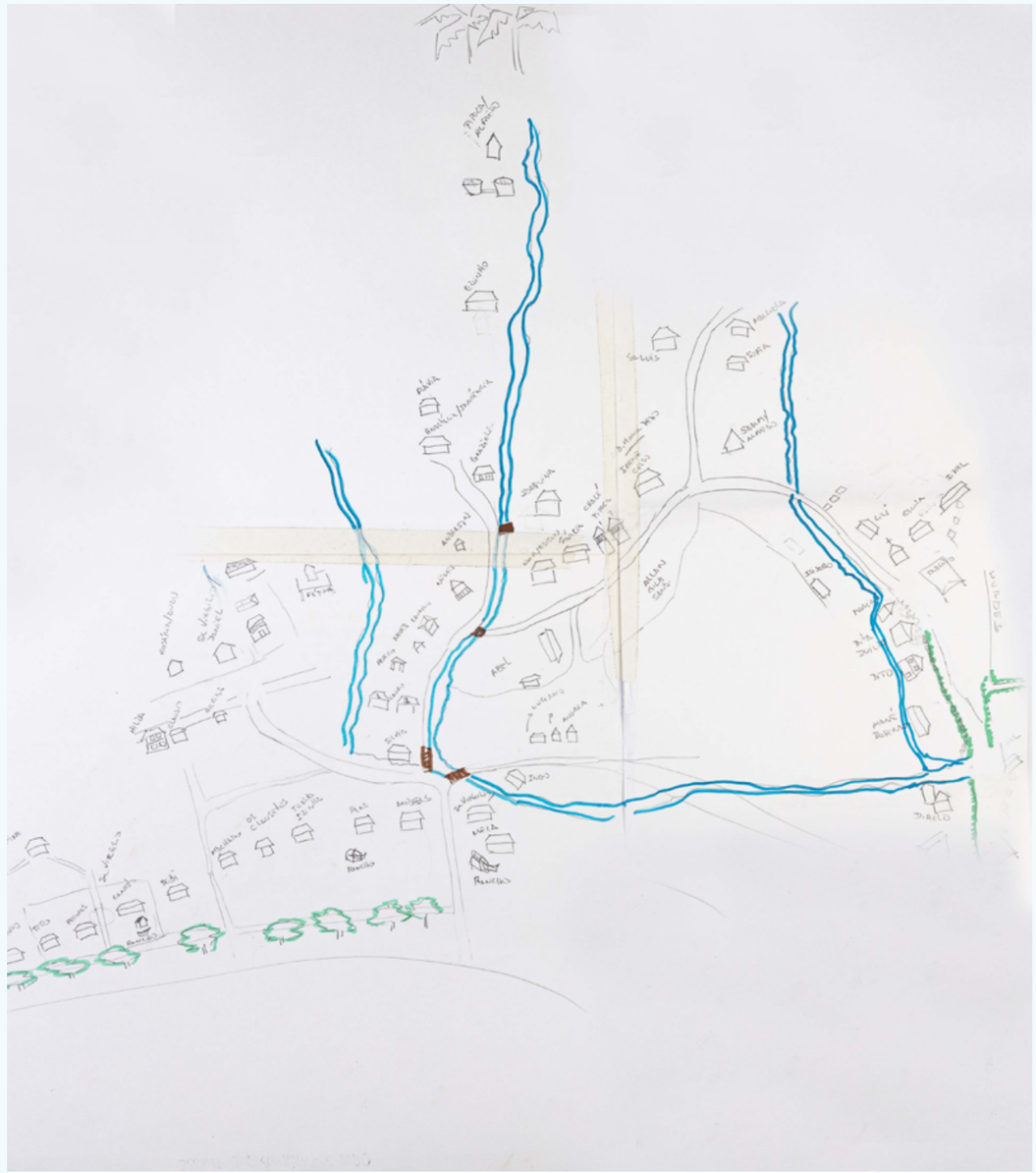
trecho coletado de conversa informal, em grupo. Buscar o interlocutor na validação

O QUE FOI MAPEADO (DESCRITIVO DA CARTOGRAFIA SOCIAL)

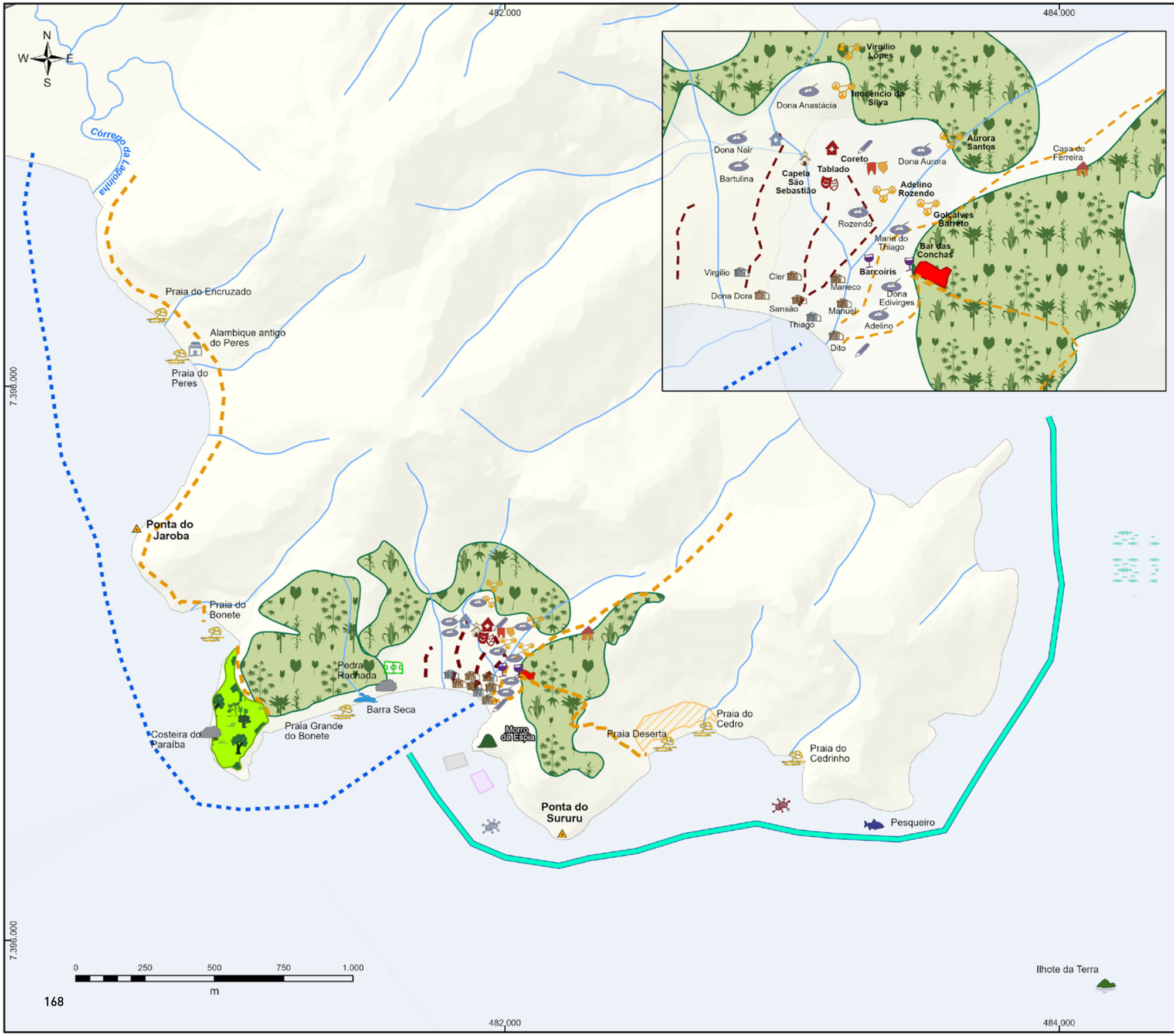
A comunidade caiçara da Praia Grande do Bonete, ao longo do processo de caracterização, destacou os lugares emblemáticos da comunidade, como a capela, a escola, o tablado, os ranchos, todos nomeados já na atividade de desenho dos mapas falados, ou mapas afetivos.

Antigas áreas de roça e locais para abertura de novas roças; pesqueiros ainda em uso e áreas do território marinho reivindicadas para serem reocupadas pela pesca artesanal; os muitos usos da mata e os caminhos que levam a outras comunidades. Casas e núcleos familiares caiçaras e casas dos turistas. Tudo isso foi sendo indicado pelos comunitários participantes em oficinas da cartografia social da Praia Grande do Bonete, como aponta o mapa final por eles produzido.

MAPAS FALADOS



COMUNIDADE CAIÇARA DA PRAIA GRANDE DO BONETE



Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica

- Área de preservação
- Alambique antigo
- Bar
- Barra
- Campo de futebol antigo
- Capela
- Casa
- Casa de farinha antiga
- Cerco
- Cerco antigo
- Escola antiga
- Expressões culturais
- Festas tradicionais
- Ilhote
- Morro
- Núcleo familiar caiçara
- Pedra
- Pesca artesanal
- Ponta
- Posto de saúde fechado
- Praia
- Rancho
- Rancho antigo
- Caminho
- Pesca artesanal
- Área de pesca
- Área de preservação
- Marisqueira
- Marisqueira antiga
- Núcleo familiar caiçara antigo
- Área reivindicada para roça
- Roça antiga

Infraestrutura e serviços públicos

- Posto de saúde

Outros elementos

- Rio
- Rodovia BR - 101
- Rotas marítimas
- Rua
- Trilha

YWYTY GUAÇU - RENÁSCER

“A retomada do território é quando se tem uma ligação entre o indígena e o espaço, não é uma coisa que a gente fala: ah, vamos entrar lá. É uma coisa que a gente acredita, espiritual mesmo, é difícil explicar, mas nos trouxe até esse local, coisa de Nhanderu mesmo que trilhou o caminho pra gente vir até aqui. E a gente sabe que aqui foi uma passagem, é um território indígena que é dos nossos antepassados Tupinambá, Tupi-Guarani, é a mesma ligação, corre o mesmo sangue, então isso é uma retomada dos nossos antepassados. É uma luta que tem que ser reconhecida pelo poder público, pra questão da demarcação, porque a gente vive no espaço tradicional, onde a gente desenvolve as atividades tradicionais, onde a gente se preocupa com a preservação, então somos uma organização indígena, onde somos indígenas, e é o nosso território”.

Cristiano Awá

TEMPOS E ESPAÇOS

Tupi-Guarani e Guarani M'Bya estão unidos na luta pela retomada de território indígena tradicional no sul de Ubatuba, formando a aldeia Renascer e reivindicando a demarcação da Terra Indígena Ywyty-Guaçu, aos pés do Pico do Corcovado e às margens do rio Escuro. A história da retomada é contada pelos irmãos tupi-guarani, da família Lima e Silva.

"A retomada da aldeia Renascer, me lembro muito bem, foi devido ao trabalho do meu pai, é fundador também da aldeia Itaoca, Mongaguá, ele fundou a aldeia lá pra desenvolver o trabalho de preservação e fortalecimento da cultura, nesse primeiro momento. Todo trabalho desenvolvido foi em fortalecimento e preservação da cultura indígena. Nós somos em sete irmãos, ele fundou essa aldeia Itaoca, ficamos lá por uns três anos, e devido à nossa cultura mesmo, de ser um povo que migra bastante, procurando o melhor território, busca o melhor espaço pra desenvolver as atividades culturais. Então não tem território, essa política de território demarcado é do homem branco. Nossa família passou por várias cidades do estado de São Paulo, até do Rio, moramos também em Paraty, depois conhecemos Ubatuba, onde eu trabalhei num filme, Hans Staden, que foi gravado aqui nesse território, meu pai também. Eu era bem novo, tinha uns treze anos, por aí. Meu pai já tinha dito que a própria mãe dele, que é minha avó, que ela tinha o sonho de vir pro litoral norte, e meu pai se encantou com o território, com o local, parecia que era uma ancestralidade que tava chamando ele pra fazer a retomada aqui nesse local. Depois que acabou o filme, abandonaram tudo, as ocas, ficou uma área abandonada, e a gente sabe que é uma área que era dos nossos antepassados, nossos indígenas que foram expulsos desse território, principalmente os Tupinambá, que foram expulsos daqui. Aí ele conheceu outras famílias que fizeram o filme também aqui, que eram nossos irmãos Guarani Mbya, que eram da família da Auri, do Daniel, Lucas, Ary... Aí essas famílias se uniram com a nossa família pra fazer a retomada da aldeia Renascer, já vieram com o nome, pro território nascer de novo. Aí chegamos aqui, tinha as ocas, umas ocas que não eram da nossa etnia, eram baseadas nas ocas dos indígenas do Amazonas, que são aquelas ocas enormes. Essas cinco famílias entraram na retomada desse espaço que é uma área de preservação, uma área que era usada antigamente como minério de areia, então essa área toda era tudo mineração de areia, terra preta, madeira... Uma área que era explorada e parece que foi Nhanderu mesmo que falou: vão pra lá que vocês têm que preservar aquele espaço, que é um espaço sagrado. Foi aumentando e hoje quem chegou aqui já tem netos. A gente conseguiu fazer um trabalho de preservação da cultura, eu mesmo aprendi muita coisa, idioma, casa de reza, muita coisa cultural a partir desse momento da retomada. Que eu sempre fui criado fora de aldeia. Tinha muito contato com as aldeias, só que eu não tinha uma frequência. (...) Sou tupi-guarani mas tenho muito respeito pelo Guarani, porque aprendi muito com os Guarani, questão da língua, dos costumes, da tradição. Porque eles que são mais fortalecidos culturalmente, nossos parentes tupi-guarani já ficam pro litoral sul. E o contato maior aqui com a gente é com os Guarani Mbya.".

(...)

"Aqui era um território que parecia um campo aberto, cheio de buracos, cheio de ferragem de draga, hoje é uma das aldeias com maior agrofloresta do estado de São Paulo, com maior plantio, com maior área de restauração. Isso foi um trabalho que se iniciou no começo e hoje a comunidade colhe esses frutos. O filme foi em 1998. A retomada foi em 1999. Ontem completou 23 anos. Dia 22 de setembro de 1999 foi quando adentramos o território, dia do meu aniversário. E desde o início foi se construindo um trabalho de recuperação. Não só na questão do plantio, mas na questão da recuperação cultural pra nós que não tínhamos esse conhecimento. Das nossas raízes. Hoje tô com 38 anos e graças a essa retomada eu falo Guarani Mbyá, sei tudo sobre a nossa cultura. Foi graças a essa retomada. Foi uma coisa que deu certo".

Cristiano Awá,
liderança tupi-guarani da aldeia Renascer, 38 anos.

Xondaro (guerreiro) da aldeia Renascer

TERRA SEM MALES DOS GUARANI M'BYÁ

“A questão da busca da terra sem males é uma passagem dos Guarani Mbya, é uma terra onde eles fossem viver bem, uma terra onde não ia ter guerra, conflitos, uma terra que fosse de fartura pra comunidade Guarani Mbya. Então eles saíram em busca dessa terra, aí se deu a questão da migração, eles foram migrando, buscando essa terra. Antigamente, o conflito não era só entre o indígena e o branco. Tinha entre o indígena e outras etnias também. Então a gente conhece muitas histórias, eles guerreavam também bastante. Então o Guarani por ser um povo muito pacífico, um povo que escuta mais do que fala, eles sempre buscavam essa terra onde eles iam se livrar de todo esse conflito, todo esse mal. Aí eles foram migrando buscando esse espaço. E contam que quando eles chegaram e viram o mar, eles disseram: é aqui. Porque eles não tinham conhecimento do mar ainda. Foi quando eles conheceram Paraguassú e encontraram essa terra sem males”.

Cristiano Awá,
liderança tupi-guarani da aldeia Renascer, 38 anos.

OCUPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

A aldeia Renascer, localizada no território indígena reivindicado Ywyty Guaçu, aos pés do pico do Corcovado, é organizada por núcleos familiares, com as casas, em alvenaria convencional, relativamente próximas. No centro da aldeia, encontram-se a Casa de Reza, o posto de saúde, a escola e um campo de futebol: equipamentos que marcam a vida social dos indígenas.

O território reivindicado, com 2.500 hectares[1] , possui áreas para plantios diversos, áreas de recuperação ambiental promovida pela própria comunidade e reconhecida pela Fundação Florestal de São Paulo (FFSP) e áreas de usos da floresta onde são desenvolvidas atividades extrativistas voltadas ao artesanato, à construção e à confecção de artefatos de usos cotidianos.

A comunidade indígena vem enfrentando, desde a retomada do território, inúmeras ameaças, como o garimpo ilegal e o avanço de moradias de não-indígenas sobre as áreas reivindicadas.

1 Fórum dos Saberes Artesanais 2022

“A gente faz um trabalho muito forte aqui de monitoramento e fiscalização, a gente vem sofrendo invasões, depredações, não só à comunidade mas à natureza também, a gente tem uma grande biodiversidade na nossa mata atlântica, mas a gente vê a divulgação, parece que só existe mata na região do Amazonas, mas na verdade a biodiversidade que tem na Mata Atlântica acho que é até maior. E a gente não vê essa proteção, essa divulgação aqui da mata que nós temos. Então, a gente é obrigado a partir pro conflito mesmo. Esses dias nos deparamos com caminhoneiros, tirando barro, terra, dentro do nosso território, que não é homologado ainda, por isso que a gente tem essa dificuldade, mas os conflitos existem, tem muitos caçadores dentro do território, e a gente tenta fazer o máximo possível pra combater isso. Mas aí é uma coisa também que não é só de responsabilidade dos indígenas, a gente tem o poder público pra tomar providências. E a gente tá buscando isso, a gente tá buscando a demarcação, o direito que tá garantido, o direito à terra. Como aqui é uma comunidade tradicional, a gente tem o direito à terra. Um espaço de retomada, não de invasão”.

Cristiano Awá,
liderança tupi-guarani da aldeia Renascer, 38 anos.

Os estudos para a demarcação da Terra Indígena Ywyty Guaçu encontram-se parados, desde 2011, na FUNAI[2] . Porém, tanto a FFSP, quanto o Ministério Público Federal em Caraguatatuba reconhecem a presença indígena na região e a legitimidade Associação Indígena Mba'eapó Ywyty Guaçu (AIMTG). A FFSP mantém acordos de cooperação com a AIMTG em seu intento de preservar zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) próxima ao Corcovado. E o MPF vem realizando ações de vistoria, com a presença de agentes da Polícia Federal, para coibir invasões no território reivindicado.

[2] Em processo de Identificação através da Portaria 1.438, de 06 de outubro de 2010, na qual foi nomeado um Grupo de Trabalho (GT) para realização dos estudos de natureza etno-histórica, antropológica e ambiental necessários à Fundamentação Antropológica da ocupação indígena na Aldeia Renascer.

Fabiano Lima e Silva

A tabela abaixo traz os dados coletados sobre a ocupação Tupi-Guarani e Guaran-M'byá no território por eles reivindicado.

Tabela 1: dados gerais da TI Ywyty Guaçu

DADOS SECUNDÁRIOS
51 pessoas residentes (Danaga, 2012)
80 pessoas residentes (Sesai, 2020)
90 pessoas em 15 famílias (Fórum dos Saberes Artesanais, 2022)
14 Residências
1 Casa de Reza
1 Escola Indígena - Escola Estadual Indígena, a E.E.I Penha Mitãngwe Nimboea, construída em 2003 pela FUNAI; 19 alunos; educação infantil pela manhã, ensino fundamental no período da tarde e o curso do EJA no período noturno.
1 Posto de Saúde Indígena
Energia Elétrica (Plano de Bacias CBH-LN, 2016)
Água encanada (Plano de Bacias CBH-LN, 2016)
Sistema de saneamento do tipo fossa séptica na maioria das unidades. (Plano de Bacias CBH-LN, 2016)
Associação Indígena Mbaiapo Ywyty Guaçu

ECONOMIA LOCAL E PRÁTICAS DE SUBSISTÊNCIA

ROÇA TRADICIONAL

{E de comida o que vocês produzem?}

"Tem palmito de pupunha, palmito de juçara, banana, laranja, cacau, mexerica, mandioca, milho, abacaxi... e criação, também, de galinha."

{Vocês têm semente própria daqui, criola?}

“Temos, semente guarani... Quem veio buscar aqui as ervas semana passada foi a aldeia Jaraguá, pra fazer a cerimônia. Frutíferas tem bastante, da região, que foram replantadas...” "

{Qual é a relação da cultura com a natureza, nesse espaço aqui?}

"A natureza é o bem maior da comunidade, não só pro bem estar da comunidade mas também por ter os recursos que a comunidade necessita, questão de ervas medicinais, alimentação... A natureza faz parte de tudo na rotina do indígena."

{A rabeca que vocês fazem, a madeira é tirada daqui?}

"Tem muitos que fazem com caixeta, o artesanato é tudo tirado daqui, da natureza, praticamente tudo, a nossa água que a gente bebe, tudo. Então tem uma ligação de vida mesmo.”

Cristiano Awá,
liderança tupi-guarani da aldeia Renascer, 38 anos.

USOS DA MATA

A recuperação de áreas degradadas, ao longo dos mais de 20 anos da ocupação indígena, revela o caráter de indissociabilidade entre cultura e natureza quando se olha para os modos de vida, de ser e fazer das populações tradicionais. As áreas recuperadas oferecem não só alimentos e insumos ao artesanato e à confecção de artefatos, como, também, apontam para a reprodução do saber e do patrimônio imaterial tupi-guarani e guarani m’byá.

PLANTAS	ANIMAIS
Imbira	Kai
Timbopeva	Arapaxai
Cipó Imbé	Kuré
Pindó	Guaxi
Palmito	Ihambu
Bambu	Urukagui
Guaracata	Guyrai
Brejaúva	Teju
Jekitibá	Mbore
Yaxoii	Aguarai
Imbirugo	Karaja
Wãnpi	Urukurega
Vêmbepi	Guaçu
Ypé	Tatu
Bicuíba	Koti
Bacuparii	Tuguaipei
Jatobá	Akuti
Guacá	Jui
Sapucaia	Guati Tiy
Guaricanga	Mboi
Arikurana	Tivi
Pitanga	Jaixa
Guapuruvu	Surukuia
Nhandyta	Tuk'a
Imbaúva	
Ingá	
Vacapi	
Canela	
Cambuira	
Kambuka	
Kaité	
Yaxó	

TURISMO

A Terra Indígena Reivindicada Ywyty Guaçu está aos pés do Pico do Corcovado, importante lugar de visitação turística de Ubatuba. Os indígenas têm uma parceria com a Fundação Florestal de São Paulo para atuarem como monitores nas trilhas que levam ao pico, exercendo o Turismo de Base Comunitária (TBC). Ao longo de 3 meses (maio a julho de 2022) foi realizado o curso de formação de monitores ambientais credenciados no PESM – Núcleo Picinguaba com a comunidade indígena da Aldeia Renascer.

O Pico do Corcovado está localizado em área do PESM e a trilha, dentro da classificação técnica, é considerada de nível severo, com alto grau de dificuldade e inclinação. A distância percorrida é de aproximadamente 16Km (ida e volta). E o pico possui altitude aproximada de 1.168m.

ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS E GERAÇÃO DE RENDA

A aldeia Renascer conta com a escola estadual indígena Penha Mitangwe Nimboea, fundada em 2004. A escola conta com sete professores indígenas e seis professores não-indígenas (Juruás). Aproximadamente 60 crianças estudam na escola.

O posto de saúde conta com a presença de equipe de profissionais da Secretaria Especial de Saúde Indígena, com visita de médico pediatra duas vezes por semana, e de dentista, também duas vezes por semana, de outros profissionais da área, inclusive profissionais indígenas, uma enfermeira e um técnico de enfermagem. São três agentes comunitários de saúde. A aldeia conta, ainda, com um agente comunitário de saneamento básico.

O acesso até a entrada do território indígena Ywyty Guaçu, a partir da BR 101, é asfaltado e conta com serviço de ônibus urbano. A partir da entrada do território, o caminho passa a ser de terra. Para chegar ao centro da aldeia, passa-se por uma ponte que, quando há chuva intensa, o rio pode passar por cima da ponte.

Os artesãos da aldeia mantêm uma barraca de artesanato na beira da rodovia Rio-Santos, próximo à rua de acesso ao Corcovado.

PRÁTICAS E CUIDADOS DE SAÚDE

“Nosso pajé, que nós temos, o primeiro e último, que foi o Seu Candido Ramires, que foi um dos pajés mais respeitados da nossa região, infelizmente faleceu já há um bom tempo, faleceu acho que com 105 anos. E depois disso a gente não teve mais pajé. A gente tem o professor de canto, a gente tem o cantador do M’borai Eté, mas não é um pajé. Tem os conhecimentos da cultura, das crenças, mas não é um pajé, quem sabe futuramente possa se tornar”.

Cristiano Lima e Silva,
liderança tupi-guarani da aldeia Renascer, 38 anos.

Os interlocutores na aldeia relataram que estão desenvolvendo um projeto interno para a recuperação do saber tradicional sobre ervas e plantas medicinais. Abaixo uma lista de plantas usadas nos cuidados com a saúde do corpo e do espírito:

YVARÓ – ARAXURETIM'A
Raparai
Jeduitiba
Ipê
Cardueto
Nhandyta
Jambaí
Andairã
Pipi – Kapiró – Vervena
Peguao – Yva’ai
Guaika – Pynorã
Aroeira – Guauva
Ambay – Bacupary

FESTAS E CELEBRAÇÕES

“A gente tem dois tipos de situações. A gente tem o mboraí, de músicas que louvam, cantos festivos, uma mistura da cultura não indígena com indígena, violão, rabequinha, da época das missões. Mas o nosso canto sagrado mesmo, que é do indígena mesmo, é M’boraí Eté, que dificilmente você em exposição, de gravação. (...) O indígena pegou aquele instrumento e adaptou pra complementar o canto indígena, então rabequinha são cordas de nylon, três cordinhas, o violão também a afinação é totalmente diferente, é do nosso jeito. Meu pai conta que antigamente não tinha essas coisas. Era só o Mbaraká mirim e o canto, mboraí eté. Isso da etnia tupi guarani, não sei o Guarani Mbya de antigamente mesmo”.

Cristiano Awá,
liderança tupi-guarani da aldeia Renascer, 38 anos.

CELEBRAÇÕES	FORMAS DE EXPRESSÃO	MODOS DE FAZER
Tradição espiritual (ritos - rituais - sabedorias - conselhos - batismo)	Idiomas: tupi-guarani e guarani m’byá	Artesanato indígena (cestarias, artesanato com elementos da mata)
Nhemongaray (batismo)	Cachimbo (Petyngwa)	Roças e agricultura indígena
Trabalho coletivo	Tacuapu (instrumentos sagrados)	Saberes ancestrais
Frequentar a Casa de Reza	Artesanato	Pintura corporal
Intercâmbios culturais	Xondoro e Xondaria (dança)	Mondeo (armadilhas indígenas)
Jogos indígenas (apresentação de cantos, futebol, arco e flecha, dança dos xondaros)	M’borai Eté (música sagrada do pajé)	Petyngwa (cachimbo)
Encontro de jovens, de mulheres, educacionais	M’borai (coral)	Culinária
Medicina indígena (Kunha Karai)		Bebida indígenas (fermentado de milho mastigado por índias moças)
Plantio e Colheita		

Tiago Lima e Silva

Mulheres da aldeia reunidas na Casa de Reza

ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

A Associação Indígena Mbaiapo Ywyty Guaçu foi fundada em 2002, desde então ativa e atuante.

“Toda comunidade indígena tem que ter sua organização, as hierarquias, da liderança. Tem que ter pra ter esse controle. Não é uma coisa que a comunidade constrói, isso já é uma coisa que já vem construída há muito tempo.

Os Xeramõi são as pessoas mais velhas, as pessoas mais respeitadas da comunidade são os Xeramõi, os anciões, eles que são as pessoas que têm o grande conhecimento pra passar pros mais jovens. Os Xondaro são os guerreiros, que desenvolvem trabalho de proteção, organização, dança, fortalecimento da cultura, não só os Xondaros como as Xondarias também. Temos as nossas Kunhá, as mulheres são muito importantes dentro da comunidade, na questão da organização, do trabalho no artesanato. Cada um tem sua função”.

Cristiano Lima e Silva,
liderança tupi-guarani da aldeia Renascer, 38 anos.

CONFLITOS E AMEAÇAS AO MODO DE VIDA

- Invasões por ocupação irregular de moradias por não indígenas, com loteamento irregular recentemente embargado
- Invasões para garimpo/extração de saibro e areia
- Demora no processo de reconhecimento e demarcação da terra indígena
- Assoreamento dos rios e outros cursos d’água e ameaça permanente ao mangue do Rio Escuro, às margens da BR 101.

O QUE FOI MAPEADO
(DESCRITIVO DA CARTOGRAFIA SOCIAL)

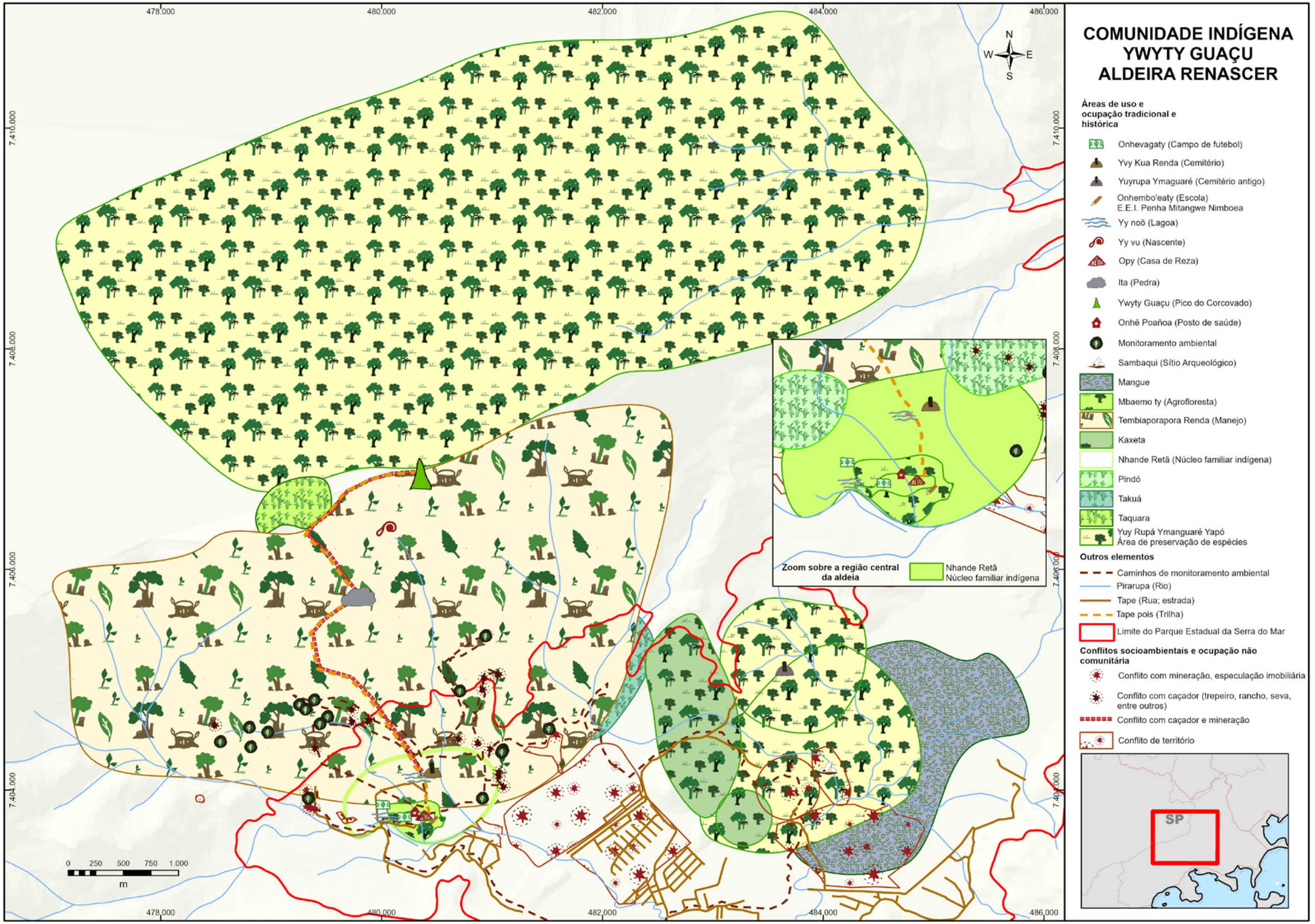
A comunidade indígena mapeou aproximadamente 60 itens, entre áreas de preservação e recuperação ambiental, áreas de conflito por invasões (garimpo e moradia não indígena), construções simbólicas e de importância comunitária e outros. A tabela de dados abaixo apresenta o conjunto total de elementos compilados pela cartografia social na aldeia Renascer.

Já na primeira atividade em oficina de caracterização, os indígenas ressaltaram, em seus mapas falados, a história de retomada do território e de transformação da paisagem, ao longo do tempo, pela ação comunitária de defesa e recuperação de áreas degradadas. Houve, ainda, desenhos de jovens e crianças, que trouxeram seus olhares e sentimentos sobre a aldeia. Destaque para a riqueza natural do território, suas águas e seus possíveis usos.

Em outro momento de oficina da cartografia social na aldeia Renascer, foram listados dezenas de elementos da natureza, entre bichos, plantas, rios, cachoeiras etc, com seus nomes originais em guarani. A lista demonstra a sociobiodiversidade do território Wyty Guaçu, cuidado pelos indígenas da Renascer.

MAPAS FALADOS

COMUNIDADE INDÍGENA YWYTY GUAÇU ALDEIRA RENASCER



Quilombolas da Caçandoca e equipe Povos

TERRITÓRIO QUILOMBOLA

QUILOMBO DA CAÇANDOCA

TEMPOS E ESPAÇOS

O Território Quilombola da Caçandoca é um espaço de resistência e luta. Descendentes de escravizados de três fazendas da região, os quilombolas viveram plantando, pescando e criando galinhas e porcos por décadas após o fim da escravidão. Porém, com a chegada da rodovia, chegou também a especulação imobiliária, com suas práticas de grilagem, assédio e ameaças. A história é melhor contada na voz dos próprios resistentes e lutadores quilombolas, como nos dois trechos abaixo:

“A história da Caçandoca foi assim: a gente nunca saiu daqui, nunca morou em outros lugares a não ser aqui. É esse rumo Caçandoca-Raposa, Caçandoca-Saco da Banana. Então era um grupo e a Praia do Pulso. Quem disse que ali é um condomínio? Ali é um quilombo, tem muita casa de rico, mas antigamente era um quilombo. Então a gente está cercado, a gente está no meio aqui. E como do lado de fora, os outros moram no que é da gente. Então a gente ficou aqui nesse buraquinho, enquanto o de fora está tudo bom e bonito, tudo enfeitado. Se você quiser entrar fora de hora não consegue passar, porque tem gente vigiando. Você vai para o outro lugar que tem casa veraneio, você não consegue a não ser se você se identificar ou conhecer a gente. Então o lugar mais frequentado é esse meio aqui... Esse miolinho aqui. Agora vai nós passar para o Pulso? Não consegue. E lá antigamente era quilombo. E nós estamos nesse miolo aqui, vai e volta, trabalha e faz a obrigação aqui."

Dona Ana João, Quilombo da Caçandoca, 57 anos

A fala abaixo é do senhor Antônio dos Santos, de 76 anos. Ele conta a história do Quilombo da Caçandoca desde os primórdios, passando pela luta de libertação dos escravizados, o assédio do capital, já na década de 1970, até os dias de hoje.

“O meu bisavô, da parte do meu pai, chegou aqui com os padres jesuítas. Já o meu avô nasceu aqui da parte do meu pai. E da minha mãe, meu tataravô, bisavô e avô, também já nasceram aqui e nós. Então a gente tem assim, pleno conhecimento do território, de todos os povos que nasceram aqui, outros que já vieram para aqui e passaram por aqui e não são quilombolas. E os que estão chegando agora. A gente tem pleno conhecimento de todas as pessoas. Tem pessoas que falam que são quilombolas, mas só pessoas que passaram por aqui, mas não são originais. Mas nós conhecemos os originais. Então, o quilombo aqui as pessoas dizem que foram os grileiros, os mercadores de escravos, mas não... Os padres quando chegaram aqui, os bandeirantes diziam que entravam pelos sertões, mas quem carregava as bagagens eram os negros, quem sofria eram os negros. Eles só sabiam matar os índios e essas coisas todas. Então meu bisavô passou por isso, uma pessoa que desbravou aqui a terra. O fundamento do quilombo aqui começou com Sabino e Maria, um casal de irmãos que eram um casal mocambos da tia-avó da minha mãe. Eles começaram revoltados com os fazendeiros, eles tinham acesso a todas as coisas nas casas, tinham as criações e eles matavam os porcos a noite e levavam para os negros. Então a primeira luta dos escravos para a libertação aqui na Caçandoca começou com Sabino e Maria. Eles eram um casal de mocambos da filha do Marcolino Antunes. Infelizmente o Marcolino é o meu bisavô, mas ele era também um fazendeiro. E eles pagaram caro com isso, porque eles foram vendidos quando o Marcolino descobriu... Eles pagaram caro e venderam o casal... E daí veio depois a própria Rita, que é a tia-avó da minha mãe, com essa luta contra o fazendeiro, contra o Marcolino e contra o Antunes e contra o Sinfrônio, da Fazenda do Morcego, que fica lá no Saco da Banana. Egídio era da Fazenda da Raposa e o Marcolino, que era meu bisavô, era daqui da Caçandoca. E ela foi lutando também contra os pais e essas coisas todas. Até na vinda da Tomásia, tudo diz que ela era uma princesa porque para o fazendeiro comprar ela na África e chegar aqui e deixar ela na casa grande como parteira e pedir ela em casamento, dizem que ela era uma negra muito bonita. Ela deu o preço dela, ela casaria com ele se ele alforriasse os outros escravos. Ela veio como escrava. E o Antunes aceitou, então ele alforriou os escravos daqui dessa fazenda. Isso de fato aconteceu em 1881 e a lei Áurea foi em 1888. Em 1881 os nossos escravos aqui já tinham sido alforriados através da Tomásia. Ela cobrou o preço dela. E na morte do marido dela, que era o Egídio Antunes, ela se casou com o amor dela, que era o Napoleão, escravo Napoleão, que é o meu avô”.

Como o seu Antônio narra, a história da Caçandoca começa com a revolta dos escravizados e a coragem das mulheres. Dos primeiros casamentos, na segunda metade do século XIX, foram surgindo as famílias que deram origem ao que hoje é a comunidade quilombola. Ele continua, falando da constituição das famílias, das áreas de roças e novos conflitos que foram surgindo:

> **“É onde eles tiveram os filhos deles. É engraçado que hoje ainda o pessoal diz: “como eles conseguiram fazer esse nome bonito?”, que são: Emiliano, Simiana, Quiliano e Germano. Todos os filhos dela, ela colocou esse nome certinho. Então daí depois que terminou a Lei Áurea e todo mundo se libertou, no dizer da história, eles aqui só tinham o café e a cana de açúcar. Mas eles disseram assim: “não, agora nós vamos fazer o que bem entende”. E plantaram tudo para eles, mas isso ainda teve uma revolta ainda porque tinha aqui o dono do Pulso, o João Antunes Da Mata. Ele tinha casado com a filha do Egídio Antunes... Mas o Antunes, o Antunes de Sá que é o filho do Sinfronio, eles acharam que a Tomásia não podia casar com negro, que tinha casado já com o tio dele. E aí fizeram uma revolta e as negras deram uma surra neles e os três ficaram quietinhos. Mas queriam ainda que eles trabalhassem na escravidão e eles plantaram de tudo que tinham que plantar...”**

Um salto no tempo, e seu Antônio chega à década de 1960, quando a BR 101 começou a rasgar as terras da região. O líder quilombola tem farta memória dos fatos políticos e enumera nomes de governadores e partidos. Evidenciando, assim, que a luta pela libertação continua ao longo do século XX e entra pelo século XXI com a legítima reivindicação pela titulação dos territórios. Mostra, também, que essa luta pela libertação se confunde com a luta dos trabalhadores contra o poder e o assédio do capital e modo de desenvolvimento hegemônico:

> **“E veio vindo para frente e quando foi agora, no ano 60, com a construção da Rio-Santos, isso foi até numa transição de governo, estava saindo o Franco Montoro e estava entrando o Paulo Maluf em São Paulo. E aqui estava entrando José Nélio de Carvalho do mesmo partido... Porque antes só tinha o Partido MDB1 e o outro era Arena. Esses caras tudo do Arena2... Quando teve a invasão [invasão da companhia imobiliária Continental] aqui, foi tudo planejado. O que aconteceu? Foi incendiado tudo isso aqui e na época até eu trabalhava de pescador, mas eu fazia parte da igreja e estava indo para o Seminário João XXIII. Já tinha feito a inscrição tudo bonitinho. Para ler jornais, catequistas, coroinha. Só faltava ser padre, então vou ser padre. Já tinha feito a minha inscrição toda... Mas quando cheguei em terra, o confrade disse: “Antônio, é o seguinte: tocaram fogo na sua comunidade e botaram o pessoal para fora”. Então desisti e vim para aqui. Aí a minha mãe entrou com um processo na justiça com reintegração de posse e ela ganhou o processo na justiça.**

Só que o seguinte: entre o advogado da imobiliária e o advogado da minha mãe, eles combinaram, então o Magalhães que era da minha mãe e o advogado que era da Continental, eles pegaram uma boa grana... Nós soubemos que depois um deputado fez um levantamento e disse para nós quanto de dinheiro eles tinham pego da imobiliária para que o advogado da minha mãe abandonasse para deixar para a imobiliária. Mas nós não nos contentamos e começamos a debater com denúncias do governo e por aí em diante. Mas a gente não conseguia porque era o próprio governo que estava por detrás de todas as coisas”.

Seu Antônio faz questão de afirmar que não houve venda de terreno, nem fuga; que a luta contra a invasão da empresa foi intensa e permanente. Depois da ditadura, a organização da Caçandoca permaneceu ativa, em contato com pessoas que poderiam ajudar, juntar à causa pelo território quilombola e contra a especulação imobiliária. Ele elenca alguns políticos, em sua maioria do Partido dos Trabalhadores.

“Mas a gente denuncia de um lado, denúncia de outro, cassa uma liminar hoje... A gente conseguiu um grupo de 62 pessoas, isso eu não esqueço, 62 pessoas e isso eram todos os dias estavam aqui... Quando dizem que o pessoal vendeu, saiu, mudou... Não, ninguém vendeu e ninguém mudou. Nem migramos por causa da violência. Mas o pessoal continuou lutando aqui dentro até a vinda. Aí, veio o governo do Mário Covas (PSDB), que criou o Instituto de Terra, quando ele... naquela época não tinha o Instituto de Terra e, também, o Incra não trabalhava com quilombo, nem sabia o que era quilombo. Nós aí fomos procurar... Apesar que a gente tinha criado uma associação de bairro. Associação Melhoramento de Bairro de Caçandoca. Aí sim, quando Mário Covas entrou e criou o Itesp, aí nós fomos procurar os parlamentares. Mas nós já tínhamos o caminho adiantado porque nós participamos da Constituição de 1988, na luta, e também da lei transitória de 68, isso aí foi um projeto da Benedita da Silva (PT) e nós conseguimos aprovar essa lei, e daí nós começamos... O vereador mais próximo que conseguimos foi o Zé Pedro (PT), no Guarujá. A gente fazia campanha naquela época para o PT. O que nós fizemos? Ele nos encaminhou para Maria Lúcia Brant, Maria Lucia Brant nos encaminhou para Paulo Teixeira... Naquela época Simão Pedro era assessor e começou aquela batalha. Encaminho nós para o Itesp e começamos a trabalhar lá. Mas a gente andava nas comunidades, o Itesp... Primeira coisa, chegava na comunidade, fazia a reunião e falava: “Seu Antônio, agora é com você. Você vai explicar o que é quilombo”. Então eu tinha que explicar era quilombo, o que estava fazendo, o que estava acontecendo. Aí veio até o reconhecimento, em 2000, pelo Itesp, depois da Fundação Palmares. Aí, chegou o Presidente Lula, quando o INCRA desapropriou outra área, por interesse social, porque não tinha outro caminho e no qual a gente segue até hoje... Foi desapropriado e a gente entrou aqui já com mais segurança, já não teve mais aquelas ameaças todas. Então, voltando um pouco, quando Mário Covas soube do Quilombo Caçandoca, ele mandou a Tânia, que era coordenadora, largar tudo e vir para aqui. Naquela época o Mário Covas tinha comprado uma frota daquele Jeep Bandeirante e encheu a praia tudo aí de carro do governo. Foi quando os grileiros esmoreceram. Chamamos o grileiro para a reunião nossa, colocamos ele na reunião, acabou a reunião eu dei o endereço do Instituto de Terras e falei: “Sato, você vai lá e procura receber os seus direitos porque terra você não tem mais, porque não vamos sair mais”. A gente foi muito corajoso. Mas aí veio o presidente Lula e desapropriou e deu o título de reconhecimento de uso da terra. Outra área maior para ele fazer todos os reconhecimentos e o Incra tem que remarcar o que não estiver certo, o Incra tem o direito de remarcar. É o que estamos aguardando, se deus quiser o próximo governo, para gente fazer isso aí”.

A luta da Caçandoca foi inspiradora para outras comunidades quilombolas da região. Seu Antônio lembra das conversas que tiveram na organização comunitária em toda Ubatuba:

“Eu quero dizer uma coisa: foi bom, foi ruim, mas foi bom. Porque a gente conseguiu também trazer outras comunidades, porque na época o governo do estado tinha lançado uma ação discriminatória de tirar toda a população do pé da serra, da Serra do Mar, e nós descobrimos isso aí. Eu e a doutora Juliana conseguimos descobrir isso aí. Eu sei que uma hora da manhã estávamos em Ubatumirim fazendo reunião, isso era dia e noite. Nós descemos para on Camburi, descemos para o Sertão de Itamambuca, Picinguaba... que fizesse os núcleos quilombos, porque ia ser todo mundo expulso. Então nós conseguimos juntar eles enquanto quilombo e isso eles não podem dizer que isso é mentira. Eles não podem dizer que é mentira porque a gente que elaborou estatuto e daí por diante. Nós fazíamos reunião, éramos tocados, mas não saímos de lá, éramos xingados, mas não saíamos de lá. Eu me aborreci um dia na Fazenda da Caixa e eu me aborreci um dia no Camburi. Aí não fui mais, disse: “não, agora eles vão andar pelo caminho deles”. Eles sabem que se eles estão lá porque é nome de quilombo, porque se não fosse ninguém estava lá mais. Tanto que eu agora vou cobrar os nossos direitos, como nós tínhamos antes, a parceria minha com Gabriela, uma mesa permanente no ITESP, no INCRA, e as comunidades tudo vão caminhar com nós. Agora, isso aí graças a gente fez essa luta toda porque quando eu estava caminhando só, eu pensava assim: como vou fazer? Os falatórios tinham muito, de marido ir caminhar e mulher não ir, os dois tem que estar juntos e daí por diante. Tem esse encontro até hoje, mas eu com Gabriela não vamos caminhar. Eu estava chegando e ela indo, ela indo e eu chegando. A luta nossa foi intensa. É por isso que deu certo, eu acho que ela caminhou até mais que eu, porque eu ia num lugar e parava, o meu caminho era São Paulo e Brasília, mas o dela não, eram outros lugares, outros movimentos e essa coisa toda. Teve uma época que fui para cinco dias em Brasília e fiquei quase 15 dias, por causa do Maranhão e Marambaia e o Estatuto da Igualdade Racial que tinha o artigo quarto para fazer uma mudança lá, porque se não ia dar merda lá na frente. E a gente aprendeu muito nessa caminhada, hoje a gente não se perde mais em qualquer local de discurso e daí por diante. A gente vê aí muitos políticos falar as coisas absurdas e eu digo isso não existe, então atrasa o trabalho das pessoas.”

A história narrada pelo seu Antônio é complementada pela dona Neide Antunes de Sá, neta de outro Antônio, o Antunes de Sá, conforme ela conta abaixo.
Dona Neide fala sobre dois extremos geográficos da Caçandoca, o Saco das Bananas – como é conhecido hoje – e o Pulso.

“O Antônio Antunes de Sá, que foi o filho da Magdalena Teresa de Jesus, que foi uma escrava. Ela morreu com 111 anos, era minha bisavó. E ela teve o filho dela naturalizado. O dono da fazenda, que é o Sinfrônio Antunes de Sá, ele foi lá e naturalizou o filho. É isso era uma coisa diferente. Não se fazia isso antes. Tanto é que quando ele morreu e ela ficou grávida do segundo filho dela, já não pôde registrar como Antunes de Sá. Ela teve que colocar Luiz Magdalena; que mais tarde morreu no mar. Teve uma ventania, que morreu gente bastante aqui da comunidade e ele morreu junto. Uma outra coisa é que esse filho dela, em 1909, ele comprou as terras que a gente diz hoje o Saco das Bananas, porque não estudo antropológico eles não procuraram terra no nome de Fazenda dos Morcegos, eles procuraram Saco das Bananas. Então não tem Saco das Bananas, não tem esse documento. No cartório de imóveis, o que tem lá registrado é o terreno da Fazenda dos Morcegos, que é de Antônio Antônio de Sá. Esse filho que foi legitimado; e também falaram aí que o dono do Pulso era outro. Só que no documento está que o José Antunes de Sá comprou a Caçandoca, em 1858. Lá diz que o dono do Pulso era José Amorim. Tanto é que o José Amorim assinou esse documento com o meu tataravô, que estava fazendo uma boa compra. Ele fala até da divisa da água; que nenhum deles ia mexer na água pra não ia prejudicar nem lá nem cá; e o cartório vinha em casa e eles iam ver o que estava sendo vendido e o que tava sendo comprado. Coisa que eu acho que deveria ser assim até hoje. Porque hoje se vende cinco vezes no mesmo lugar. A década de 1970 foi uma década, assim, bem tumultuosa. E também não foi falado de um escravo, que o José Antunes de Sá, quando foi assinada a libertação, ele deu terra para todos os ex escravos na Praia da Raposa. Então, isso tem no cartório; esses documentos. E o Tolino, que foi o meu bisavô, ele era casado com a Ederência. E ela, a gente só sabe que ela foi registrada como Ederência, a gente não tem muito falar dela. Tem em vários lugares ‘Ederência’... quando fala da coisa da Caçandoca no cartório lá de Paraibuna, também fala só Ederência; não tem sobrenome. E o Tolino, apesar dele ser alforriado, ter ganhado terra na Raposa, mas a gente sabe que o que a escravidão continuou por baixo dos panos; e ele foi vendido que foi vendido”.

Dona Neide Antunes de Sá, 64 anos,
quilombola da Caçandoca

OCUPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

O território quilombola da Caçandoca, por seu uso e ocupação histórica, é bem maior que aquele desenhado nos limites de mapas do INCRA e do ITESP. A praia do Pulso, por exemplo, sempre foi área de uso quilombola, porém, hoje, encontra-se fora das áreas indicadas para a titulação e sobreposta por condomínio e loteamento voltados ao turismo.

O processo de titulação do quilombo corre em duas instâncias, em acordo com as áreas desapropriadas ou reivindicadas pelo INCRA e/ou ITESP. O reconhecimento como comunidade quilombola foi realizado pela Fundação Palmares, que atestou a ancestralidade local e aprovou os estudos antropológicos.

Dona Neide

RELAÇÃO COM OUTRAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Os quilombos litorâneos do estado do SP e do estado do RJ possuem profundas relações entre si, que abrangem também comunidades do alto das serras do Mar e da Bocaina. O quilombo da Caçandoca ainda possui uma relação ancestral, de trocas simbólicas e econômicas, com as comunidades caiçaras do entorno.

Um dos entrevistados pela equipe do projeto Povos contou uma história sobre as festas da Praia Grande do Bonete. Situada do outro lado da pequena baía, comunidade caiçara chamava os vizinhos para suas festas com uma grande fogueira na praia. Os quilombolas da Caçandoca, ao verem a fumaça, logo pegavam suas canoas e atravessavam a baía para participar da folia.

ECONOMIA LOCAL E PRÁTICAS DE SUBSISTÊNCIA

A Associação dos Remanescente do Quilombo da Caçandoca realiza uma cobrança de taxa aos visitantes que chegam de moto, carro ou van. O recurso é destinado ao financiamento das atividades comunitárias e no custeio dos processos relacionados à titulação e organização territorial. Os quiosques na praia são dos quilombolas, assim como áreas de camping e casas e quartos para locação por temporada. Há, ainda, o serviço de guia pelas trilhas que levam aos Sacos da Raposa e das Bananas.

Ainda que o turismo seja importante fonte de renda para os quilombolas da Caçandoca, muitos ainda procuram trabalho e emprego na prestação de serviço fora da comunidade, incluindo no condomínio da praia do Pulso. Roças de subsistência e pesca artesanal seguem sendo praticadas no território quilombola.

PESCA E ROÇA TRADICIONAL

A Associação dos Remanescente do Quilombo da Caçandoca realiza uma cobrança de taxa aos visitantes que chegam de moto, carro ou van. O recurso é destinado ao financiamento das atividades comunitárias e no custeio dos processos relacionados à titulação e organização territorial. Os quiosques na praia são dos quilombolas, assim como áreas de camping e casas e quartos para locação por temporada. Há, ainda, o serviço de guia pelas trilhas que levam aos Sacos da Raposa e das Bananas.

Ainda que o turismo seja importante fonte de renda para os quilombolas da Caçandoca, muitos ainda procuram trabalho e emprego na prestação de serviço fora da comunidade, incluindo no condomínio da praia do Pulso.

A conversa abaixo, entre a liderança quilombola Jurandir Duprado, que também é educador do projeto Redes, o senhor Horácio Marcolino, agricultor e pescador da Caçandoca, e a equipe de pesquisadores de campo do Povos, traz um pouco das práticas de pesca, roça e criação.

Horácio: "Meu avô. Ficou depois, eles foram por causa do meu pai que trabalhava na roça e trabalhava também na pescaria, de linhada que matava o peixe... nosso sustento que tinha galinha, criava galinha, criava pato, porco. Todo mundo aqui criava porco, criava galinha, criava todo mundo. Foi onde foi o alimento nosso. Que foi depois que foi do tempo ainda do quinhentos réis, que eu peguei o quinhentos réis, aí depois veio o tostão. Tem palmito de pupunha, palmito de juçara, banana, laranja, cacau, mexerica, mandioca, milho, abacaxi... e criação, também, de galinha."

Quantos anos tem o senhor?}

"Eu estou com 76 anos. Depois que veio o tostão, quinhentos réis, aí que veio a moeda, esse dinheiro agora. O real, depois que veio esse dinheiro.

Aí depois então agora que está isso aqui agora no mundo agora aqui. No nosso Brasil. Mas antigamente era muito bom, nós tomava café antigamente não tinha pão, antigamente não tinha esse negócio de bolacha não. "

{Comia o quê?}

Nós comia batata. O café, batata, mandioca, inhame. Meu pai cozinhava banana, inhame... Cozinhava de tarde, nós chegava de manhã ia lá no latão [risos]."

{Comia o inhame?}

"Comia inhame, já estava tudo cortado, o porco não vai comer sozinho não, nós vamos comer também. Era batata, era inhame, era cará, nós tudo ele comia, tudo comia, graças a Deus nós está aqui."

Seu Horácio

{E como adoçava o café?}

Café de cana. Tinha o canavial, quando chegava quatro horas, todo mundo chegava quatro horas ia pro engenho. Moer cana, já tinha o pó de café, já tinha o café mesmo no quintal da gente, já tinha café. O maior café aqui dentro do Saco da Raposa era da avó dele, bisavó? Bisavó né. A falecida Rosária, ela morreu com 102 anos."

{De tudo isso que o senhor falou, das raízes, inhame, mandioca, batata, café, que mais que plantava? Banana?}

"Banana, tinha muita banana aqui, saía muita banana aqui, porque saía muita banana. Farinha também, a turma."

{Tinha casa de farinha aqui?}

"Tinha casa. Quase todos eles aqui tinham casa de farinha."

{Toda casa tinha sua casa de farinha?}

"Tinha a casa de farinha e tinha o morro. Tinha o morro tudinho."

{De mandioca pra cá?}

"Era só mandioca, a roça, mais tudo."

Jurandir: "E o alambique do seu avô?"

"O alambique, tinha o alambique do Zé Marculino, lá no Saco da Raposa. O meu pai, a minha tia, irmã do meu pai ia roubar pinga.[Risos] É rapaz, tinha aqueles tamburão grandes, tudo grande, aí eles cismou e pegou aquele anzol, antigamente aquele anzol grande pendurou lá em cima na beira do tambor grande se despencasse um ia ficar ferrado ali. Aí nada, arrumaram um jeito, foram por cima da casa, destelharam a casa e metiam o caldeirão lá dentro tirava a pinga e bebia. O meu pai contava isso aí."

{E tem alguém que ainda planta cana por aqui?}

"Ainda tem ainda, eu tenho umas canas ali embaixo, mas é só pro porco mesmo. Agora eu estou criando porco, é só pro porco. Esses dias quem fez o café de cana foi eu. Por causa que aí o rapaz foi pra Minas, que trabalha lá junto com a minha filha, aí ele foi pra Minas e trouxe um pó de café... rapaz! Mandou um pacote de pó de café pra mim eu fiz lá. A turma bebeu."

{Alambique não tem mais? Esse alambique do seu avô?}

"Acabou tudo, já acabou tudo, todas as coisas que era da escravidão já acabou tudo. Dos tempos passados já acabou tudo. Ninguém segurou mais nada."

{Nem casa de farinha tem mais?}

"Não tem mais, nem casa de farinha já não tem mais. Aqui não tem. Aqui já não."

J: "E o cerco?"

"Ainda tem o cerco, trabalhava no cerco, por causa que eu trabalhava muito. Eu trabalhei lá na Ilha Anchieta trinta e cinco anos com um patrão só. Com um patrão só, nós matou muito peixe. Até agora, eu pego a linhada, eu vou pescar o peixe tem até raiva de mim, não quer pegar na minha linhada porque tem raiva de mim de tanto peixe que eu matei já na minha vida. Meu Deus do céu. E aqui também, nós tinha um cerco aqui, quer dizer, da comunidade, mas aí deu a maré, carregou e nós estamos agora sem pescar aqui."

{Está sem pescar?}

"Estamos sem pescar."

Não tem ninguém que pesca mais aqui?

"Aqui não, agora é só nós mesmos que pesca. Tem o Narciso que tem o barco dele, tem o outro lá, que mora aqui também, o Agenor, o Ruanito e o Rafael."

{E pesca de que?}

"Arrastão."

Jurandir: "De arrasto! Camarão."

"Camarão só."

{Fora esse tipo de pesca não tem mais nenhuma?}

"Não tem mais."

{Espinhel?}

"Não, não."

J: "O pessoal do Narciso, eles pescam, mas pescam mais em direção de Ilhabela."

{Vai pra Ilha Bela?}

"É. Aqui já não tem mais esse negócio."

Seu Jurandyr

Seu Antônio

A redução das roças ameaça a qualidade alimentar dos quilombolas. Há uma desigualdade de renda entre os quilombolas que atuam no turismo, com quiosques na praia, e as famílias que ainda vivem exclusivamente da roça e da pesca.

Apesar das falas sobre a redução das roças e das práticas pesqueiras, há, dentre os quilombolas da Caçandoca quem defenda que as práticas seguem, mesmo por aqueles que têm outras atividades econômicas.

“ah!... Quando se falou de pesca, que não tem de outro tipo, tem a pesca de linhada. Eu mesma vou pescar de linhada. Tem a pedrinhas pra pescar. Então não acabou, não, porque eu ainda peço de linhada”.

Dona Neide Antunes de Sá, 64 anos,
quilombola da Caçandoca

ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS

Com relação aos serviços públicos, eles praticamente não existem no quilombo. Não há transporte coletivo, sistema de esgoto ou água tratada. Mesmo a rede de energia elétrica é precária e não atende a todos os núcleos familiares. São atendidos pela ESF, mas não há posto de saúde. E, para estudar, as crianças devem se deslocar até a Maranduba, para estudar na EMEI Virgínia (Fundamental I) e jovens devem ir até o Sertão da Quina, para estudar na Escola Estadual Áurea Moreira Rachou (Fundamental II e Médio). A comunidade criou um comitê de educação quilombola, que vem pleiteando a reabertura da escola, com o apoio do coletivo de educação diferenciada de Ubatuba do FCT.

O comitê conquistou verba, por emenda parlamentar, para a reforma da escola junto à praia da Caçandoca. As obras foram iniciadas, após licitação realizada pela prefeitura. Interlocutores locais fazem críticas ao trabalho executado pela empreiteira contratada, que não segue as indicações da comunidade, além de manter as obras em ritmo lento e, segundo liderança quilombola, já teria gastado mais de três vezes o valor da emenda conquistada.

PRÁTICAS DE CUIDADOS

{Eu estou vendo no seu quintal que tem bastante coisa plantada, tem mandioca, tem banana... O que mais tem plantado por aqui?}

"Tem remédio, boldo. O boldo serve para dor de barriga. A babosa faz para curativo, inflamatório para ferida. A Ora pro nobis, que é uma salada rica. Tem o inhame que é muito bom para o sangue. Cada coisa no quintal tem uma coisa. Mas é uma coisa que já colhi mamão, mandioca... Ninguém vê lá de fora, mas nesse cantinho vou colhendo. Goiaba, mamão eu faço suco. A gente olha assim na nossa natureza e a gente acha que não tem remédio, mas no meu quintal tem muito remédio. Essas flores amarelas, margarida que chamam e tem vários apelidos, essa é muito boa para dor de barriga, para um monte de coisa, para cólica de fígado... Então a gente ah, é mato isso aqui, não é mato não, a gente está pisando em cima do remédio. É um remédio que faz bem”.

Dona Ana João Gabriel dos Santos,
quilombola da Caçandoca, 57 anos.

O cuidado não está apenas no campo da prevenção ou tratamento de doenças, mas também na promoção da saúde, no acolhimento e nas relações de afeto na comunidade.

FESTAS E CELEBRAÇÕES

“Sou um pouco, meio bruxa, né? Porque eu gosto muito das ervas medicinais. Ensino muito; dou curso... já fui em vários lugares falar sobre as ervas medicinais e sobre as brincadeiras de roda, porque eu cresci brincando de roda. E a brincadeira de roda para nós, minha avó, minha mãe, minhas tias, era sinal de crescimento. A criança que não brincasse, não crescia. Então a gente era praticamente obrigada a brincar de roda, né? Eu acho que isso também fez com que ninguém da minha idade, assim, tem labirintite, né? A gente trabalhou bem o labirinto: rodando, pulando, enfim... E lembro muito, também, da minha infância, que a gente vinha nos bailes, que é o fandango, que era o mesmo fandango da nossa comunidade, só que a gente falava nome diferente que era a “Função”... ‘Ah vamos na função na casa da Moca vamos lá na função casa da fulana...”

Dona Neide Antunes de Sá, 64 anos,
quilombola da Caçandoca

“Tinha duas irmãs, que não eram casadas... não sei porque, também. Mas a gente ia muito lá, na casa da Anastácia e a da Maria da Rosário, que era na Raposa. A casa da Maria do Rosário e da Anastácia... quem cuidava dessas duas era mais o pessoal do Saco da Banana, quem secava o peixe ia lá para levar para peixe seco elas; se colhia um feijão, levava um feijão para elas... e se fazia a dança na casa da Maria do Rosário... lá que eu aprendi dançar. Com seis anos a gente já tinha coisa de aprender o que era dos adultos. Porque com 6 anos, para comunidade, era o momento em que você começava a ter participação na vida adulta, né? Foi onde eu aprendi a fazer rede, porque todo mundo na casa tinha uma rede pendurada na porta”.

Dona Neide Antunes de Sá, 64 anos,
quilombola da Caçandoca

CELEBRAÇÕES	FORMAS DE EXPRESSÃO	MODOS DE FAZER
Divino	História do Quilombo	Cultura Quilombola
Nossa Senhora	Cultura quilombola	Ervas e plantas medicinais
Maracatu	Danças da Dona Benedita	Artesanato – palha, juba de leão, madeira, bordado, cucum, sementes, urucum, conchas, crochê, taboa, reciclagem
Folia de Reis	Rezas com uso de ervas	Agro floresta do Tomás
Santo Antônio	Lenda do Buraco Negro	Horta – urucum
Jongo	Lobisomem	Mandiocal, bananal e juçara
Bom Jesus	Lenda do Buraco Negro	Resistência
Santana da Rosa	Lobisomem	
São Benedito	Chupa-Cabra	
Cosme & Damião	Corpo Seco	
Samba		
Truco na casa do Oracio (trad.)		
Festa de Natal do projeto Guaiamum		

ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

A Associação dos Remanescentes do Quilombo da Caçandoca está ativa e atuante em defesa do território quilombola e na sua organização e regramentos internos. A associação está articulada ao Fórum de Comunidades Tradicionais e à Coordenação Nacional de Comunidades Negras, Rurais Quilombolas (CONAQ), sendo que o morador da Caçandoca Neimar Lourenço é membro da diretoria nacional da CONAQ.

CONFLITOS E AMEAÇAS AO MODO DE VIDA

O Quilombo da Caçandoca aguarda a titulação definitiva de seu território. Apesar de já reconhecido, as ameaças ao seu território permanecem.

Comunidade quilombola litorânea, também está ameaçada pela cadeia produtiva do petróleo e gás.

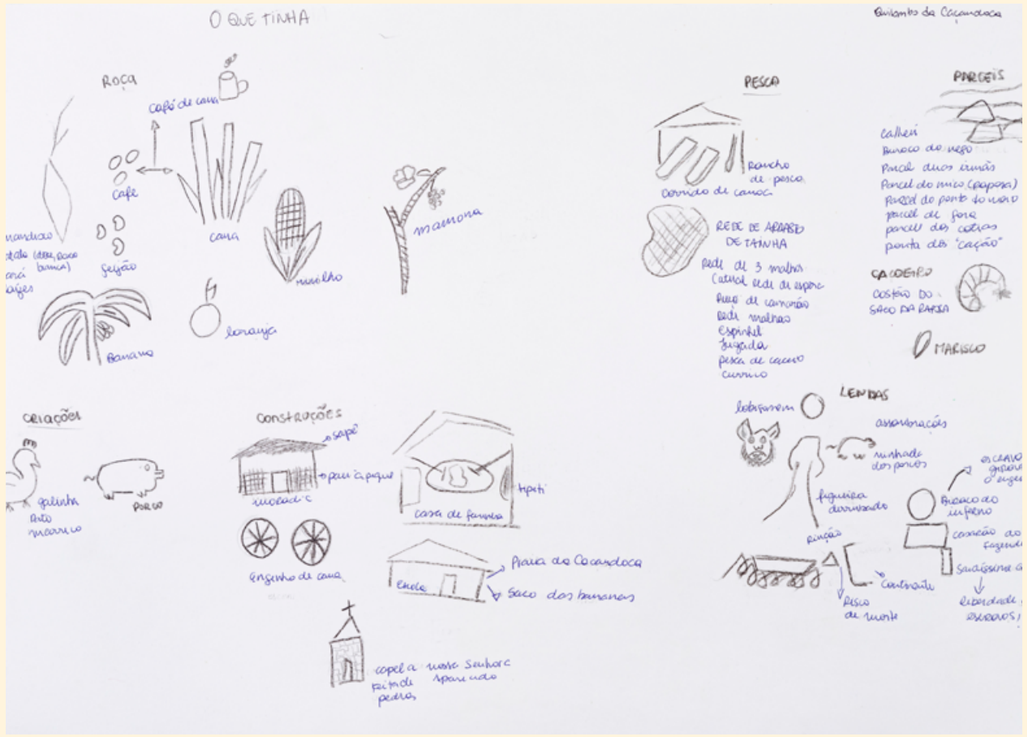
O QUE FOI MAPEADO
(DESCRITIVO DA CARTOGRAFIA SOCIAL)

Na primeira oficina para o desenho do mapa falado, os comunitários e comunitárias do Quilombo da Caçandoca trouxeram os elementos simbólicos mais importantes de seu território.

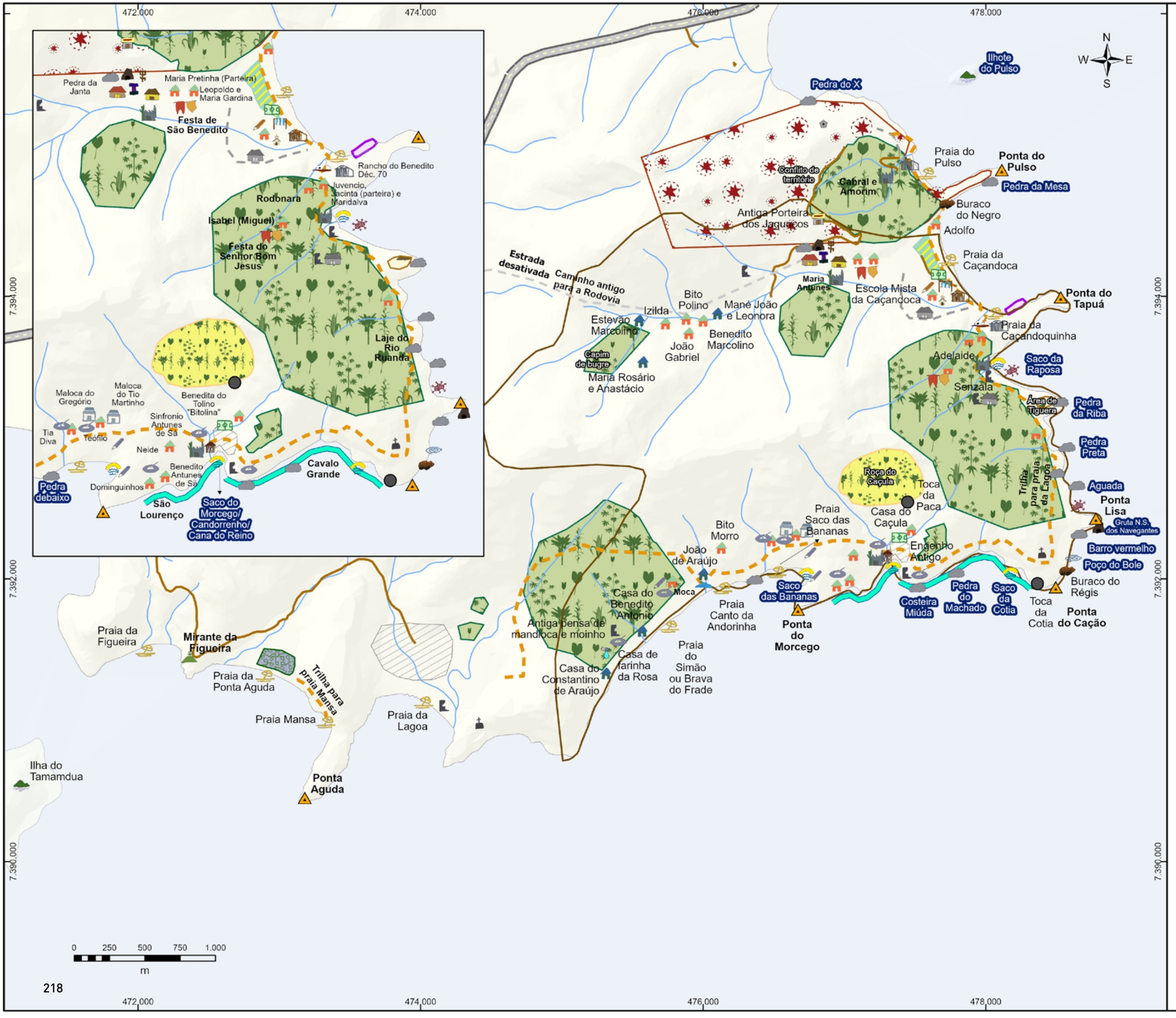
Foram formados dois grupos: um desenhou o mapa, apontando as localidades, estradas, núcleos familiares, as dimensões do território, as áreas de usos e de conflitos. O outro grupo levantou a memória antiga, históricos, lendas, roças, o que era praticado e que, com o passar dos anos, foi se deixando de fazer devido a criminalização por parte dos órgãos ambientais, e também pela própria dinâmica do "progresso do capital", que junto, com a especulação imobiliária e o turismo predatório retira o tradicional do seu modo de fazer e viver.

O mapa da Caçandoca busca apontar todas as áreas de uso pelos quilombolas, demonstrando, por meio da história e da ancestralidade, que os limites impostos pelos estudos e respectivos processos de desapropriação são reduzidos em relação ao território original.

MAPAS FALADOS



COMUNIDADE QUILOMBOLA DA CAÇANDOCA

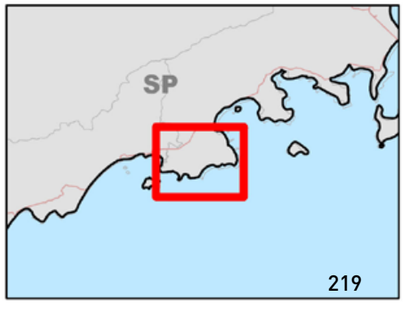


Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica

- Barra
- Bica
- Britador
- Buraco
- Campo de futebol
- Capela
- Casa
- Casa antiga
- Casa de farinha antiga
- Casa de pau a pique
- Casa grande antiga
- Cemitério antigo
- Centro comunitário
- Centro comunitário antigo
- Cerco
- Cobrança do Estacionamento
- Engenho antigo
- Escola
- Escola antiga
- Gruta
- Ilha
- Mirante
- Nicho arqueológico
- Pedra
- Ponta
- Praia
- Rancho
- Rancho antigo
- Ruina
- Saco
- Salga do peixe
- Toca
- Yle
- Caminho antigo
- Pesca artesanal
- Estacionamento
- Extrativismo
- Manguezal
- Marisqueria
- Roça
- Roça antiga
- Ruina

Outros elementos

- Rio
- Rodovia BR - 101
- Rua; Estrada
- Trilha
- Limite Quilombo ITESP

Conflitos socioambientais e ocupação não comunitária

- Guarita
- Conflito de território